

ÍNDICE GERAL

PÁGINA

PREFÁCIO	
I. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
Aprovação do Conselho de Administração	1
Relatório do Auditor Independente	2
Balanço	4
Demonstração de Resultados	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa	6
Notas às Demonstrações Financeiras	7
II. SITUAÇÃO MACROECONÓMICA	
1. Sumário Executivo	23
2. Evolução Económica Internacional	25
2.1 Desempenho Macroeconómico	25
2.2. Preços das mercadorias	30
3. Conjuntura Interna.....	32
3.1 Sector Real.....	32
3.1.1 Preços	32
3.1.2 Produção	34
3.2 Finanças Públicas	38
3.2.1 Receitas	42
3.2.2 Despesas Totais e Empréstimos Líquidos	42
3.2.3 Saldo Orçamental e Fontes de Financiamento	45
3.2.4 Estrutura dos Recursos Orçamentais	45
3.3 Sector Monetário	46
3.3.1 Programa Monetário	46
3.3.2 Base Monetária	47
3.3.3 Mercados Interbancários	48
3.3.4 Taxas de Câmbio no MCI	50
3.3.5 Massa Monetária	50
3.3.6 Endividamento do Sector Privado	51
3.3.7 Taxas de juro a Retalho	53
3.4 Sector Externo	56
3.4.1 Reservas Internacionais Líquidas	56
3.4.3 Índice de Taxas de Câmbio Efectiva Real	57
3.4.4 Balança de Pagamentos	58
3.4.5 Dívida externa	66
III. SISTEMA FINANCEIRO	
1. Nota Introdutória.....	71
1.1 Objecto e Âmbito.....	71
1.2 Estrutura	71
2. Composição do Sistema Bancário.....	71
2.1 Visão geral	71
2.2 Concentração na Indústria Bancária.....	72
3. Actividades Realizadas em 2006	74
3.1 Supervisão On-Site	74
3.1.1 Processo de Inspeção	74
3.1.2 Principais Constatações nas Instituições de Crédito	75
3.1.3 Principais Constatações nas Sociedades Financeiras	76
3.1.4 Principais Constatações no Mercado de Valores Mobiliários	76



ÍNDICE GERAL

	PÁGINA
3.2	Supervisão Off-Site 77
3.3	Contecioso 78
3.4	Licenciamento 78
3.5	Regulamentação 78
3.6	Combate contra o Branqueamento de Capitais 79
3.7	Central de Registo de Crédito 79
3.8	Formação 81
4.	Avaliação Económico-Financeira 82
4.1	Estrutura Patrimonial 82
4.1.1	Activos 82
4.1.2	Passivo 84
4.2	Solvabilidade 86
4.3	Rendibilidade 88
4.4	Risco de Liquidez 92
4.4.1	Rácio de Transformação dos Depósitos em Créditos 93
4.5	Risco de Crédito 95
4.5.1	Evolução e Estrutura do Crédito 95
4.5.2	Provisões para Cobertura de Risco de Crédito 97
4.5.3	Concentração da Carteira 98
IV	INTRODUÇÃO DO METICAL DA NOVA FAMÍLIA
1.	Introdução 101
2.	Estratégia do Processo de Substituição 101
3.	Campanha de Divulgação 103
3.1	Palestras 105
3.1.1	Palestras para Grupos Especiais 105
3.1.2	Palestras para Autoridades Administrativas 105
3.1.3	Palestras e Divulgação no Estrangeiro 106
4.	Sistemas e Tecnologias de Informação 106
5.	Lançamento das Notas e Moedas do Metical da Nova Família 107
6.	Evolução da Taxa de Substituição Gradual 107
7.	Considerações Finais 108
GRÁFICOS	
	PÁGINA
Gráfico 1.	Preço do Brent (Praça de Londres) 31
Gráfico 2.	IPC da Cidade de Maputo 32
Gráfico 3.	Estrutura das Despesas Correntes 43
Gráfico 4.	Fontes de Financiamento do Investimento 44
Gráfico 5.	Taxas de Juro Médias Mensais do MMI 49
Gráfico 6.	Crédito Por Sectores de actividade 53
Gráfico 7.	Taxas Juro a 1 ano em MN e Inflação Média Móvel Anual 54
Gráfico 8.	Taxa de Juro a 1 ano em ME 54
Gráfico 9.	Reservas Internacionais Líquidas 56
Gráfico 10.	Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real 57
Gráfico 11.	Evolução das Importações e Exportações 59
Gráfico 12.	Investimento Directo Estrangeiro 64
Gráfico 13.	Índice de Herfindahl - Hirschman no sistema bancário 74
Gráfico 14.	Indicadores Sobre Utilização da CRC 80
Gráfico 15.	Evolução do Activo 83



ÍNDICE GERAL

GRÁFICOS	PÁGINA
Gráfico 16. Estrutura do Activo	83
Gráfico 17. Crédito em Moeda Estrangeira	84
Gráfico 18. Estrutura do Passivo Exigível	85
Gráfico 19. Estrutura dos Depósitos	86
Gráfico 20. Rácio de Solvabilidade	87
Gráfico 21. Distribuição das Istituições de Crédito Quanto ao Rácio de Solvabilidade..	87
Gráfico 22. Solvabilidade em Função do Peso no Activo Total do Sistema	88
Gráfico 23. Evolução dos Resultados	89
Gráfico 24. Spread entre Taxas de Juros	90
Gráfico 25. Rendibilidade	90
Gráfico 26. Estrutura dos Custos Administrativos	91
Gráfico 27. Rácio de Eficiência no Sistema Bancário.....	92
Gráfico 28. Cobertura de Responsabilidades	93
Gráfico 29. Rácio entre Crédito e Depósito de Clientes	94
Gráfico 30. Taxa de Variação Homóloga dos Depósitos e Créditos	94
Gráfico 31. Crédito Vencido	95
Gráfico 32. Crédito Vencido líquido em Percentagem do Capital e Reservas	96
Gráfico 33. Crédito Vencido em Percentagem do Crédito Total	96
Gráfico 34. Estrutura do Crédito Vencido	97
Gráfico 35. Cobertura do Crédito Vencido por Provisões.....	98
Gráfico 36. Distribuição do Crédito por Sectores de Actividade.....	99
Gráfico 37. Distribuição dos Maiores devedores	100

QUADROS	PÁGINA
Quadro 1. Preços Internacionais de Mercadorias Seleccionadas	30
Quadro 2. Variação Anual do IPC da Cidade de Maputo	33
Quadro 3. Produtos Com Maior Contribuição Para Inflação Anual	33
Quadro 4. Produção Global e Sectorial - Taxas de Crescimento em Volume	34
Quadro 5. Taxa de Crescimento da Produção Empresarial e Comercialização do Sector Familiar	35
Quadro 6. Taxa de Crescimento da Produção Pecuária.....	36
Quadro 7. Evolução da Produção Industrial por Divisões de Actividade	37
Quadro 8. Programa e Execução Orçamental	38
Quadro 9. Indicadores Orçamentais Seleccionados.....	39
Quadro 10. Estrutura dos Recursos Orçamentais	45
Quadro 10. Evolução da BaM e Suas Componentes	45
Quadro 11. Principais Metas do Programa Monetário e Valores Realizados	46
Quadro 12. Evolução da BaM e Suas Componentes	47
Quadro 13. Factores de Variação das Reservas Bancárias	47
Quadro 14. Mercados Interbancários	48
Quadro 15. Evolução dos Meios Totais de Pagamento	51
Quadro 16. Comportamento do Crédito à Economia.	52
Quadro 17. Evolução da Conta Corrente	59
Quadro 18. Evolução das Importações de Bens	61
Quadro 19. Evolução da Conta Financeira	64
Quadro 20. Fontes de Financiamento da BoP	65
Quadro 21. Desembolsos de Empréstimos Externos	66
Quadro 22. Reembolsos de Capital e Juros de Empréstimos Externos	68
Quadro 23. Evolução e Distribuição Geográfica das Agências	72



ÍNDICE GERAL

QUADROS

PÁGINA

Quadro 24. Transacções no Mercado de Cotações Oficiais	77
Quadro 25. Perfil de Risco da Instituições de Crédito e Sociedades Finceiras	77
Quadro 26. Peso de Notas e Moedas do MTn no Total das NMC.....	108

QUADROS

PÁGINA

Caixa 1. Algumas Medidas de Política Fiscal-Orçamental	
Implementadas em 2006	40
Caixa 2. Actuaçnao do Banco de Moçambique	54
Caixa 3. Impacto do Alívio da Dívida Externa	
com o FMI no Âmbito do MDRI	69
Caixa 4. Actuação do Banco de Moçambique em 2005	61
Caixa 5. Quadro Legal	102
Caixa 6. Material de Campanha	104

ABREVIATURAS

AEL	– Activos Externos Líquidos
AIL	– Activos Internos Líquidos
ATM	– Autoridade Tributária de Moçambique
BAD	– Banco Africano de Desenvolvimento
BADEA	– Banco Árabe Para o Desenvolvimento Africano
BaM	– Base Monetária
BCE	– Banco Central Europeu
BEA	– Bureau of Economic Analysis
BLS	– Bureau of Labor Statistics
BIM	– Banco Internacional de Moçambique
BM	– Banco de Moçambique
BoP	– Balança de Pagamentos
BT	– Bilhetes do Tesouro
CLG	– Crédito Líquido ao Governo
CPI-U	– Consumer Price Index – Urban
DO	– Depósito à Ordem
DP	– Depósito à Prazo
DT	– Depósitos Totais
EA	– Empréstimos e Adiantamentos
EUA	– Estados Unidos da América
FAD	– Fundo Africano de Desenvolvimento
Fed	– Federal Reserve System
FIDA	– Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FPA	– Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez
FPC	– Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez
FPD	– Facilidade Permanente de Depósito
FMI	– Fundo Monetário Internacional



ÍNDICE GERAL

ABREVIATURAS

- HCPI – Índice Harmonizado de Preços no Consumidor
HIPC – Países Pobres Altamente Endividados
IC – Instituições de Crédito
IDA – International Development Association
IDE – Investimento Directo Estrangeiro
INE – Instituto Nacional de Estatística
IPC – Índice de Preços no Consumidor
IPP – Índice de Preços no Produtor
IRPC – Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas
IRPS – Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Singulares
ITCER – Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real
IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado
LD – Leilões de Depósito
M2 – Massa Monetária (componentes denominadas em Moeda Nacional)
M3 – Massa Monetária
MCI – Mercado Cambial Interbancário
MDG – Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
MDRI – Multilateral Debt Relief Initiative
ME – Moeda Estrangeira
MMI – Mercado Monetário Interbancário
MN – Moeda Nacional
MT – Metical
NDF – Fundo Nórdico de Desenvolvimento
NMC – Notas e Moedas em Circulação
NUIT – Número Único de Identificação Tributária
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OE – Orçamento do Estado
OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OT's – Obrigações de Tesouro
PARPA – Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta
PES – Plano Económico e Social
PIB – Produto Interno Bruto
Pb – Pontos base
Pp – Pontos percentuais
PRGF – Poverty Reduction and Growth Facility
RIL – Reservas Internacionais Líquidas
RB – Reservas Bancárias
RO – Reservas Obrigatórias
SARB – South African Reserve Bank
SADC – Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SISTAFE – Sistema de Administração Financeira do Estado
TAM – Títulos de Autoridade Monetária
USD – Dólar dos Estados Unidos da América
ZAR – Rand da África do Sul
ZWD – Dólar do Zimbabwe



PREFÁCIO

O relatório anual constitui um instrumento fundamental para o Conselho de Administração do Banco de Moçambique se comunicar com o público. Nele é feito o balanço da nossa actividade, seja na dimensão macro, tomando por base as funções que estão atribuídas ao Banco de Moçambique como autoridade monetária, cambial e de supervisão das instituições de crédito e sociedades financeiras, seja ainda na dimensão micro, de instituição com recursos humanos, património e recursos financeiros por gerir.

Tendo assumido as funções de Governador do Banco a meio do exercício económico de 2006, gostaria, em primeiro lugar, de registar aqui o meu tributo ao Governador cessante, Adriano Maleiane, que dirigiu o Banco de Moçambique nos últimos 15 anos, período em que experimentámos importantes alterações na maneira como conduzimos a política monetária, num ambiente de maior competitividade interna e de passos concretos rumo à integração regional. Estendo também o meu tributo aos ex-Administradores do Banco José Viola e Firmino Silva Santos, cujos mandatos cessaram em meados de 2006, deixando-nos um legado de trabalho em equipa, em prol da instituição e do sistema financeiro moçambicano, que todos temos que saber preservar e aprofundar. O Conselho de Administração passou a contar com dois novos Administradores – Victor Pedro Gomes e Waldemar de Sousa – cuja experiência e dedicação constituem uma mais-valia para a Instituição.

Ainda no plano interno da nossa instituição, tenho a destacar que no ano de 2006 o Banco de Moçambique liderou o processo de implementação da Lei nº 7/2005, de 20 de Dezembro, sobre a introdução das notas e moedas do Metical da nova família, acção que definimos como nossa prioridade. O envolvimento e empenho de toda a sociedade, de diversas instituições do Governo aos níveis central, provincial e local, dos líderes comunitários e religiosos e da comunicação social foi imprescindível para terminarmos o ano com um nível de substituição de mais de 90%, o que pode ser considerado um sucesso, tendo em conta o curto espaço de tempo em que tal ocorreu e as especificidades do nosso País. Nesta oportunidade, manifesto o meu profundo apreço e reconhecimento a todos os intervenientes no processo de introdução da nova família do Metical.

Tendo em vista o provimento das notas e moedas do Metical mais próximo das áreas de operação dos Bancos Comerciais, a prestação de apoio técnico aos operadores, incluindo os de microfinanças, a constituírem-se no âmbito da bancarização da economia nacional, a realização da compensação bancária de cheques e de outros valores compensáveis, a prestação de serviços ao Estado e o apoio ao processo de substituição das notas e moedas do Metical, iniciámos em 2006 o processo de implantação de agências do Banco de Moçambique. Com efeito, abrimos agências nas Cidades de Quelimane e Maxixe e esperamos completar este processo, no decurso do primeiro semestre de 2007, com a abertura de outras três agências em Pemba, Tete e Lichinga, o que elevará a nossa presença física de três para oito das 10 províncias que compõem o território nacional, incluindo a sede do Banco, em Maputo, e as Filiais Regionais da Beira e Nampula.



O ano de 2006 foi também marcado por outros importantes eventos para o nosso País, de entre os quais tenho a destacar o acordo de reversão da propriedade da Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB) para o Estado moçambicano, que representou um acontecimento de dimensão histórica e económica para o nosso País. Este acordo traçou as linhas através das quais o Estado moçambicano passará a deter 85% da titularidade deste importante empreendimento, o que lhe dará maior autonomia para utilizar o imenso potencial da HCB a favor do desenvolvimento económico e social do País e de toda a região em que nos inserimos, contribuindo, deste modo, para o objectivo de redução da pobreza absoluta, prioridade da agenda nacional. Outro acontecimento que a nível nacional merece destaque é o alívio da dívida externa no âmbito do “Multilateral Debt Relief Initiative” decidido pelos líderes do chamado G-8, na Escócia, em 2005, que se tornou efectivo pelo Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Banco Africano de Desenvolvimento. Em termos práticos, para Moçambique o *write-off* foi de cerca de dois biliões de dólares americanos ao *stock* da nossa dívida externa oficial, sendo 1.3 biliões do Banco Mundial, 540 milhões do Banco Africano de Desenvolvimento e 154 milhões do FMI. Esta iniciativa permitiu que as autoridades moçambicanas passassem a prestar maior apoio orçamental aos sectores prioritários identificados no Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) e nos objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Com este perdão, os rácios da posição externa de Moçambique ficam bastante melhorados, permitindo ao Governo recorrer ao financiamento externo, na base de uma gestão criteriosa do endividamento, para promover o desenvolvimento e o combate à pobreza absoluta.

Cabe ainda registar a aprovação da 4ª e 5ª avaliação pelo Fundo Monetário Internacional do programa PRGF (*Poverty Reduction and Growth Facility*) que mantemos com esta instituição. Essa medida espelha o reconhecimento internacional do desempenho da economia moçambicana e das reformas levadas a efeito pelo nosso Governo e reforça as perspectivas de consolidação de uma cooperação sólida com a comunidade internacional.

No ano a que se reporta o relatório, o comportamento dos indicadores macroeconómicos foi bastante positivo. Com efeito, a informação preliminar indica que o crescimento do PIB acelerou para 8.5%, sendo de destacar a contribuição dos sectores com maior impacto na promoção do emprego na segurança alimentar, como por exemplo o sector agrícola que cresceu 11.1%. A taxa de inflação homóloga desacelerou para 9.4%, após 11.5% em finais de 2005, muito embora em termos de taxa média anual se tenha registado um aumento para 13%, em face da aceleração do indicador de inflação no princípio do ano.

No mesmo período, o saldo da conta corrente da nossa balança de pagamentos reduziu, passando de 11.5% do PIB em 2005, para 7.7%, sendo de destacar o grande dinamismo da generalidade dos sectores de exportação tradicional e o facto de as exportações terem crescido mais que proporcionalmente às importações.



Refira-se que durante o ano de 2006 o Metical registou um comportamento mais estável e conseqüentemente previsível, ao depreciar-se 8.9% contra o USD, após 27% em 2005.

A condução da política monetária continuou a ser feita com recurso exclusivo a instrumentos indirectos de controlo da oferta monetária, através das operações de mercado, em que pontificaram as intervenções por via do mercado cambial interbancário, comparativamente às operações do mercado monetário.

Uma vez reposta a estabilidade do mercado cambial, iniciámos em 2006 a remoção gradual das medidas transitórias introduzidas em Novembro de 2005. Assim, em finais de 2006 aprovámos um novo regulamento do Mercado Cambial Interbancário, que introduz procedimentos que foram objecto de concertação com os bancos comerciais, a saber: (i) inclusão do requisito de adesão e obrigatoriedade de cotar firme para um montante de referência de USD 50.000, até um máximo de 1 chamada por dia, (ii) alargamento do spread entre as cotações *bid* e *offer*, de 10 Ctn para 20 CTn e (iii) definição, com maior detalhe, das operações bilaterais com o Banco Central. Paralelamente, através dos canais de mercado instituídos, anunciámos o alargamento do limite máximo de variação da cotação diária para 1%, o que se mostra razoável para maior flexibilização dos operadores do MCI em todo este ambiente, em que a estabilidade cambial continua a ser uma das nossas principais apostas.

Outro objectivo nosso é a promoção dum sistema financeiro são, forte e competitivo. No período em análise, melhorámos os instrumentos de avaliação do risco do sector financeiro, através da metodologia CAMEL - Adequação do Capital, Qualidade dos Activos, Qualidade da Gestão, Evolução dos Rendimentos e Situação de Liquidez.

Os dados disponíveis mostram que, dum modo geral, as nossas instituições se encontram hoje mais sólidas e robustas, com os principais indicadores a evoluírem no sentido de melhoria e com perspectivas bastante mais animadoras. O nível de capitalização das instituições continua a aumentar, situando-se num patamar que pode ser considerado satisfatório.

As perspectivas para 2007 são de uma inflação de 6.0% e um crescimento do PIB de 7.0%. Para alcançar estes objectivos, continuaremos a aprofundar as reformas em curso nos mercados monetário e cambial, principais meios de execução da nossa política monetária.

Com vista a conferir maior credibilidade e transparência à gestão da política monetária, bem como para se conformar com as boas práticas internacionais sobre a matéria, em 2007 o nosso comité de politica monetária vai mudar de formato e conteúdo. Entre outros aspectos, no figurino que iremos adoptar, dedicaremos uma atenção especial à comunicação com o público, tendo em vista divulgar pelo mercado e por toda a sociedade a natureza das medidas que o Banco Central toma, sinalizando de forma mais clara a política monetária que perseguimos no presente e futuro, o que por certo auxiliará o processo de formação das expectativas dos agentes económicos.



Ainda ligado a este aspecto, já foi aprovada uma estratégia de política monetária de médio e longo prazos, a ser adoptada a partir de 2007, que clarifica os objectivos de política monetária do Banco de Moçambique, os instrumentos disponíveis e o *modus operandi* da política monetária, o que irá incrementar a sua transparência.

Igualmente para o ano de 2007, devo destacar os desafios para a implementação dos padrões internacionais nos relatórios financeiros das instituições de crédito (IFRS), marcando assim o fim de um processo de transição iniciado em 2004. Para tanto, a supervisão bancária vai passar a fazer uma abordagem de riscos futuros, conformando-se com as práticas internacionais sobre a matéria.

No plano externo, o ano de 2006 foi marcado pelo crescimento da economia mundial pelo terceiro ano consecutivo, a uma taxa próxima dos 5%, com o continente africano a crescer em redor dos 5.5%.

A nível regional, continuaremos a dar a nossa contribuição para que os objectivos de integração e convergência macroeconómica definidos na SADC sejam alcançados, particularmente no que se refere à inflação, harmonização de procedimentos e quadro legal que governa os bancos centrais da região.

A nível do continente africano, na qualidade de membros da Associação dos Bancos Centrais Africanos, continuaremos a contribuir para a concretização do objectivo da criação de um banco central à escala continental.

A terminar, saliento que o alcance das metas definidas pelo Banco apenas foi possível graças à inestimável colaboração das instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, e público em geral. Destaco ainda, com apreço especial, a contribuição dos trabalhadores do Banco de Moçambique que com o seu saber e dedicação têm sido o garante do sucesso da instituição. Nestes termos, os meus agradecimentos a todos.

Ernesto Gouveia Gove

Governador









RELATÓRIO ANUAL

Nº 15/ANO 15

DEZEMBRO/2006

CDI - BANCO DE MOÇAMBIQUE

Relatório Anual

Maputo

Ano 15

P1-110

Dezembro 2006



BANCO DE MOÇAMBIQUE

RELATÓRIO ANUAL

Ao abrigo da Lei 1/92, de 3 de Janeiro, o Banco de Moçambique (BM) assume funções exclusivas de Banco Central.

A actual edição do Relatório Anual retrata a actividade do BM em 2006.

Comissão Editorial: Banco de Moçambique
Departamento de Administração e Finanças
Departamento de Estudos Económicos e Estatística
Departamento de Supervisão Bancária
Av. 25 de Setembro - BM - Sede
Telefone 258-21-318000/9 Fax 258-21-321363
C.P. 423
Internet Website: <http://www.bancomoc.mz>
Maputo, República de Moçambique

Coordenação, concepção e produção gráfica:
Centro de Documentação e Informação
Banco de Moçambique, Travessa Tenente Valadim nº 69

Tiragem: 500 exemplares





Conselho de Administração

Ao Centro

Ernesto Gouveia Gove

Governador

À Esquerda

António Pinto de Abreu

Administrador

Esselina Macome

Administradora

Waldemar Fernando de Sousa

Administrador

À Direita

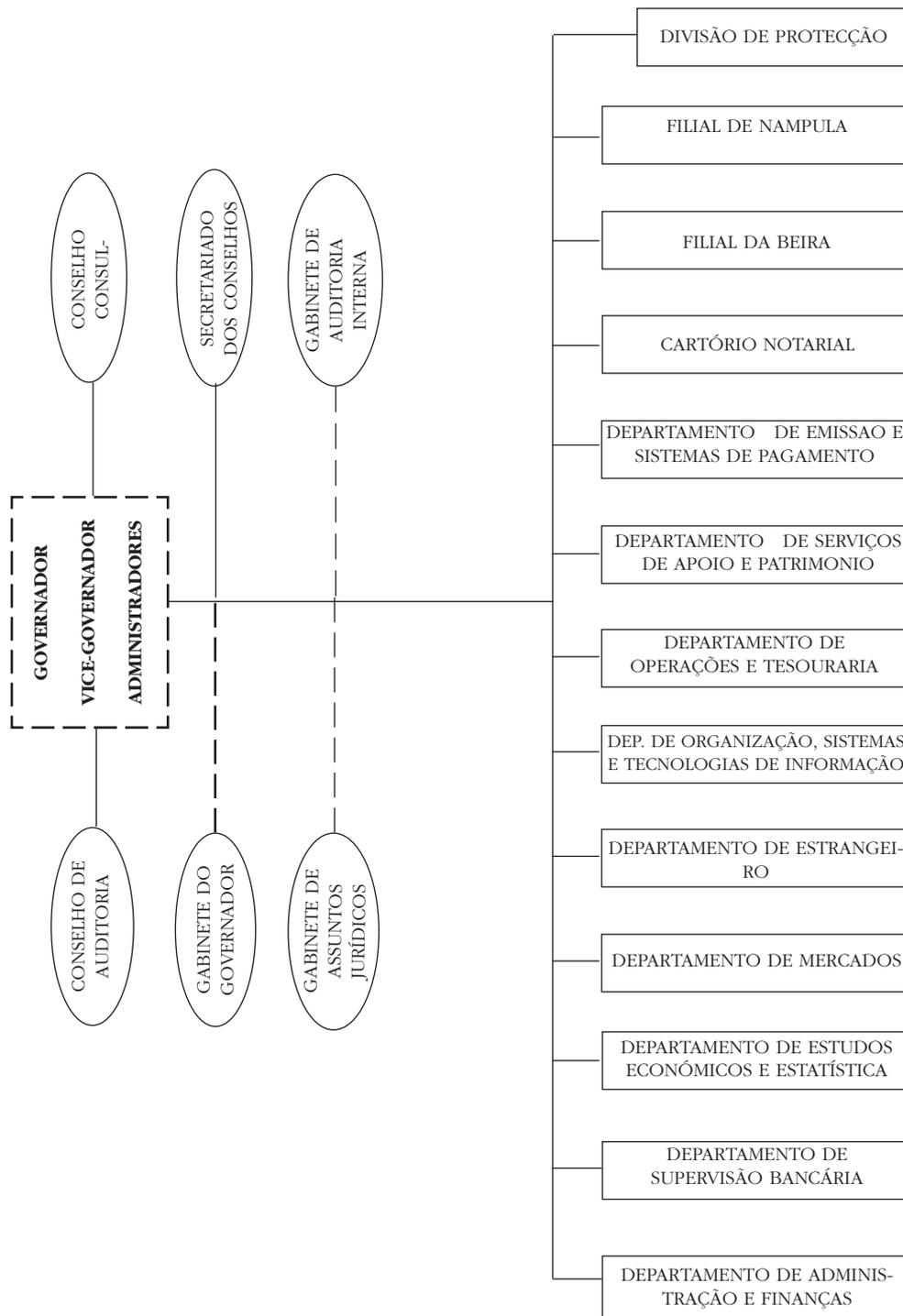
Joana Jacinto David

Administradora

Víctor Pedro Gomes

Administrador

ORGANOGRAMA GERAL DO BANCO DE MOÇAMBIQUE



I- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Acta de Aprovação das Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Banco de Moçambique é responsável pela preparação, integridade e objectividade das demonstrações financeiras e demais informações contidas neste Relatório.

Para satisfazer esta responsabilidade, o Banco dispõe de sistemas internos de controlo contabilístico e administrativo para assegurar que os activos do Banco sejam salvaguardados e que as respectivas operações e transacções sejam executadas e escrituradas em conformidade com as normas e procedimentos adoptados.

Nos termos dos artigos 64 e 65 da Lei 1/92, de 3 Janeiro as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 17 de Maio de 2007, e vão assinadas em seu nome por:

Dr^a Joana Jacinto David

Administradora do Pelouro
De Supervisão, Administração e Finanças



I- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Ao Conselho de Administração do
BANCO DE MOÇAMBIQUE

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **BANCO DE MOÇAMBIQUE**, que compreendem o Balanço relativo a 31 de Dezembro de 2006, (que evidencia um activo total de 43.558.839 milhares de Mtn e fundos próprios no montante de 2.809.465 milhares de Mtn, incluindo um resultado líquido de 292.309 milhares de Mtn), a Demonstração de resultados e a Demonstração dos fluxos de caixa referentes ao ano então findo e um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos definidos no Plano de Contas do Banco de Moçambique. Esta responsabilidade inclui: concepção, implementação e manutenção do controlo interno relevante para a apresentação apropriada de demonstrações financeiras que estejam isentas de distorções materiais, quer devidas a fraude ou a erro; selecção e aplicação de políticas contabilísticas apropriadas; e de fazer estimativas contabilísticas que sejam razoáveis nas circunstâncias.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras baseada na nossa auditoria. Conduzimos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e planeemos e executemos a auditoria a fim de obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos para obter prova de auditoria sobre as quantias e divulgações das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do juízo do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras, quer devido a fraude quer a erro. Ao fazer essas avaliações de risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria também inclui a avaliação da adequação das políticas usadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras.

Entendemos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.



I- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Reserva

Conforme referido na Nota 16 das Notas às Demonstrações Financeiras, a rubrica de Fundos próprios – outras reservas engloba o montante de 1.638.729 milhares de Mtn, relativo ao efeito líquido da reavaliação cambial das posições activas e passivas em moeda estrangeira, detidas pelo Banco à data de 31 de Dezembro de 2006. O registo da referida reserva encontra-se suportado pela Ordem de Serviço n.º 19/2006 de 28 de Agosto. Tendo em consideração que a actual Lei Orgânica do Banco de Moçambique, através do artigo 14º, estabelece que qualquer saldo credor na conta especial de flutuação de valores no final de cada exercício económico será creditado numa conta cativa em nome do Estado, somos da opinião que o Banco deveria ter procedido ao registo desta responsabilidade no Passivo numa rubrica de Outros credores. Nestas circunstâncias, os fundos próprios do Banco encontram-se sobreavaliados e o Passivo subavaliado naquele montante.

Opinião com Reservas

Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos da situação descrita no parágrafo precedente, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **BANCO DE MOÇAMBIQUE** em 31 de Dezembro de 2006, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos definidos no Plano de Contas do Banco de Moçambique.

Maputo, 16 de Maio de 2007

ERNST & YOUNG, LDA



I- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BANCO DE MOÇAMBIQUE Balanço em 31 de Dezembro de 2006

(Montantes expressos em milhares Meticais da nova família para 2006 e em milhões de Meticais para 2005)

	Notas	2006	2005
Activo			
Meios imobilizados	2	967.007	953.742
Créditos e adiantamentos concedidos ao Governo	3	-	2.300.636
Investimentos	4	3.047.808	1.537.235
Flutuação de valores reembolsável pelo Estado	5	1.515.207	3.015.207
Ouro e activos sobre o exterior	6	34.401.973	29.868.296
Caixa e equivalentes de caixa	7	-	-
Outros devedores	8	3.216.208	3.660.330
Existências	9	410.636	83.146
Total do activo		43.558.839	41.418.592
Passivo			
Notas e moedas em circulação	10	8.789.334	7.335.780
Depósitos	11	17.359.553	13.936.756
Bilhetes do tesouro e de Autoridades Monetárias	12	9.475.935	10.606.800
Financiamentos externos	13	252.979	3.795.120
Outros credores	14	263.303	447.121
Fundo social dos trabalhadores	15	240.610	15.260
Provisões	22	4.367.660	4.403.328
Total do passivo		40.749.374	40.540.165
Situação líquida			
Capital	16	248.952	248.952
Reservas não distribuíveis	16	314.880	242.283
Lucros não distribuídos	16	292.309	96.796
Reserva estatutária	16	290.595	266.396
Outras reservas	16	1.662.729	24.000
Total da situação líquida		2.809.465	878.427
Total da situação líquida e passivo		43.558.839	41.418.592
Contas extra patrimoniais	17	136.664	14.292.622

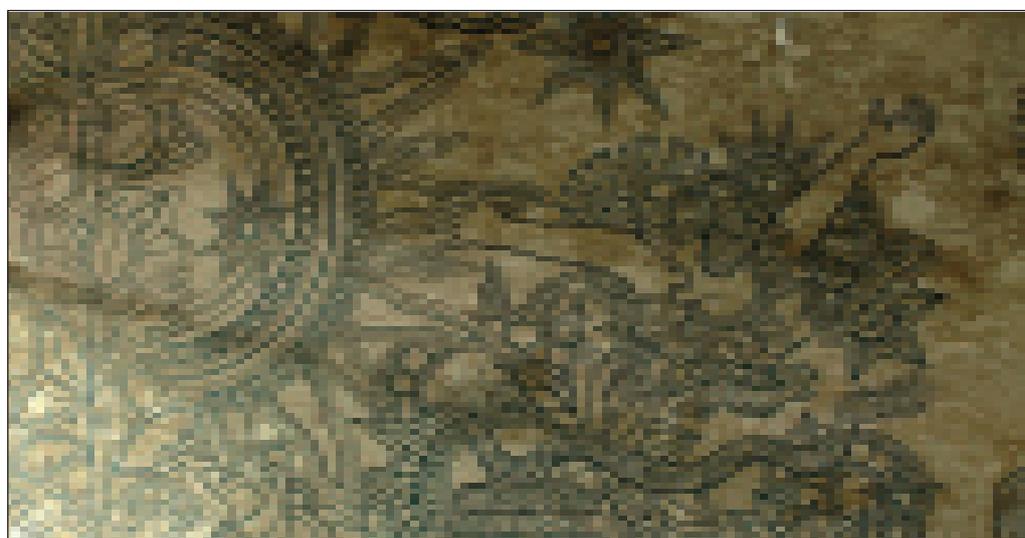


I- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BANCO DE MOÇAMBIQUE Demonstração de Resultados Exercício findo em 31 de Dezembro de 2006

(Montantes expressos em milhares Meticais da nova família para 2006 e em milhões de Meticais para 2005)

	Notas	2006	2005
Juros e proveitos equiparados	18	1 501 225	1 067 831
Juros e custos equiparados	19	1 220 531	807 641
Margem financeira		280 694	260 190
Outros proveitos			
Proveitos/(custos) de operações em ouro		(705 877)	84 152
Proveitos de operações em moeda estrangeira		1 536 920	560 668
Outros proveitos de exploração	20	140 011	155 958
Total de proveitos		1 251 748	1 060 968
Custos operacionais			
Custos com o pessoal	21	700 118	610 189
Outros custos operacionais	21	234 718	457 483
		934 836	1 067 672
Lucro / (Prejuízo) da actividade de corrente		316 912	(6 704)
Proveitos de exercícos anteriores	23	(24 603)	103 500
		292 309	96 796
Provisão para o Fundo de Pensões		-	-
Transferência da Provisão Geral para resultados		-	-
Lucro do exercíco		292 309	96 796



Rés-do-chão Mural em mármore gravado (pormenor) Francisco Reló-



I- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercício findo em 31 de Dezembro de 2006

(Montantes expressos em milhares Meticais da nova família para 2006 e em milhões de Meticais para 2005)

	2006	2005
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Lucro do exercício	292.309	96.796
Ajustamentos para:		
Regularização da reserva estatutária	-	386
Amortizações	146.521	145.450
Itens não relacionados com caixa	(231.444)	(57.949)
Movimento de provisões	-	-
Resultados extraordinários	225.350	10.469
Fundo social dos trabalhadores	1.638.729	-
Reavaliações de moeda estrangeira	-	-
Fluxos líquidos gerados pelas actividades operacionais	<u>2.035.797</u>	<u>282.204</u>
Alterações ao nível do capital circulante:		
Diminuição/(aumento) de empréstimos e adiantamentos ao Estado	2.300.636	-
Diminuição/(aumento) de empréstimos e adiantamentos do Estado	1.500.000	1.415.537
Diminuição/(aumento) em devedores e outras contas	444.122	-
Diminuição/(aumento) em existências	(327.491)	4.773.173
(Diminuição)/aumento em contas de depósitos	3.422.797	(2.235.221)
(Diminuição)/aumento em credores e outras contas	47.626	24.712
(Diminuição)/aumento de Bilhetes de Tesouro e Bilhetes de Autoridades Monetárias	(1.130.865)	720.600
	-	13.771
	-	181.454
Fluxos líquidos gerado pela / (utilizado para) alterações ao nível do capital circulante	<u>6.256.825</u>	<u>4.894.026</u>
Fluxo de caixa gerado pelas / (utilizado para) actividades operacionais	<u>8.292.622</u>	<u>5.176.230</u>
Fluxos de caixa de actividade de investimento		
(Aquisição) / (venda) de meios imobilizados	(159.786)	(195.647)
(Aquisição) / (venda) de investimentos	(1.510.573)	(1.512.543)
Reavaliação/(aquisição)/venda de ouro e moeda estrangeira	(4.533.676)	(4.679.972)
	<u>(6.204.035)</u>	<u>(6.388.162)</u>
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
(Diminuição)/ aumento de notas e moedas em circulação	1.453.554	1.133.126
Reavaliação e (diminuição) / aumento nas responsabilidades em moeda estrangeira	(3.542.141)	78.806
Financiamentos externos transferidos para o Estado	-	-
	<u>(2.088.587)</u>	<u>1.211.932</u>
Variação líquida em caixa e seus equivalentes	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	-	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	-	-



I- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2006

(Montantes expressos em milhares Meticais da nova família para 2006 e em milhões de Meticais para 2005)

1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

a) Bases de apresentação

O BM – Banco de Moçambique é o Banco Central do País com sede em Maputo. O seu capital está integralmente subscrito e realizado pelo Estado da República de Moçambique.

As demonstrações financeiras apresentadas reflectem a posição financeira do Banco em 31 de Dezembro de 2006 e o resultado das suas operações para o exercício económico findo na mesma data.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com o Plano de Contas do Banco de Moçambique, com base no princípio do custo histórico, sem quaisquer ajustamentos subsequentes para reflectir o impacto de mudanças de preços específicos ou a evolução do nível geral de preços, e de acordo com os princípios fundamentais da continuidade das operações, substância sobre a forma e materialidade.

Exceptuando ligeiras sintetizações, a forma de apresentação e o arredondamento dos números para milhões de Meticais, no que se refere aos comparativos do ano anterior, as demonstrações financeiras anexas estão expressas em milhares de Meticais da nova família (Mtn) e são idênticas às que foram preparadas pelo Banco a partir dos seus registos contabilísticos e que irão ser submetidas à aprovação do Conselho de Administração.

b) Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

c) Transacções em moeda estrangeira / Ouro

Os registos contabilísticos do Banco de Moçambique são processados e mantidos em Meticais. As transacções em moeda estrangeira são convertidas mediante a taxa de câmbio em vigor à data das mesmas. Os saldos denominados em moeda estrangeira são convertidos para Meticais mediante a utilização da taxa de câmbio em vigor à data de reporte.

De acordo com o artigo 14º da Lei n.º 1/92, as flutuações cambiais activas e passivas daí resultantes, geradas no próprio exercício económico, são da responsabilidade do Estado. No período compreendido entre 31 de Maio de 2002 e 31 de Dezembro de 2003, este critério contabilístico foi derogado, passando as mesmas a ser da responsabilidade do Banco, conforme acordo celebrado entre este e o Governo.



I- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A partir de 23 de Agosto de 2006, por força da entrada em vigor da Ordem de Serviço n.º 19/2006 do Governador do Banco, as diferenças de reavaliação passaram a ter o seguinte tratamento: (i) se o efeito líquido das diferenças for positivo, é transferido para a conta de Reservas de reavaliação de moeda estrangeira; (ii) caso o efeito líquido das diferenças de reavaliação seja negativo, a mesma é igualmente transferida para a referida conta de Reservas de reavaliação de moeda estrangeira até à concorrência do saldo aí existente, sendo o remanescente considerado prejuízo do exercício.

Durante o exercício, o apuramento de ganhos ou perdas em operações de ouro e moeda estrangeira é efectuado moeda a moeda pelo diferencial entre o valor das transacções e o custo médio ponderado do dia, o qual é calculado com base no “método do custo líquido diário”.

d) Meios imobilizados

Os edifícios são objecto de reavaliação periódica. As restantes imobilizações encontram-se registadas pelo respectivo custo de aquisição ou pelos valores resultantes das reavaliações efectuadas legalmente em Moçambique, líquidas de amortizações acumuladas.

As amortizações de Meios Imobilizados são calculadas de acordo com o critério das quotas constantes, às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, e previstas na portaria n.º 20817 de 27 de Janeiro de 1968, de acordo com os seguintes períodos, que não diferem substancialmente da vida útil esperada:

	<u>Número de anos</u>
+ Edifícios	50
+ Equipamento informático	4
+ Veículos	4 - 5
+ Outros Meios Imobilizados	10
+ Encargos Plurianuais	3

As imobilizações incorpóreas englobam os encargos plurianuais, os quais incluem os custos com emissão de notas e moedas sendo objecto de depreciação por um período de três anos.

e) Investimentos

As participações financeiras são registadas ao respectivo custo, a menos que, na opinião da Administração, tenha ocorrido uma diminuição significativa e permanente do seu valor. Em tais casos é constituída uma provisão para reduzir o saldo desta rubrica ao seu valor estimado de realização.



I- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

f) Créditos ao Estado

Ao abrigo do artigo 18 da Lei 1/92 de 3 de Janeiro, o Banco pode conceder crédito ao Estado. A política estabelecida pelo Banco é a de não proceder à constituição de provisões para este tipo de crédito.

g) Bilhetes do Tesouro e de Autoridades Monetárias

Os Bilhetes do Tesouro e de Autoridades Monetárias são registados ao custo de emissão. A diferença entre o custo inicial e o valor reembolsável é tratado como se de um juro se tratasse, sendo o mesmo diferido até à data estimada de pagamento dos activos financeiros titulados.

2. MEIOS IMOBILIZADOS

Os movimentos ocorridos na rubrica de Meios Imobilizados no decorrer do exercício apresentam-se como segue:

	Saldo em 1 de Janeiro	Aquisição/ Dotação	A. base	Regulariz.	Saldo em 31 de Dezembro
Custo:					
Terenos e edifícios	645.533	192	-	-	645.725
Equipamento	458.532	50.587	(1.356)	-	507.763
Imobilização e Outros Meios Básicos	2.900	80	-	-	2.980
Imobilizações em curso	154.427	113.602	-	-	268.029
Imobilizações incorpóreas	439.579	4.336	-	-	443.915
	<u>1.700.971</u>	<u>168.797</u>	<u>(1.356)</u>	<u>-</u>	<u>1.868.412</u>
Amortizações acumuladas:					
Terenos e edifícios	177.881	13.532	-	4.761	196.174
Equipamento	268.428	51.403	(1.356)	(90.680)	227.795
Imobilização e Outros Meios Básicos	23.553	495	-	103.089	127.137
Imobilizações incorpóreas	277.367	81.091	-	(8.159)	350.299
	<u>747.229</u>	<u>146.521</u>	<u>(1.356)</u>	<u>(9.011)</u>	<u>901.405</u>
	<u>953.742</u>				<u>967.007</u>

3. CRÉDITOS E ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS AO GOVERNO

Esta rubrica decompõe-se como segue:

		2006	2005
Empréstimos ao Governo Central	3.1	-	2.300.422
Empréstimos aos Governos Locais		-	214
		<u>-</u>	<u>2.300.636</u>

3.1 A rubrica de Empréstimos ao Governo Central incluía no exercício de 2005 o montante de 2.300.000 milhares de Mtn, relativo a fundos de curto prazo concedidos ao Governo para efeitos de emissão de Bilhetes do Tesouro no mercado. À data de 31 de Dezembro de 2006 não existiam em carteira fundos de curto prazo concedidos ao governo central. Ver nota 12 das Notas às Demonstrações Financeiras.



I- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4. INVESTIMENTOS

O saldo desta rubrica decompõe-se como segue:

		2006	2005
Obrigações do Tesouro	4.1	3.000.000	1.500.000
Direitos sobre saques especiais		8.578	-
Banco Int. de Reconstrução e Desenvolv.	4.2	12.798	12.798
African Export and Import Bank	4.3	25.970	24.183
Pagamentos de acordos internacionais	4.4	462	254
		<u>3.047.808</u>	<u>1.537.235</u>

- 4.1 As Obrigações do Tesouro representam títulos emitidos pelo Estado a favor do Banco de Moçambique, para amortização da dívida do Estado ao abrigo do artigo 14º da Lei n.º 1/92, de 3 de Janeiro (Lei Orgânica do Banco de Moçambique), com um prazo de amortização perpétuo e a uma taxa de juro de 5,8%.
- 4.2 As contribuições para o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento representam as obrigações anuais da República de Moçambique.
- 4.3 A participação financeira subscrita no African Export – Import Bank é de USD 1.000.000 (2005 – USD 1.000.000). O Banco procedeu à actualização cambial desta participação em referência a 31 de Dezembro de 2006.
- 4.4 O saldo de pagamentos de acordos internacionais representa a posição líquida relativamente aos acordos comerciais bilaterais celebrados com países africanos.

5. FLUTUAÇÃO DE VALORES REEMBOLSÁVEL PELO ESTADO

O saldo desta rubrica apresenta-se decomposto como segue:

	2006	2005
Flutuação de valores desfavorável, pagável pelo Estado no decurso do próximo ano	1.500.000	3.000.000
Flutuação de valores desfavorável, reembolsável pelo Estado mas ainda não acordada	15.207	15.207
	<u>1.517.207</u>	<u>3.015.207</u>



I- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Reconciliação do saldo final:

	2006	2005
Saldo inicial	3.015.207	7.788.380
Transferência da dívida para o Estado	-	(3.273.173)
Reembolsos efectuados pelo Estado durante o exercício (através de OT's)	(1.500.000)	(1.500.000)
	<u>1.515.207</u>	<u>3.015.207</u>
Flutuações cambiais activas e passivas reembolsáveis pelo Estado e assumidas por este decorrentes de exercícios anteriores até à data de transferência	-	-
Saldo com o Estado após transferência	<u>1.515.207</u>	<u>3.015.207</u>
Flutuações subsequentes à data de transferência da dívida	-	-
	<u>1.515.207</u>	<u>3.015.207</u>

O saldo desta conta é integralmente assumido pelo Estado, no âmbito do n.º 2, Artigo 14º da Lei n.º 1/92. Este saldo resulta da reavaliação dos saldos dos créditos externos obtidos pelo Banco em nome do Estado.

Relativamente ao saldo de 2005, o Estado concordou no pagamento de um valor de 3.000.000 milhares de Meticais mediante a emissão de Obrigações de Tesouro, a favor do Banco, em prestações anuais de 1.500.000 milhares de Mtn durante o período compreendido entre 2006 e 2007.

Em Julho de 2005 e Junho de 2006, foram emitidas obrigações no montante de 1.500.000 milhares Mtn, em cada emissão, a favor do Banco de Moçambique. Ver nota 4 das Notas às Demonstrações Financeiras.

6. OURO E ACTIVOS SOBRE O EXTERIOR

Esta rubrica decompõe-se como segue:

		2006	2005
Ouro em moedas e em barras	6.1	1.571.563	1.184.870
Gestores externos	6.2	12.918.611	12.169.698
Depósitos a prazo		12.429.207	9.700.881
Bilhetes de tesouro		3.978.687	1.705.807
Depósitos à ordem		3.397.474	4.997.604
Moeda estrangeira em caixa		106.431	109.436
		<u>34.401.973</u>	<u>29.868.296</u>



I- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- 6.1 À data de 31 de Dezembro de 2006 as reservas de ouro de aproximadamente 95.189 onças (2005 – 95.189) foram avaliadas em USD 60.487.659 (2005 – USD 44.302.475), com base no preço médio do ouro cotado em Dólares Americanos à data de final do ano no Mercado de Ouro de Londres.
- 6.2 O saldo de gestores externos refere-se às aplicações sob custódia de gestores de recursos (Asset Managers) indicados pelo Banco. Em acordos separados, por eles assinados, os gestores aplicam os fundos disponibilizados em áreas especificamente estipuladas no acordo. Os aumentos no valor do portfólio gerido durante o ano são contabilizados como proveitos, líquidos dos honorários e comissões devidos aos gestores de recursos. Os honorários variam entre 0,5 e 2 por cento do valor médio líquido dos activos investidos. Em 31 de Dezembro de 2006 os investimentos foram reavaliados para o valor de mercado sendo a diferença registada numa rubrica de flutuação de valores.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo desta rubrica encontra-se decomposto como segue:

	2006	2005
Caixa e equivalentes de caixa	-	-

As notas e moedas que se encontravam no Caixa do Banco à data de final do exercício foram deduzidas ao valor de notas e moedas em circulação em virtude de, pela sua natureza, não representarem moeda em circulação.

8. OUTROS DEVEDORES

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	2006	2005
Devedores estrangeiros	25.739	17.087
Depósitos afectos às obrigações com o Fundo de Pensões	8.1 2.379.600	2.147.570
Empréstimos ao pessoal	8.2 223.183	5.338
Outros empréstimos e devedores	461	11.264
Empréstimos atreos (recursos consignados)	336.950	707.570
Juros a receber – de depósitos	214.706	278.359
Cheques em processo de liquidação	18.430	65.471
Outros	17.139	427.671
	<u>3.126.208</u>	<u>3.660.330</u>



I- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- 8.1 Este saldo representa os depósitos efectuados em Bancos Comerciais para cobertura das responsabilidades futuras inerentes ao Fundo de Pensões. Estes depósitos estão sob controlo do Banco, não estando a ser considerados como plano de activos nos estudos actuariais entregues ao Banco. Ver nota 28 das Notas às Demonstrações Financeiras.
- 8.2 A partir de 2006, os empréstimos e adiantamentos ao pessoal começaram a ser geridos directamente pelo Banco em substituição da Cooperativa dos Trabalhadores. Nestas circunstâncias, os saldos acumulados naquela entidade foram transferidos no decorrer do exercício para o Banco. Ver nota 15 das Notas às Demonstrações Financeiras.

9. EXISTÊNCIAS

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	2006	2005
Economato	18.039	14.340
Custo das notas	376.306	67.438
Outros activos	16.294	1.378
	<u>410.636</u>	<u>83.146</u>

O custo das notas engloba o custo com a produção de notas o qual se encontra a ser reconhecido em resultados aquando da respectiva emissão.

10. NOTAS E MOEDAS EM CIRCULAÇÃO

O saldo desta rubrica apresenta a seguinte decomposição em referência a 31 de Dezembro de 2006:

	2006	2005
Notas	8.481.321	7.120.314
Moedas	308.013	215.466
	<u>8.789.334</u>	<u>7.335.780</u>

As notas e moedas que se encontravam no Caixa do Banco à data de final do exercício foram deduzidas ao valor de notas e moedas em circulação em virtude de, pela sua natureza, não representarem moeda em circulação.

Reserva Monetária

De acordo com o previsto no artigo 15º da Lei n.º 1/92, a emissão monetária do Banco, na parte que ultrapassar o nível das reservas cambiais, deverá ter cobertura integral constituída por:



I- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Créditos sobre o Estado;
- Títulos que constituam a carteira comercial do Banco;
- Créditos concedidos a instituições de crédito em resultado de transacções de crédito garantidas por ouro;
- Créditos resultantes de operações de empréstimos caucionados por ouro, títulos do Tesouro e títulos de Estados estrangeiros, concedidas as instituições de crédito no âmbito do artigo 41º.

O artigo 12º da Lei n.º 1/92 define que as reservas cambiais são constituídas por ouro amoeado, em barra ou lingote, prata fina e platina, direitos de saques especiais, moeda estrangeira e outros activos expressos em moeda estrangeira de convertibilidade assegurada.

À data de 31 de Dezembro de 2006 o valor total de notas e moedas em circulação ascendia a 8.789.334 milhares de Mtn (2005 – 7.335.780 milhões de Meticais), ascendendo o valor dos activos externos a 34.401.973 milhares de Mtn (2005 – 29.868.296 milhões de Meticais).

11. Depósitos

O saldo desta rubrica apresenta a seguinte decomposição em referência a 31 de Dezembro de 2006:

		2006	2005
Depósitos em moeda nacional:			
Estado		3.782.221	2.825.657
Instituições financeiras	11.1	5.828.390	4.552.842
Credores por recursos consignados	11.2	6.364	52.579
Depósitos de caução		4.861	10.120
Fundo Monetário Internacional		10.792	9.515
BIRD		1.112	1.217
Bancos estrangeiros		10.786	3.473
Outras contas correntes		15.138	35.525
		<u>9.659.664</u>	<u>7.490.928</u>
Depósitos em moeda estrangeira:			
Estado		6.775.962	5.310.386
Instituições Financeiras	11.1	118.250	296.143
Credores por recursos consignados	11.3	805.336	839.009
Depósitos de caução		341	290
		<u>7.699.889</u>	<u>6.445.828</u>
		<u>17.359.553</u>	<u>13.936.756</u>

Os depósitos do Estado e das Instituições Financeiras não geram juros.



I- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- 11.1 Este saldo representa depósitos de bancos comerciais locais.
- 11.2 Este saldo representa o contravalor em moeda nacional dos financiamentos recebidos do Banco Mundial e de outras instituições financeiras para empréstimo aos seus beneficiários.
- 11.3 Este saldo respeita a contas de projectos especiais detidos em nome do Tesouro e de outras entidades residentes.

12. BILHETES DO TESOIRO E DE AUTORIDADES MONETÁRIAS

Esta rubrica encontra-se decomposta como segue:

		2006	2005
Bilhetes do tesouro	121	9.475.935	10.306.800
Leilões de depósitos	122	-	300.000
		<u>9.475.935</u>	<u>10.606.800</u>

- 12.1 Os Bilhetes do Tesouro representam títulos de débito emitidos pelo Banco de Moçambique por um período de três ou seis meses. Os Bilhetes do Tesouro são emitidos com o intuito de servirem como instrumentos de gestão da liquidez do mercado monetário mediante operações abertas de mercado no mercado financeiro a nível local e de providenciar o Estado Moçambicano com fundos de curto prazo. Os fundos obtidos da emissão dos Bilhetes do Tesouro são transferidos para o Estado a pedido deste, à mesma taxa de juro da praticada para o mercado e pelo período que seja acordado com o Governo. A taxa de juro para os Bilhetes do Tesouro variou ao longo do ano entre 10% e 11%. O valor nominal do saldo no final do exercício económico ascendia a 10.039.500 milhares de Mtn.
- 12.2 Os Leilões de Depósitos representam débitos emitidos pelo Banco de Moçambique por um período de quatro dias a um ano. Os Leilões de Depósitos são emitidos com o intuito de servirem como instrumentos de gestão da liquidez do mercado monetário mediante operações de mercado no mercado financeiro a nível local. Em referência a 31 de Dezembro de 2006 não existiam leilões de depósito em curso.

13. FINANCIAMENTOS EXTERNOS

O saldo desta rubrica, em referência a 31 de Dezembro de 2006, apresenta a seguinte decomposição:

	2006	2005
Organizações Financeiras Internacionais	252.979	3.795.120
	<u>252.979</u>	<u>3.795.120</u>



I- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O saldo desta rubrica corresponde a financiamentos obtidos do Fundo Monetário Internacional ao abrigo do Programa PRGF. Os termos e condições destes financiamentos serão honrados pelo Banco. Os juros potenciais incidentes sobre os mesmos foram devidamente registados.

14. OUTROS CREDORES

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	2006	2005
Credores estrangeiros	200.069	10
Credores nacionais	18.014	326.814
Contas de liquidação	1.100	429
Outros credores	33.101	32.056
Flutuação de valores - títulos	11.019	87.812
	263.303	447.121

15. FUNDO SOCIAL DOS TRABALHADORES

O saldo desta rubrica corresponde ao valor das dotações realizadas em exercícios anteriores pelo Banco para benefício dos trabalhadores. Até 31 de Dezembro de 2005, a gestão deste fundo encontrava-se entregue à Cooperativa dos Trabalhadores. Em 2006, em resultado da transferência da gestão do fundo, aqueles montantes foram devolvidos ao Banco, juntamente com a carteira de empréstimos, pela Cooperativa dos trabalhadores. Ver nota 8 das Notas às Demonstrações Financeiras.

16. SITUAÇÃO LÍQUIDA

	Capital M1	Reserva Liquida M2	Reserva Liquida M3	Reserva Liquida M4	Reserva Liquida M5	Capital Liquido M6
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	246.952	242.209	-	246.010	24.000	769.171
Resultado Líquido do Exercício	-	-	96.796	-	-	96.796
Dividendo do Exercício	-	-	-	-	-	-
Transferência para Reserva Líquida	-	-	-	-	-	-
Transferência para Reserva Estatística	-	-	-	246	-	246
Saldo em 1 de Janeiro de 2006	246.952	242.209	96.796	246.256	24.000	816.453
Resultado Líquido do Exercício	-	-	292.209	-	-	292.209
Transferência para Reserva Líquida	-	72.597	(72.597)	-	-	-
Transferência para Reserva Estatística	-	-	(24.199)	24.199	-	-
Reavaliação cambial moeda externa	-	-	-	-	1.626.729	1.626.729
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	246.952	314.806	292.209	270.055	1.650.729	2.874.751



I- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

16.1 CAPITAL

O capital do Banco de Moçambique encontra-se integralmente subscrito e realizado pelo Governo da República de Moçambique.

16.2 RESERVAS NÃO DISTRIBUÍVEIS

Esta reserva foi constituída no âmbito das várias reavaliações do património do Banco, nomeadamente de Edifícios.

16.3 RESERVA ESTATUTÁRIA E ENTREGA DE LUCROS AO ESTADO

Nos termos do artigo 65º, Lei n.º 1/92, de 3 Janeiro (Lei Orgânica do Banco), a aplicação dos Lucros obtidos deverá ser apresentada pelo Conselho de Administração e aprovada pelo Governo.

Relativamente a 2005 o Conselho de Administração propôs a aplicação de 75% para Outras Reservas e 25% para o Reserva legal (2004: Em virtude do resultado do exercício ter sido nulo, não foi efectuada qualquer proposta de aplicação de resultados).

16.4 REAVALIAÇÃO CAMBIAL EM MOEDA EXTERNA

A partir do exercício de 2006, em conformidade com a Ordem de Serviço n.º 19/2006 de 28 de Agosto, o efeito líquido das diferenças de reavaliação de activos e passivos em moeda externa são transferidos da demonstração de resultados directamente para uma conta de Reserva de reavaliação de Moeda Externa. Até 31 de Dezembro de 2005, aquelas diferenças eram transferidas para a conta de Flutuações de valores reembolsável pelo estado, nos termos do artigo 14º da Lei n.º 1/92 de 3 de Janeiro (Lei Orgânica do Banco de Moçambique).

17. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Esta rubrica encontra-se decomposta como segue:

	2006	2005
Garantias e avales	-	134
Créditos documentários abertos	136.664	255.121
Activos recebidos em garantia	-	14018.971
Valores à co brança	-	18.396
	<u>136.664</u>	<u>14292.622</u>



I- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Banco não prevê a ocorrência de prejuízos materialmente significativos em resultado de responsabilidades contingentes nas operações em causa, para além dos casos já provisionados nas demonstrações financeiras.

18. JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS

Esta rubrica encontra-se decomposta como segue:

	2006	2005
Juros de créditos e adiantamentos concedidos	62.282	19.462
Juros de depósitos à ordem	45.645	23.169
Juros de depósitos a prazo	491.740	462.163
Juros de aplicações com gestão contratada (gestores externos)	633.140	425.710
Juros aplicações em obrigações e bilhetes do tesouro	195.844	98.662
Outros juros	72.574	38.665
	<u>1.501.225</u>	<u>1.067.831</u>

19. JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS

O saldo desta rubrica encontra-se decomposto como segue:

	2006	2005
Juros de créditos e adiantamentos obtidos	703	21.115
Juros de depósitos à ordem	9.746	6.439
Juros de aplicações de liquidez	1.210.082	780.087
	<u>1.220.531</u>	<u>807.641</u>

20. OUTROS PROVEITOS

O saldo desta rubrica apresenta a seguinte decomposição em referência a 31 de Dezembro de 2006:

	2006	2005
Comissões de serviços bancários		
Comissões de cobrança	31.183	55.701
Comissões de transferências	1.853	4.246
Multas a Instituições Financeiras por incumprimento do limite de reservas	-	2.114
Regularização de saldos contabilísticos	201	88.301
Outros serviços	18.663	3.473
Juros de depósitos de ouro	11	5
	<u>140.011</u>	<u>155.958</u>



I- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

20.1 As regularizações de saldos contabilísticos referem-se a ajustamentos realizados nas contas de depósitos no estrangeiro e passivos externos, decorrente do processo de análise e reconciliação destas contas durante o exercício de 2006.

21. CUSTOS COM O PESSOAL E OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	2006	2005
Custos com o pessoal	700.118	610.189
Remunerações	670.665	577.652
Encargos sociais e outras despesas com o pessoal	29.453	32.537
Outros custos operacionais	234.718	457.483
Fornecimentos de terceiros	36.163	30.634
Serviços de terceiros	193.124	137.816
Amortizações do exercício	146.521	145.450
Outros custos	14.074	4.400
Outros (ganhos) / perdas	(155.164)	139.183
	<u>934.836</u>	<u>1.067.672</u>

22. PROVISÕES

O movimento das provisões assim como a sua decomposição apresentam-se como segue:

	31 de Dezembro de 2006	31 de Dezembro de 2005	31 de Dezembro de 2004	31 de Dezembro de 2003	31 de Dezembro de 2002	31 de Dezembro de 2001
Provisão para créditos em dívida	112.242	141.243	192.110	147.700	207.315	207.315
Provisão para créditos em dívida - provisões	-	-	10.795	-	-	10.795
Provisão para créditos em dívida - provisões	-	-	-	-	-	-
Provisão para créditos em dívida - provisões	-	-	230	-	-	250
Provisão para créditos em dívida - provisões	112.242	141.243	203.135	147.700	207.315	218.360
Provisão para créditos em dívida - provisões	-	-	232.900	-	-	232.900
Provisão para créditos em dívida - provisões	-	12.997	(12.993)	-	-	-
Provisão para créditos em dívida - provisões	-	-	(12.993)	-	-	-
Provisão para créditos em dívida - provisões	-	-	-	10.185	-	10.185
Provisão para créditos em dívida - provisões	-	-	-	-	10.185	10.185
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	112.242	154.240	290.242	257.785	217.315	228.545



I- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

23. AJUSTAMENTOS IMPUTÁVEIS A EXERCÍCIOS ANTERIORES

Esta rubrica decompõe-se como segue:

	2006	2005
Regularização de saldos contabilísticos	(34.690)	120.874
Outros (vários)	10.087	(17.374)
	<u>(24.603)</u>	<u>103.500</u>

As regularizações de saldos contabilísticos referem-se a ajustamentos realizados nas contas de depósitos no estrangeiro, passivos externos, de regularização e de passivos diversos, decorrente do processo de análise e reconciliação destas contas durante o exercício de 2006.

24. INFORMAÇÃO SOBRE PARTES RELACIONADAS

Durante o exercício económico o Banco e as suas delegações, no decurso normal das suas actividades efectuaram diversas transacções entre si. Essas transacções foram efectuadas de acordo com as condições e termos em vigor no mercado.

25. RELATO POR SEGMENTOS

Devido ao facto das actividades do Banco e das suas delegações se encontrarem integradas não se revela como apropriado o relato das mesmas por segmentos.

26. COMPARABILIDADE DOS VALORES APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Sempre que necessário, a comparabilidade dos valores foi ajustada em conformidade com as alterações verificadas ao nível da apresentação no presente exercício económico.

27. NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS

À data de 31 de Dezembro de 2006 o número de funcionários do Banco ascendia a 652 (31 de Dezembro de 2005: 647).

28. FUNDO DE PENSÕES

O Banco procedeu à constituição de um Fundo de Pensões separado, tendo como objectivo fazer face às responsabilidades com pensões dos seus funcionários, adquiridas por estes desde 1 de Janeiro de 1993. A criação deste Fundo foi efectuada mediante deliberação do Conselho de Administração do Banco.

A política adoptada pelo Banco visa assumir a responsabilidade total pelo pagamento das pensões de reforma daqueles funcionários, incluindo a atribuição de benefícios a viúvas, órfãos menores e funcionários incapacitados.



I- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

De acordo com o último estudo actuarial efectuado em referência a 31 de Dezembro de 2006, a responsabilidade do Banco com pensões de reforma aos seus trabalhadores era de 4.095.753 milhares de Mtn.

Encontra-se depositado em Bancos Comerciais (Fundo Autónomo) um valor de 2.397.614 milhares de Mtn (2005: 2.147.570 milhões de Meticais) para cobertura das responsabilidades futuras inerentes ao Fundo de Pensões. Estes depósitos estão sob controlo do Banco, não tendo sido considerados no estudo actuarial relativo às obrigações do Fundo de Pensões. Ver nota 8 das Notas às Demonstrações Financeiras.

Reconciliação da Provisão para Fundo de Pensões:

	2006	2005
Saldo em 1 de Janeiro	2.147.570	2.049.650
Reforço (transferência da provisão geral)	1.746.394	-
Regularização (ajustamento dos depósitos efectuados)	201.789	97.920
Saldo em 31 de Dezembro	4.095.753	2.147.570

O cálculo das responsabilidades com pensões de reforma de trabalhadores no activo foi efectuado no pressuposto de que o momento de atribuição da pensão de reforma por velhice/antecipada seria à primeira oportunidade, isto é, a passagem à reforma na data de verificação da primeira de entre as seguintes condições de reforma: 35 anos de serviço (reconhecendo os acréscimos de serviço quando aplicáveis), 55 anos de idade para as mulheres ou 60 anos de idade para os homens.

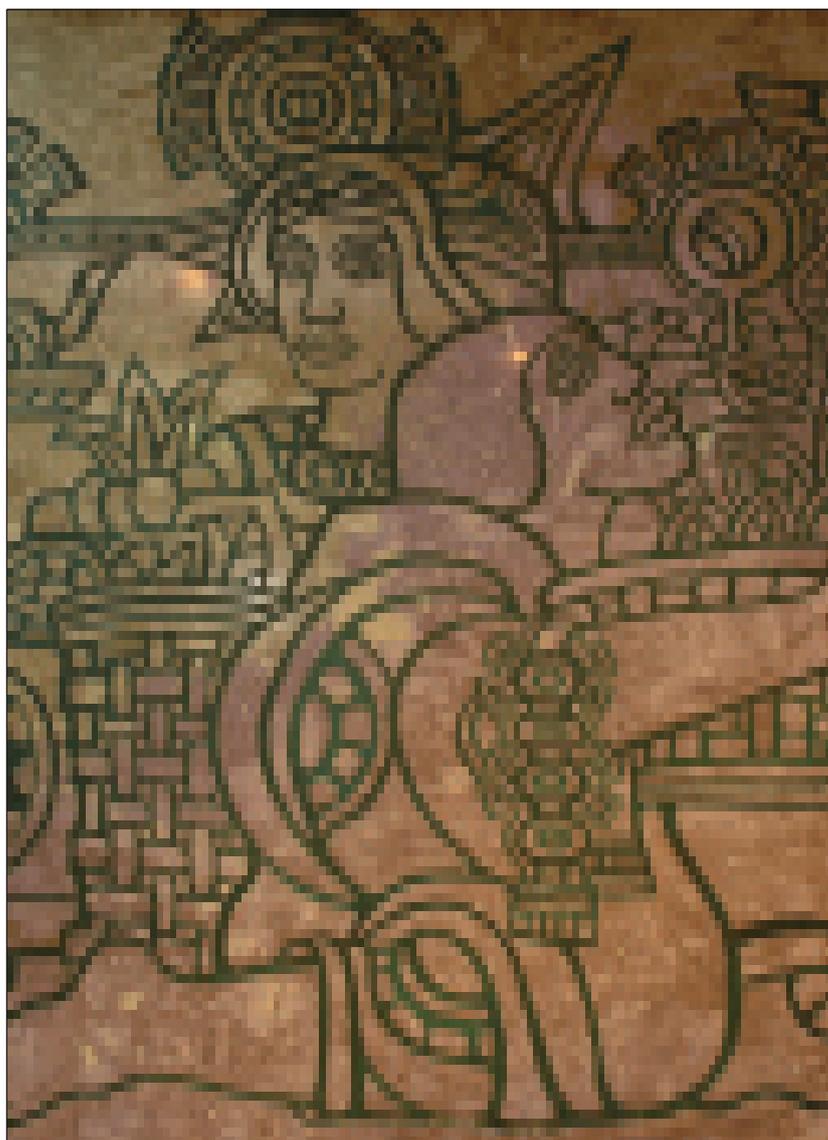
Os principais pressupostos considerados para efeitos de realização do estudo actuarial foram:

Número de mensalidades de pensão saís	13 prestações mensais
Número de mensalidades de salário saís	13 prestações mensais
Tabela de mortalidade	PM 60/64
Tabela de invalidez	EKV80
Taxa de crescimento de salários	3.5 %
Taxa de actualização de pensões	2.5 %
Taxa de desconto	6%
Taxa técnica de juro	6%
Percentagem de casados	70%
Diferença de idades entre participantes e conjugues	3 anos



29. IMPOSTOS

Nos termos do artigo 69º, Lei n.º 1/92, de 3 Janeiro (Lei Orgânica do Banco), o Banco goza de isenção de todas as contribuições, impostos, taxas, licenças administrativas, imposto de justiça, imposto do selo e demais disposições gerais e especiais, nos mesmos termos que o Estado. Contudo, a referida isenção, não abrange a obrigação de efectuar as retenções na fonte que por lei são exigidas. A este respeito, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação do Banco durante dez (10) anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal em sede de retenções de imposto, eventuais correcções. Contudo, o Conselho de Administração do Banco considera que eventuais correcções resultantes de revisões em sede de retenções na fonte (IRPC e IRPS), não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.



Rés-do-chão Mural em mármore gravado (pormenor) Francisco Reló-

II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2006 a economia mundial cresceu pelo terceiro ano consecutivo, a uma taxa real próxima dos 5%, com o continente africano a crescer ao redor dos 5.5%, o que igualmente acontece pelo terceiro ano consecutivo. Nos dois casos é a primeira vez, pelo menos nos últimos 25 anos, que o crescimento se processa de uma forma robusta por um período de tempo tão prolongado.

Apesar da volatilidade do preço do petróleo, o incremento da produção em 2006 foi acompanhado por uma tendência de redução das taxas de inflação – pelo menos em termos homólogos, de Dezembro a Dezembro – e de quedas das taxas de desemprego nas principais economias do mundo.

Com efeito, nos Estados Unidos da América, a taxa de crescimento do PIB em 2006 acelerou para 3.3%, após 3.2% em 2005, ao mesmo tempo que as taxas de inflação e de desemprego reduziram para 2.5% e 4.5% respectivamente, após 3.4% e 4.9%, respectivamente em 2005. No Japão, o crescimento do PIB acelerou para 2.2%, após 1.9% em 2005, enquanto que o desemprego reduziu de 4.3% para 4%. A aceleração do crescimento económico foi mais vigorosa na zona do euro, onde o PIB cresceu a 2.6%, após 1.4% em 2005. A inflação reduziu de 2.2% para 1.9%, enquanto que o desemprego caiu para 7.5%, após 8.4% em 2005.

Na vizinha África do Sul, principal economia da África sub-sahariana, apesar de alguma desaceleração face a 2005 (redução de 10 pb), o PIB em 2006 cresceu a uma taxa robusta (5%). Diferentemente das principais economias mundiais, a inflação agravou-se, ao fixar-se em 4.7%, após 3.4% em 2005.

Regra geral, as previsões do crescimento económico para 2007 são optimistas, apesar de se prever algum abrandamento nos Estados Unidos da América – devido ao sector imobiliário que poderá acabar afectando o desempenho económico global. Acresce-se aos riscos de longo prazo ao crescimento económico mundial, possíveis pressões no sentido de maior protecção por parte de alguns países. As previsões para a inflação são igualmente optimistas, apesar das incertezas na projecção dos preços dos combustíveis.

Em Moçambique, as primeiras estimativas apontam para uma aceleração da taxa de crescimento real do PIB em 2006 para 8.5%, após os 6.2% registados em 2005, após revisão preliminar efectuada pelo INE. O crescimento do PIB em 2006 resultou da recuperação da produção agrícola, que cresceu a uma taxa de 11.1%, após 1.5% em 2005, devido ao efeito da estiagem.

A inflação homóloga anual reduziu para 9.4%, após 11.2% em 2005, apesar de ao longo do ano ter havido períodos de aceleração, contribuindo deste modo para uma inflação média anual de 13.3% em Dezembro, após 6.4% em igual 2005. A inflação em 2006 foi explicada (i) pelas chuvas excessivas na Cidade de Maputo, nos primeiros meses do ano e pela virose que afectou a produção de tomate em Chókwe, que contribuíram para a redução da oferta de alguns produtos frescos; (ii) pela subida dos preços dos produtos alimentares na África do Sul, principal fonte de abastecimento de produtos alimentares à Cidade de



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Maputo; (iii) pelo efeito desfasado da depreciação do metical, entre Outubro e meados de Novembro de 2005, com impacto nos produtos importados; e (iv) pela atitude especulativa que caracteriza a tendência dos preços na quadra festiva, ainda que em proporções mais moderadas em Dezembro de 2006, quando comparada com os anos anteriores. Refira-se que a inflação de Dezembro de 2006 foi a segunda mais baixa nos últimos seis anos.

Após uma depreciação nominal de 27% face ao dólar americano em 2005, a depreciação do metical reduziu para 8.9% em 2006, usando as cotações do MCI. A imposição de bandas de flutuação cambial no MCI em finais de 2005 – uma medida provisória que visava disciplinar o funcionamento do mercado a colocação de um maior volume de divisas pelo Banco de Moçambique e o aumento de confiança entre os operadores do mercado revelaram-se factores importantes para a estabilidade cambial em 2006. Refira-se que em finais de 2006 foi assinado um novo código de conduta entre os operadores do mercado cambial, ao mesmo tempo que foi alterado o regulamento de funcionamento do MCI, instrumentos com impacto na melhoria do profissionalismo, eficiência e dinamismo deste mercado.

Em 2006, o saldo em conta corrente melhorou, face a 2005, com o défice a reduzir 16.6%, para USD 634.4 milhões (8.2% do PIB), devido a um aumento das exportações superior ao das importações. A dinâmica das exportações esteve associada aos efeitos quantidade e preço, destacando que, regra geral, os preços internacionais das mercadorias registaram em 2006, em termos médios anuais, uma tendência crescente.

Dados preliminares da execução do Orçamento do Estado em 2006 mostram que o défice situou-se abaixo do valor programado, em face de um bom desempenho da receita pública e da realização de despesas a um nível inferior ao programado, permitindo ao Estado realizar e acumular poupanças junto do sistema bancário.

O bom desempenho das políticas financeiras implementadas em 2006, com reflexos no cumprimento das metas quantitativas e qualitativas de avaliação, permitiu que Moçambique completasse com sucesso o programa que mantém com o FMI e iniciar a negociação de um novo.



2. EVOLUÇÃO ECONÓMICA INTERNACIONAL

2.1. Desempenho Macroeconómico

A. Economias Mais Desenvolvidas

Estados Unidos da América. De acordo com o Bureau of Economic Analysis (BEA), o PIB norte-americano em 2006 registou um crescimento real de 3.3%, após 3.2% em 2005 e 3.9% em 2004. A despesa de consumo pessoal foi o principal motor do crescimento económico em 2006, contribuindo com 2.24 pp, dos quais 42 pb em assistência médica, 41 pb em alimentação, 36 pb em mobiliário e equipamentos domésticos e 14 pb em vestuário e calçado. O investimento privado em activos não residenciais contribuiu com 74 pb, dos quais 48 pb em equipamento e software, enquanto que a despesa governamental em consumo e investimento contribuiu com 40 pb.

A inflação, medida pelo Índice de Preços no Consumidor Urbano (CPI-U), publicado pelo Bureau of Labor Statistics (BLS), desacelerou para 2.5% em 2006, após 3.4% em 2005 e 3.3% em 2004, em base homóloga. O comportamento moderado dos preços dos produtos e serviços energéticos – aumento de 2.9%, após 17.1% e 16.6% em 2005 e 2004, respectivamente, revelou-se crucial para a desaceleração da inflação.

Outros dados publicados pelo BLS, com referência aos doze meses terminados em Dezembro de 2006, mostram o seguinte:

- Um aumento da produtividade média em 2.2% no sector dos negócios;
- Um aumento do custo médio unitário da produção em 3.1%;
- Uma redução da taxa de desemprego em cerca de 40 pb, relativamente a Dezembro de 2005, para 4.5%. O número de desempregados no período de 12 meses reduziu de 7.3 milhões para 6.8 milhões.

Perante a evolução da economia americana, e ponderados os riscos em termos de inflação e crescimento económico, o Fed incrementou consecutivamente a taxa de juro de referência dos fundos federais em 25 pb nos seus primeiros cinco encontros do ano, passando de 4% em final de Dezembro de 2005 para 5.25%, a partir de Junho de 2006.

O Fed apresentou uma revisão em baixa das previsões de crescimento económico dos EUA para 2007 e 2008, situando-o entre 2,5% e 3%, no primeiro ano e entre 2.75% e 3% no segundo. As previsões para a inflação apontam para a manutenção a níveis moderados nos dois anos em causa, com a tendência central das diversas projecções do *core inflation* – medido pelo Índice de Preços no Consumidor, excluindo a alimentação e energia – a situar-se entre 2% e 2.25% em 2007 e entre 1.75% e 2% em 2008. A tendência dos preços dos combustíveis, tal como mostram os futuros, e dos preços de outros produtos tais como os metais, são factores que sustentam as previsões para uma inflação moderada. Como um dos riscos às projecções, o Fed indica a dificuldade em prever os preços dos produtos petrolíferos, entre outros.



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Japão. De acordo com o Economic and Social Research Institute, o PIB japonês cresceu a uma taxa real de 2.2% no ano civil de 2006, após 1.9% e 2.7% em 2005 e 2004, respectivamente. A procura interna, com uma taxa de crescimento de 1.4% - basicamente a reflectir o incremento da procura privada em 2.3%, perante a queda da procura governamental em 1.3% - contribuiu com 1.4 pp, enquanto que as exportações líquidas acrescentaram 80 pb na taxa de crescimento do PIB, em resultado de um aumento das exportações em 9.5% e das importações em 4.5%.

Entre as componentes da procura interna, o destaque vai para o investimento privado em activos não residenciais, que ao incrementar 7.6% em termos reais acabou influenciando decisivamente os 3.5% de crescimento do investimento global, num cenário em que o investimento público reduziu 7.4% e o investimento privado em activos residenciais cresceu apenas 1%.

Segundo o Bureau of National Statistics, a inflação homóloga no Japão, medida através do Índice de Preços no Consumidor de Tokio Ku-area, situou-se em 0.3% em Dezembro de 2006 – a mesma que a média anual. Excluindo os produtos alimentares frescos, cujo índice de preços incrementou 3.4% no ano, a inflação passa para 0.2%.

A taxa de desemprego no Japão situou-se em 4% em Dezembro, o que significa uma redução de 30 pb face a Dezembro de 2005. Para tal, o número de pessoas empregues aumentou 420.000, enquanto que o de pessoas desempregadas reduziu 220.000.

É no contexto daqueles números que o Bank of Japan decidiu fixar a sua taxa de juro de política nos 0.25%, a partir de Julho, após longos meses de taxa nula.

Zona do Euro. As primeiras estimativas da Eurostat – Órgão de Publicações Oficiais da Comissão Europeia – apontam para uma expansão económica mais robusta na Zona do Euro e na União Europeia em 2006, com o PIB a crescer a 2.6% e 2.9%, respectivamente, após 1.4% e 1.7% em 2005.

Como resultado do forte dinamismo da economia, a taxa de desemprego na Zona do Euro reduziu para 7.5% em Dezembro de 2006, após 8.4% em Dezembro de 2005, numa base ajustada à sazonalidade. No mesmo período, a taxa de desemprego na União Europeia reduziu de 8.5% para 7.6%.

A distribuição do desemprego pelos países membros da União Europeia é díspar, com a Dinamarca (3.3%), Holanda (3.6%) e a Estónia (4.6%) a apresentarem as taxas mais baixas em Dezembro de 2006, e a Polónia (12.8%), Eslováquia (12.0%), Grécia (8.7%), Espanha (8.5%) e França (8.5%) a apresentarem as mais altas.

A aceleração do crescimento económico e a redução da taxa de desemprego, foram acompanhados por uma queda da taxa de inflação, ao passar de 2.2% em Dezembro de 2005 para 1.9% em Dezembro de 2006, em termos de variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (HCPI), na zona do Euro. Mesmo assim, a inflação média anual manteve-se nos mesmos 2.2% de 2005, o que indica que a redução dos preços nos últimos meses só veio a cancelar parte dos incrementos ocorridos nos meses precedentes, a reflectir choques de curto prazo, alguns dos quais sazonais.



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Perante os indicadores económicos e financeiros da zona do Euro, e sobretudo num cenário de alguma incerteza em relação aos preços dos produtos energéticos, o Conselho de Governadores do BCE decidiu aumentar a taxa de juro: (i) mínima proposta aplicável as operações principais de refinanciamento no eurosistema; (ii) aplicável à facilidade permanente de cedência de liquidez; e (iii) aplicável à facilidade permanente de depósito em 25 pb, por cinco ocasiões a partir do encontro de Março de 2006, passando-as de 2.25%, 1.25% e 3.25% respectivamente, para 3.5%, 2.5% e 4.5% respectivamente, as últimas a vigorarem a partir do encontro de 13 de Dezembro.

As previsões do BCE para 2007 apontam para um crescimento médio do PIB entre 2.1% e 2.9%, alargando o intervalo para 1.9% e 2.9% em 2008. A taxa de crescimento do HCPI da zona do euro é projectada para um intervalo de 1.5% a 2.1% em 2007 e 1.4% e 2.6% em 2008.

China. Segundo estimativas preliminares do National Bureau of Statistics da China, a expansão económica naquele país manteve-se acelerada e robusta em 2006, com o PIB a registar uma taxa de crescimento de 10.7% - 30 pb acima da registada em 2005.

Do ponto de vista sectorial, nota-se crescimentos reais de (i) 5% no sector primário; (ii) 12.5% na produção média do sector industrial; e (iii) 10.3% no sector terciário, sendo que cada um deles contribui com 12%, 49% e 39% para o PIB total, respectivamente.

Na óptica da despesa, nota-se um crescimento vigoroso do investimento em activos fixos (24%), apesar de uma desaceleração de 2 pp relativamente a 2005, o mesmo acontecendo com as vendas para o mercado doméstico que cresceram 13.7% (uma aceleração de 80 pb face a 2005). As exportações líquidas de bens aumentaram USD 75.5 biliões, para USD 177 biliões, sendo visível o maior incremento das exportações (+27.2%, para USD 969 biliões), relativamente às importações (+20%, para USD 791.1 biliões).

A inflação homóloga em Dezembro de 2006 acelerou para 2.8%, após 1.6% Dezembro de 2005.

Os dados sobre o emprego são igualmente animadores em 2006, com o número de novos empregados nas zonas urbanas a aumentar 11.84 milhões ao longo do ano e a taxa registada de desemprego nas zonas urbanas a reduzir 10 pb, para 4.1%.

B. Continente Africano

De acordo com as estimativas do FMI¹, o PIB do continente africano em 2006 cresceu a uma taxa de 5.5% em 2006, menos 10 pb em relação ao crescimento de 2005, prevendo-se para 2007 uma aceleração para 6.2%. Na África Sub-Sahariana, o crescimento económico situou-se em 5.7%, após 6% em 2005, com os países do corno de África a expandirem em 11.5%, seguindo-se a África Austral com 6.6%, onde Angola destaca-se com 15.3%, e o Zimbabwe com decréscimo de 4.8%.

¹ Esta secção e a das restantes economias da SADC analisadas neste relatório baseiam-se no World Economic Outlook publicado em Abril de 2007, pelo FMI.



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

A nível de preços, o continente africano registou uma aceleração da inflação média anual de 8.4% em 2005 para 9.5% em 2006, mantendo-se a tendência crescente para 2007 consubstanciada na previsão de 10.7%. Na região da África Sub-Sahariana a inflação média anual passou de 10.5% em 2005 para 11.5% em 2006, com a África Austral a registar 47.7% - mais 16.6 pp comparativamente à média de 2005, devido sobretudo, à situação de hiper inflação que se observa no Zimbabwe.

O *superavit* em conta corrente do continente, em percentagem do PIB, aumentou em 2006, ao passar de 1.8% em 2005 para 2.2%, favorecido pelos países exportadores de petróleo. As disparidades ao nível do continente foram notórias, com a região Sub-Sahariana a registar um agravamento do défice em conta corrente, passando de 1.1% do PIB em 2005 para 1.3%, ao mesmo tempo que a região da SADC registou um *superavit* de 5% do PIB, influenciado pelo excedente de 10.5% do PIB observado por Angola, país exportador de petróleo e membro da OPEP desde 2006.

C. Economias da Região da SADC

África do Sul. As estimativas mais recentes do Statistics South Africa, órgão oficial de estatísticas na África do Sul, apontam para um crescimento do PIB da ordem dos 5% em 2006, após 5.1% em 2005 e 4.8% em 2004. A maior contribuição para o crescimento económico veio do sector de finanças, imobiliária e serviços de negócios, que com um peso relativo de 19.1% no PIB, o maior, adicionou 1.6 pp, em resultado de um crescimento de 8.3%. Os sectores de comércio a grosso e a retalho, hotéis e restaurantes, com um peso de 13.8% no PIB e de manufactura, electricidade, gás e água, com um peso relativo de 16.4%, registaram taxas de crescimento reais de 6.7% e 4.8%, contribuindo assim com 90 pb e 80 pb, respectivamente para o crescimento do PIB. Merece ainda especial menção o sector da construção, com um peso relativo de 2.8% no PIB, por ter mantido pelo terceiro ano consecutivo taxas de crescimento a dois dígitos – o único nos últimos três anos – ao incrementar o *output* em 13.3% em 2006.

O Boletim Trimestral do SARB, reportado ao quarto trimestre de 2006, mostra um incremento impressionante do défice em conta corrente em 2006, passando de 3.8% para 6.4% do PIB – uma magnitude só antes observada em 1981. As importações de bens de capital, basicamente financiadas pelo investimento directo estrangeiro, foram o principal factor de crescimento do défice. Aliás, a primeira reacção das autoridades sul-africanas – numa tentativa de acalmar os mercados – é de que o forte crescimento económico que o país está a observar está relacionado ao agravamento do défice em conta corrente, pelo que nos próximos anos as exportações crescerão naturalmente, fruto de maior produção interna, daí o défice irá reduzir. O boletim mostra que o défice foi mais oneroso no quarto trimestre (7.8% do PIB), período no qual se as importações de combustíveis tivessem seguido o seu curso normal, o mesmo situar-se-ia 2 pp abaixo.

A inflação no consumidor sul-africano, registou uma variação homóloga de 4.7% em Dezembro de 2006, após 3.4% em igual período de 2005, enquanto que o



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

CPIX – medida de preços que exclui as taxas de juro da hipoteca – acelerou para 4.6%, após 4% em 2005.

As maiores contribuições para a inflação homóloga em Dezembro provêm das classes de habitação (1.9 pp), alimentação (1.8 pp), cuidados médicos e de saúde (60 pb) e transporte (50 pb), cujos preços se agravaram em 9.1%, 8.1%, 6.5% e 3.3%, respectivamente.

Segundo o Statistics South Africa, em Setembro de 2006 a taxa de desemprego no país reduziu para 25.5%, após 26.7% em igual período de 2005. Aliás o desemprego na África do Sul tem mostrado uma tendência consistente de redução gradual nos últimos cinco anos, vindo de uma taxa de 30.4% em Setembro de 2005. O desemprego é mais gravoso entre as mulheres, situando-se em 30.7%, enquanto que entre os homens rondava os 21.2% em Setembro de 2006.

Outras Economias da SADC

Angola. O desempenho económico da economia angolana, país que se tornou membro da OPEP em 2006 continuou a situar-se num plano positivo em 2006, com o PIB a crescer a uma taxa de 15.3%, após 20.6% em 2005, a inflação a reduzir cerca de 10 pp, para 13.3% em 2006, e o *superavit* em conta corrente a situar-se em 10.5% do PIB – uma redução de 3 pp relativamente a 2005. Este cenário foi favorecido pelo crescimento das exportações dos produtos petrolíferos.

Tanzânia. A economia tanzaniana cresceu a 5.9% em 2006, depois de 6.8% em 2005, e as previsões para 2007 apontam para uma aceleração para 7.3%, favorecida pela evolução esperada nos sectores de construção, turismo e minas. A inflação média anual situou-se nos 5.8%, representando um aumento de 1.4 pp relativamente à registada em 2005, e estima-se que em 2007 a mesma irá abrandar, situando-se em torno dos 5.5%. No sector externo verificou-se a deterioração do défice em conta corrente, em percentagem do PIB que, passou de um défice de 5.2% em 2005 para 9.3% em 2006.

Malawi. A economia do Malawi abrandou em 2006, com a taxa de crescimento a reduzir 1.5 pp, fixando-se em 6% - variação prevista também para 2007. A inflação homóloga anual reduziu para 13.9%, após 15.4% em 2005, esperando-se uma desaceleração adicional em 2007, para 8.4%, sustentada pelas condições climáticas favoráveis à produção agrícola, conjugadas com o programa do Governo de subsídios aos fertilizantes. O défice em conta corrente situou-se a 31.2% do PIB, após 34% em 2005.

Zâmbia. O crescimento do PIB em 2006 situou-se nos 5.8%, mais 6 pb comparativamente ao observado em 2005. A melhoria do desempenho económico foi acompanhada de uma redução do défice em conta corrente, que passou de 11.8% do PIB em 2005 para 1.2% em 2006 – com as previsões para 2007 a situarem-no no ano em 7% - e de uma redução da inflação, com a homóloga a passar de 15.9% em 2005 para 8.2% em 2006.



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

2.2. Preços das Mercadorias

A instabilidade dos preços internacionais foi nota dominante entre as mercadorias mais relevantes para a balança de pagamentos de Moçambique em 2006, conforme se pode observar no quadro 1. Os preços do petróleo, após registarem subidas ao longo dos primeiros sete meses do ano, chegando a acumular ganhos de 28% até Julho, apresentaram uma tendência de queda nos restantes meses, fechando o ano praticamente no nível do final de 2005. Comportamento similar registou o preço do Açúcar, que acabou encerrando o ano em queda, relativamente ao fecho de Dezembro de 2005. Quanto ao alumínio e ouro, a tendência do preço foi de aumento ao longo do ano, mas notaram-se também alguns recuos durante o terceiro trimestre.

Petróleo. Depois de uma tendência de aumento dos preços nos primeiros sete meses, que culminou com ganhos de USD 16.4/barril (28%) até Julho, o petróleo fechou o ano de 2006 cotado a USD 58.85/barril do Brent na praça de Londres – uma adição de 15 cêntimos do USD (+0.26%), relativamente ao fecho de Dezembro de 2005. Em termos médios anuais, o preço do petróleo incrementou 20% em 2006, após 42% em 2005.

Quadro 1: Preços Internacionais de mercadorias seleccionadas

Produto	Un.	Dez/03	Dez/04	Dez/05	Mar/06	Jun/06	Set/06	Dez/06	
Brent	USD/b	30.38	40.38	58.7	66.31	73.6	75.1	58.49	58.85
Alumínio	USD/mt	1557.	1852.	2250.9	2432.5	2490.9	2511.9	2484.	2823.
Ouro	USD/onç	8	9	517.0	593.2	612.6	634.2	4	7
Gás	USD/mt	414.8	439.1	250.6	257.7	293	302.4	597.8	637.2
Natural	USD/libra	129.6	156.2	13.9	17.1	15.7	15.9	302.4	311.4
Açúcar		6.3	8.8				12.3	11.7	

Fonte: Reuters e FMI

A volatilidade dos preços do petróleo ao longo de 2006 esteve associada aos habituais factores que afectam o seu comportamento, nomeadamente (i) maiores ou menores pressões do lado da procura – com as razões a variarem entre as climatéricas, feriados longos, aquecimento da actividade económica nas principais economias mundiais e procura especulativa; (ii) reacção à evolução do USD nos mercados internacionais; e (iii) questões geopolíticas, nomeadamente no médio oriente e na Nigéria.

Mais concretamente, a subida do preço do petróleo nos primeiros sete meses do ano esteve associada:

- Ao conflito no Médio Oriente;
- Às tensões em torno do Programa nuclear do Irão – quarto maior produtor mundial; e
- Aos ataques às plataformas petrolíferas no Delta do Níger, na Nigéria.

Por sua vez, a queda dos preços na última parte do ano, excepto Novembro, esteve associada:

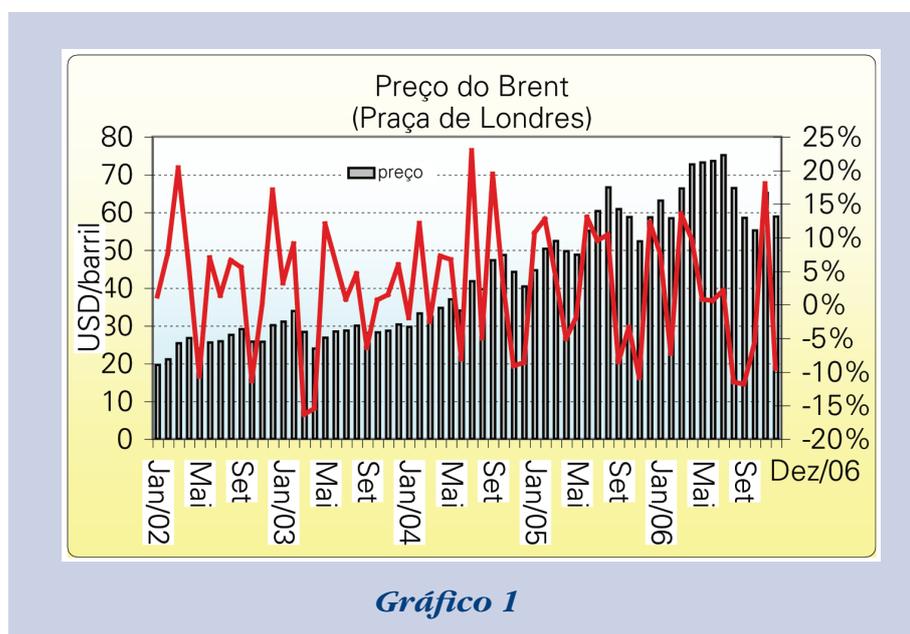
- À maior disponibilidade de reservas petrolíferas norte-americanas, o maior consumidor mundial – amiúde anunciada pelo Departamento da Energia – com impacto psicológico sobre os mercados;



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

- À menor procura em face das temperaturas relativamente amenas no Inverno do hemisfério norte;
- Às expectativas de uma solução pacífica do diferendo em torno do programa nuclear do Irão, que vinha ameaçando a oferta/produção daquele que é o quarto maior produtor mundial de petróleo.

Do lado da oferta registou-se uma contracção da produção total dos países da OPEP de 31.1 milhões de barris/diários em 2005 para 30.9 milhões de barris/diários em 2006. Angola, o mais recém admitido na OPEP, produziu em 2006 1.4 milhões de barris/dia, mais 13.2% acima da produção de 2005.



A OPEP estima uma procura global do crude em 84 milhões de barris/dia em 2006, mais 1% em relação a 2005.

Para 2007, as projecções indicam um aumento da procura global em 1.5% para 85.37 milhões de barris/diários.

Ouro. O preço do Ouro, no período, reagiu em consonância com o comportamento do mercado petrolífero, desvalorizando 1.5% em Dezembro, ao registar, segundo a Reuters, a cotação de USD 637.3/Onça no final do mês, após USD 647 no fecho de Novembro. Note-se que sinais de relativa tranquilidade no mercado petrolífero criam expectativas optimistas quanto a evolução futura do nível geral de preços.

Açúcar. A subida do preço do açúcar nos primeiros meses de 2006 foi sustentada, entre outros, (i) pelo défice na produção mundial em 2005, que resultou numa redução no nível de *stocks*, sobretudo em países como a Tailândia e Cuba, que enfrentaram condições difíceis agro-climáticas, e (ii) aumento da procura de países como a Rússia, a Índia, o Paquistão e os EUA.



3. CONJUNTURA INTERNA

3.1. Sector Real

3.1.1. Preços

O Índice de Preços no Consumidor da Cidade de Maputo – indicador oficial da inflação em Moçambique – registou uma variação anual de 9.4% em Dezembro de 2006, o que corresponde a uma desaceleração de cerca de 1.8 pp relativamente à registada em igual período de 2005 (gráfico 2). A tendência revelada pela inflação homóloga divergiu com a da inflação média anual, que acelerou 6.8 pp, para 13.2% em Dezembro de 2006, na sequência dos incrementos dos preços relativamente mais pronunciados, de Janeiro a Abril e de Novembro a Dezembro.



Gráfico 2

Aliás, a acção dos factores sazonais sobre o IPC na Cidade de Maputo foi particularmente pronunciada em 2006, resultando numa subida acumulada de 6.02% nos primeiros quatro meses – o pico da inflação ocorreu em Abril, quando esta atingiu os 17.07% - seguida de uma acumulação de quedas, que nos quatro meses seguintes atingiram 1.9%, e uma posterior retoma da tendência crescente entre Setembro e Dezembro – inflação de 5.2%.

Se bem que numa perspectiva estática – de fecho do ano – se nota algum equilíbrio do ponto de vista de contribuição da classe dos produtos alimentares e bebidas não alcoólicas comparativamente às das classes dos demais produtos do cabaz do IPC, para o total da inflação acumulada até Dezembro, com a primeira a cifrar-se nos 57% do total (cerca de 5.4 pp), a perspectiva dinâmica mostra um quadro diferente. Com efeito, na inflação média anual de 13.25%, a classe dos produtos alimentares e bebidas não-alcoólicas foi responsável por cerca de 66% (8.8 pp).

II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Quadro 2: Variação anual do IPC da Cidade de Maputo (em %)

	Peso	Dez-04	Dez-05	Mar-06	Jun-06	Set-06	Dez-06
IPC Geral	100	9,07	11,15	16,66	14,70	12,65	9,37
Bens Alimentares	53,98	7,00	11,62	22,52	18,70	16,48	10,37
Bens não Alimentares	46,02	11,18	10,69	10,93	10,92	9,23	8,38

Fonte: INE

Entre os produtos com maior contribuição para a inflação homóloga até Dezembro de 2006, destacam-se (quadro 3):

- O carvão vegetal – cujo preço médio aumentou 42,3% – com uma contribuição de 1,38 pp;
- O pão de trigo – cujo preço médio aumentou 14,9% no princípio do ano – com uma contribuição de 91 pb;
- O tomate – cujo preço médio aumentou 25% no ano – com uma contribuição de 79 pb; e
- O amendoim – cujo preço médio incrementou 18,2% no ano – com uma contribuição de 52 pb.

Quadro 3: Produtos com maior contribuição para a inflação anual

Descrição	2005		2006	
	Variação	Contribuição	Variação	Contribuição
Carvão vegetal	2,0%		42,3%	1,38 pp
Lenha	23,0%	1,52 pp		
Tomate			25,0%	0,79 pp
Petróleo	63,0%	107 pp		
Pão de trigo			14,9%	0,91 pp
Amendoim (miolo)			18,2%	0,52 pp
Milho Branco	79,0%	1,51 pp		
Carapaus, frescos refrigerados ou congelados	29,0%	1,38 pp	14,2%	0,38 pp
Medicamentos			17,6%	0,38 pp
Arroz	31,0%	1,94 pp	6,2%	0,36 pp

Fonte: INE

Entre os principais factores por detrás da subida dos preços em 2006 destacam-se:

- a estiagem que afectou algumas regiões do país nos finais de 2005, fazendo com que a produção e a oferta de cereais e oleaginosas reduzissem no primeiro trimestre de 2006, seguida de inundações dos campos produtores de hortícolas na cintura verde da Cidade de Maputo em princípios do ano. Aos problemas climáticos associou-se a virose de tomate que afectou a produção em Chókwe, zona que se destaca no abastecimento deste produto à Cidade de Maputo;
- o agravamento dos preços de alguns produtos alimentares na África do Sul, com peso importante no cabaz do IPC da Cidade de Maputo. O IPC dos produtos alimentares na África do Sul registou um incremento de 5,5% nos primeiros quatro meses de 2006 e um acumulado de 8,1% no ano;
- o efeito desfasado da depreciação do metical entre Outubro e meados de Novembro de 2005, associado a instabilidade cambial nos primeiros dois meses de 2006 – onde o metical perdeu 11% e 14% em relação ao USD e



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

ZAR, respectivamente, usando os câmbios médios das transacções entre os bancos e o público, com impacto no preço de produtos importados como arroz, carapau, petróleo e seus derivados e farináceos de trigo. Os preços da lenha e do carvão vegetal, por arrasto, acompanharam o movimento do gás natural, derivado do petróleo, por serem produtos sucedâneos para muitos residentes da Cidade de Maputo;

- a natureza especulativa da fixação dos preços nos dois últimos meses do ano - ainda que mais moderada - no contexto do aumento da procura de produtos alimentares e bebidas durante a quadra festiva. A inflação mensal de Dezembro foi de 2.07%, a segunda mais baixa dos últimos seis anos.

3.1.2. Produção²

Quadro 4: Produção Global e Sectorial – Taxas de Crescimento em Volume (%)

Sectores Institucionais	2005 – Real	2006 – Previsão	2006 – Real
Agricultura, Pecuária e Silvicultura	1.8	6.5	10.4
Agricultura	1.5	6.9	11.1
Pecuária	0.7	5.8	8.1
Silvicultura e Exploração Florestal	5.6	2.9	4.7
Pesca	3.4	3.3	-3.5
Indústria de Extração de Minerais	11.1	14.6	13.0
Indústria Transformadora	3.6	4.3	3.6
Electricidade e Água	12.8	4.3	9.9
Construção	25.8	27.3	23.6
Comércio	2.1	8.7	4.2
Serviços de Reparação	1.1	1.0	4.5
Restaurantes e Hotéis	6.1	6.1	15.2
Transportes e Comunicações	19.5	9.6	21.2
Serviços Financeiros	2.9	2.8	2.9
Aluguer de Imóveis	2.4	2.4	2.4
Serviços Prestados à Empresa	5.6	4.5	4.8
Serviços do Governo	21.0	9.6	4.5
Outros Serviços	1.4	1.0	4.3
Total da Produção	8.4	8.2	9.2

Fonte: Balanço do PES 2006

De acordo com o relatório de Balanço do Plano Económico e Social em 2006, elaborado pelo Ministério da Planificação e Desenvolvimento – que se baseia em dados provisórios fornecidos pelos diferentes sectores económicos – a produção da economia moçambicana registou em 2006, um crescimento real de 9.2%, o que representa uma aceleração de 0.8 pp relativamente a 2005, superando os 8.2% previstos no Plano Económico e Social (PES) para o ano (quadro 4). Excepto as pescas, todos os sectores de actividade registaram crescimentos relativamente a 2005.

² Os dados do PIB, na óptica da despesa ainda não estão disponíveis. Porém, as estimativas preliminares mostram um crescimento do PIB da ordem dos 8.5% em 2006, ao mesmo tempo que os dados provisórios referentes a 2005 situam o incremento do PIB em 6.2%.

II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Agricultura, Pecuária e Exploração Florestal. A produção agrícola cresceu 11.1% em 2006 – após 1.5% em 2005 – a reflectir o desempenho particularmente forte do sector familiar, cujo *output* aumentou 10.2%, após 3% em 2005 e mais que a previsão de 6.7% incorporada no PES.

Do ponto de vista do destino dado à produção familiar, nota-se um aumento do auto consumo em 8.4%, após 0.2% em 2005 e da comercialização na ordem dos 13.1%, após 8.1% em 2005.

Excepto o arroz (4.9%), e feijões (9%) a produção dos restantes produtos alimentares cresceu a taxas de dois dígitos em 2006, com destaque para: mexoeira (19%), milho (11%), mapira (10%), amendoim (10.3%) e mandioca (13.8%).

Quadro 5: Taxas de Crescimento da Produção Empresarial e Comercialização do Sector Familiar (%)

	2005 Real	2006 Previsão	2006 Real
Produtos Para Exportação	30.1	5.8	-1.7
Castanha	142.7	-13.6	-39.8
Algodão	-12.6	25.2	46.3
Copra	0.0	0.0	8.3
Cana-de-açúcar	19.0	11.7	-8.3
Citrios	0.0	0.0	6.7
Chá folha	5.7	0.0	0.0
Produtos Básicos Alimentares	-4.2	8.0	33.3
Milho	1.8	4.8	16.4
Arroz casca	-11.7	3.6	24.8
Mapira	-6.5	2.8	97.1
Mandioca	3.5	3.8	11.1
Amendoim descascado	-0.2	3.0	13.7
Feijão	3.2	5.0	90.0
Hortícolas	-26.8	20.9	28.8
Cebola	-66.5	33.0	23.9
Produtos Para a Indústria	24.1	18.2	10.2
Tabaco	33.9	28.5	-9.2
Tomate	4.3	6.0	93.7
Total	4.8	10.1	14.9

Fonte: Balanço do PES 2006

A produção agrícola pelas empresas e a comercialização da produção agrícola pelas famílias cresceu 14.1% em 2006, destacando-se os produtos básicos alimentares com um incremento de 33.3% - após a queda de 4.2% em 2005 – a contrastar com a queda de 1.7% na produção destinada à exportação (que em 2005 crescera 30.1%) e ainda com a desaceleração da produção destinada à indústria para 10.2%, após 24.1% em 2005 (quadro 5).

Num cenário em que a produção do algodão aumentou 46.3%, a produção de produtos para as exportações reduziu 1.7% como um todo, a reflectir a queda da produção da castanha de caju (-39.8%) – uma das culturas com maior peso na produção para as exportações, que tendo atingido o pico do ciclo anterior em 2005³ (crescimento de 142.7%), onde a produção foi reportada como sendo a maior dos últimos dez anos, em 2006 foi ainda afectada pela expansão da doença de oídio em Nampula (província que produz 70% do total da castanha nacional), agravada pelas dificuldades em termos de combustível necessário para levar a cabo as acções pulverização.

³ A produção da castanha de caju obedece a um ciclo de cinco anos, nos quais cresce de forma incrementada até atingir o pico no quinto ano, após o qual decresce.



I - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A queda na produção da cana-de-açúcar (-8.3%), por seu turno, deveu-se à má distribuição da precipitação, problema associado à deficiência na rega para complementar as chuvas e problemas de acesso à energia eléctrica em algumas açucareiras. Estes problemas não só afectaram os rendimentos agrícolas, por hectare cultivado, como também reduziram o conteúdo de sacarose na cana, implicando uma redução na produção do açúcar.

A redução da produção do tabaco, por seu turno, é explicada pelo encerramento de duas empresas operadoras da indústria do tabaco na província de Manica, implicando a redução das áreas cultivadas em 80.4% pelo sector familiar e 81.4% pelo sector empresarial.

A produção pecuária conheceu uma recuperação em 2006, ao crescer a uma taxa real de 8.1%, após 0.7% em 2005, superando ainda as previsões iniciais de 5.8% incorporadas no PES.

Quadro 6: Taxas de Crescimento da Produção Pecuária (%)

	Previsão 2006		Real 2006	
	Famílias	Empresas	Famílias	Empresas
Gado Bovino	3.8	3.8	8.0	8.0
Gado Suíno	2.0	2.0	2.0	2.0
Aves Vivas	3.1	0.0	61.2	7.5
Ovos Frescos	16.4	20.9	0.0	2.4

Fonte: Balanço do PES 2006

A recuperação da produção de frangos pelo sector familiar foi particularmente determinante nos resultados do sector pecuário como um todo, conforme se pode observar no quadro. Aliás, de um total de 13.514 toneladas de carne produzidas em 2006, o frango corresponde a 51.3%.

O sector de silvicultura e exploração florestal cresceu em 4.7%, no período em consideração, mantendo a tendência que se tem registado nos últimos anos, sendo de destacar o corte de madeira, que cresceu em 17.5% em termos de volume.

Pescas. A produção pesqueira em 2006 esteve aquém das expectativas, ao reduzir 3.5% quando comparada com a de 2005 e com previsões de um crescimento de 3.3%. A queda da produção empresarial na ordem dos 8.4% acabou sendo a determinante da tendência global da produção, na medida em que a captura familiar aumentou 2.4% (o dobro do previsto).



Rés-do-chão Mural em mármore gravado (pormenor) Francisco Relógio

I - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Quadro 7: Evolução da Produção Industrial por Divisões de Actividade (10³ meticais)

Rubricas	2005	2006	2006 - Variação (%)
Outras Indústrias Extractivas	11	14	30
Indústrias alimentares e de bebidas	6,060	6,391	6
Indústria do tabaco	1,280	1,797	40
Fabricação de têxteis	69	91	33
Indústria de vestuário	89	50	-44
Curfimenta e fabricação de calçado	30	28	-5
Fabricação de papel, cartão e seus artigos	202	211	5
Edição, impressão e reprografia	465	415	-11
Fabricação de produtos químicos	471	413	-12
Fabricação de artigos de borracha e material plástico	291	309	6
	23,444	23,740	1
Indústria metalúrgica de base	208	143	-31
Fabricação de produtos metálicos	59	59	2
Fabricação de máquinas e equipamento	165	212	29
Fabricação de máquinas e aparelhos eléctricos	6	16	146
Fabricação de veículos automóveis e reboque	39	20	-49
Fabricação de outro material de transporte	124	130	5
Fabricação de mobiliário	5	5	-4
Produção e distribuição de vapor e água quente	16	31	90
Outras actividades e serviços prestados às empresas			
Total	33,033	34,074	3.2

Fonte: Balanço do PES 2006

Indústria extractiva. Em 2006, a produção de minerais cresceu em cerca de 13% - ligeiramente abaixo dos 14.5% inicialmente previstos – reflectindo o desempenho no gás natural (+14.9%), água marinha refugio, turmalinas, águas marinhas e condensado, tendo em conta o valor que estes adicionam na produção mineira global. Foi igualmente notório o relançamento da produção do carvão mineral, que atingiu as 40.000 toneladas em 2006 – crescimento de 1,098%.

Indústria transformadora. À semelhança de 2005, e contrariando as expectativas de aceleração, a produção da indústria transformadora em 2006 cresceu a um ritmo moderado (3.6%), o que acabou-se reflectindo na sua contribuição para o crescimento do *output* global do país.

Electricidade e Água. A produção de electricidade e água cresceu, no período em análise, cerca de 10% comparativamente ao ano anterior, tendo sido determinada pelo crescimento de 10.6% na produção da HCB, reflectindo-se não só no volume de energia fornecido ao mercado interno, mas também no externo. De um modo geral, notou-se um melhor aproveitamento da capacidade instalada de geração de energia hidroeléctrica, a vários níveis.

Construção. Em termos globais, os indicadores da construção apontam para um crescimento de 23.6%, o que traduz os esforços em curso desenvolvidos pelas autoridades na efectivação do investimento público no desenvolvimento de infra-estruturas, nomeadamente, a construção das pontes sobre os rios Zambeze, Limpopo, Lugela, bem como as obras de ampliação da Estrada Nacional nº 1 e a reabilitação de escolas e hospitais.

Comércio. Dados preliminares indicam que o sector comercial cresceu em 4.2% durante 2006, impulsionado pelos sectores agrário, de indústria transformadora e de indústria extractiva, assim como pelo fluxo do comércio internacional.

II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Restaurantes e hotéis. Em 2006 o ramo de restaurantes e hotéis registou um crescimento de 15.2%. De realçar que este sector tem sido muito apetecível aos investidores, tendo em conta que foram aprovados no último exercício findo 116 projectos de investimento, o que corresponde a um crescimento de 60.1%. O volume de investimento ora aprovado é de cerca de USD 615.8 milhões, sendo mais de metade domiciliado na Província/Cidade de Maputo.

Transportes e comunicações. Em 2006, o sector dos transportes e comunicações cresceu em 21.2%, o que equivale a uma aceleração de 1.7 pp relativamente ao ano anterior. Este crescimento foi movido pelos serviços de comunicações, transporte aéreo e rodoviário de carga.

3.2. Finanças Públicas

Quadro 8: Programa e Execução Orçamental (10⁶ meticais)

Rubricas	Realiza do 2005	Realiza do 2006	Execução/Proq (%) 2006	Variação Nominal (%) 2006
Receitas Totais	20,393.1	26,997	103.6	32
Receitas Fiscais	16,720.7	23,314	101.2	39
Imposto s/Rendimento	4,468.9	6,367	116.0	42
Impostos Extintos	38.3	0	---	---
Impostos s/Bens e Serviços	8,935.5	13,031	98.1	46
Direitos Aduaneiros	2,816.2	3,284	99.3	17
Outros Impostos	500.0	632	106.9	26
Receitas Não Fiscais	755.1	1,036	96.3	37
Outras Receitas	196.8	143.2	142.2	-27.2
Receitas Próprias	707.1	1,622	198.3	129
Receitas de Capital	573.7	526	105.3	-8
Taxas e Receitas Consignadas	1,626.6	499	91.0	-69
Despesas Totais e Empr, Líquidos	35,807.7	46,871	93.0	31
Despesa Corrente	20,365.0	25,661	95.6	26
Despesa de Investimento	13,101.2	18,635	96.3	42
Empréstimos Líquidos	2,171.2	1,634	94.6	-25
Outras Despesas/Receitas	170	941	---	453.5
Indicadores de Desempenho	-15,424.5	-19,874	91.7	29
Fiscal	-3,679	-1,917	44.2	-48
Saldo Global, Antes Do nativos	-3,145.4	-4,303	90.4	37
Saldo Global, Após Donativos	-329.7	-5,690	125.9	1624
Saldo Primário Interno				
Crédito Líquido (Interno)				

Fonte: Ministério das Finanças

A receita pública em 2006 totalizou 26,997 milhões de meticais – 14% do PIB – um crescimento real de 17% relativamente a 2005, superando o programado em 3.6% (quadro 9). Em termos de percentagem do PIB, a receita colectada em 2006 aumentou 1 pp, muito embora tenha sido inferior aos 14.4% programados, devido ao facto de o PIB ter crescido muito acima das previsões.

No mesmo período, a despesa pública corrente cresceu 11.3% em termos reais, totalizando 25,661 milhões de meticais – 13.3% do PIB, contra 14.8% programados.

A despesa de investimento registou um crescimento real de 25.6% em 2006, atingindo o valor de 18,365 milhões de meticais (9.6% do PIB) – da qual, 12,083 milhões financiadas por donativos e créditos externos (65% da despesa de investimento), que mesmo com o crescimento real de 30%, situou-se a 80% do valor programado, influenciando deste modo o grau de realização da despesa de investimento como um todo, que se situou em 86.3%.



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

A despesa pública total, incluindo empréstimos líquidos a empresas públicas no montante de 1,634 milhões de meticais totalizou 46,871 milhões de meticais – 24.3% do PIB, situando-se 7% abaixo das previsões. A despesa financiada internamente cresceu 18.4% em termos reais, registando um valor de 6,552 milhões de meticais (7.6% acima do programado).

Tendo em conta o pagamento de 1,380 milhões de meticais em encargos da dívida, o saldo primário doméstico corrente – receita menos a despesa corrente, excluindo os encargos da dívida – foi excedentário na ordem dos 2,716 milhões de meticais⁴, correspondentes a 1.4% do PIB.

Quadro 9: Indicadores Orçamentais Seleccionados, em % do PIB

Rubricas	2002	2003	2004	2005	2006
Receitas Totais	12.4	12.9	12.4	13.0	14.0
Despesas Totais	29.7	26.7	24.5	22.8	24.3
Saldo Global Antes Dos Donativos	-17.2	-13.8	-12.1	-9.8	-10.3
Donativos	10.3	9.3	8.5	6.3	9.3
Saldo Global Após Donativos	-7.0	-4.5	-3.6	-2.3	-1.0
Crédito Líquido Ao governo	0.8	-0.4	-0.3	-0.2	-2.2
Empréstimos Externos, Líquidos	5.6	4.4	3.6	2.9	3.7
Saldo Primário Interno	-5.2	-3.5	-3.1	-7.1	-2.3

Fonte: Ministério das Finanças

O défice global, antes de donativos, situou-se em 19,874 milhões de meticais – 10.3% do PIB – crescimento real de 13.8%, face a 2005, e é inferior ao programado em 18.3% (2.4 pp do PIB).

As entradas de (i) donativos no valor de 17,957 milhões de meticais (9.3% do PIB) – dos quais 3,615 milhões no âmbito do alívio da dívida multilateral pelo FMI, como parte do MDRI (*multilateral debt relief initiative*, decidido pelos líderes do G8) – (ii) empréstimos externos líquidos de 7,061 milhões de meticais (3.7% do PIB), e (iii) a utilização de 450 milhões de meticais dos fundos resultantes da concessão da licença de exploração do carvão de Moatize à CVRD, permitiram ao Estado constituir uma poupança interna líquida de 5,690 milhões de meticais – 2.9% do PIB – dos quais 4,193 milhões junto do sistema bancário. Considerando apenas os donativos, o défice orçamental global situa-se em 1,917 milhões de meticais (cerca de 1% do PIB).



Rés-do-chão **Mural em mármore gravado** Francisco Relógio

⁴ Expurgando a despesa de capital financiada localmente e os empréstimos líquidos financiados localmente, o saldo primário torna-se deficitário na ordem dos 4,303 milhões de meticais (vide quadro)

II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Caixa 1: Algumas Medidas de Política Fiscal-Orçamental Implementadas em 2006

No Âmbito do Controlo da Realização da Despesa

Com vista à progressiva melhoria do controlo da execução da despesa, foram realizadas as seguintes actividades:

- Elaboração e apresentação ao Tribunal Administrativo e à AR, dentro do prazo legal, da Conta Geral do Estado relativa ao exercício de 2005, observando-se os novos classificadores orçamentais constantes do Regulamento do SISTAFE;
- Integração, no Sistema de Processamento de Vencimentos, das folhas manuais de salários, anteriormente processadas a nível dos sectores;
- Implantação do e-SISTAFE em 12 Órgãos e Instituições do Estado e a execução directa do Orçamento de Estado em ambiente e-SISTAFE, bem como da implementação da programação financeira;

No Âmbito da Fiscalidade

- Operacionalização da DGI e início de actividade da ATM, a par da realização de acções de formação e capacitação dos funcionários da Administração Tributária em matérias relevantes para o funcionamento da ATM;
- Conclusão do estudo sobre o redimensionamento das áreas fiscais, a criação de novas áreas fiscais e a extensão do Serviço de Informação ao Contribuinte;
- Prosseguimento da implementação dos tribunais fiscais.

No Âmbito do Aperfeiçoamento Funcional da Administração Tributária

- Informatização de UGC's e DAF's responsáveis pela cobrança de cerca de 95% da receita e continuação do processo de atribuição do NUIT.;
- Abertura de novos postos de fiscalização, no âmbito do combate ao contrabando, e respectivas acções de capacitação técnica, nas Regiões Sul, Centro e Norte;
- Consolidação da Rede Nacional das Alfândegas (RENA), em matéria de informática;
- Formação de 106 funcionários em auditoria pós-desembarço, constituição de duas equipas operativas de auditoria pós-desembarço e realizadas auditorias experimentais, com vista à implementação do acordo de avaliação de mercadorias, promovido pela Organização Mundial do Comércio;
- Instalação do primeiro *scanner* no Porto de Maputo, formação de funcionários operadores do *scanner*, e instalação de dois *scanners* no Aeroporto de Maputo em Outubro de 2006.

No Âmbito das Infra-estruturas

- Concluíram-se as obras de reabilitação do Posto Fronteiriço de Zóbué, em Junho de 2006, tendo sido ainda iniciadas as obras de reabilitação das futuras instalações da Direcção da Área Fiscal de Tete e da reabilitação do edifício da delegação Aduaneira de Milange.



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

No Âmbito do Cadastro e Registo do Património do Estado

Procedeu-se ao acompanhamento das diversas instituições do Estado com vista à melhoria do processo de organização do cadastro e inventário do património do Estado, o que permitiu significativa melhoria na obtenção de dados fiáveis e credíveis para a valoração do património.

No que diz respeito à gestão patrimonial e com vista à melhoria do processo de cadastro e inventário ao nível provincial, procedeu-se à recolha de informações necessárias à elaboração de inventário do Património do Estado e para avaliação e monitorização das actividades realizadas ao nível das províncias.

No Âmbito da Coordenação da Reestruturação Empresarial

Deu-se continuidade ao processo de alinhamento da legislação nacional, com as Convenções Internacionais de Kyoto, para a simplificação de procedimentos, tendo sido aprovados, no II Semestre, os Regulamentos de: (a) Auditoria Pós-Desembaraço; (b) Regime Aduaneiro de Cabotagem Marítima; (c) Selagem de Bebidas Alcoólicas e Tabaco Manipulado; e (d) Lojas Francas.

No Âmbito dos Impostos Sobre o Comércio Internacional

No âmbito do desarmamento pautal, ocorreu, em Janeiro de 2006, a redução da taxa de 25% para 20% no comércio com os países da SADC.

Para a implementação dos acordos sobre o comércio preferencial de que Moçambique é signatário, foram emitidos Certificados de Origem para os países da SADC, China, EUA e países da União Europeia. A nível bilateral, foram assinados acordos preferenciais de comércio com Zimbabwe e Malawi. A implementação do acordo com Zimbabwe teve início em 2005 e com Malawi em Julho/06.

Foram ainda acolhidas a missão de diagnóstico da Organização Mundial das Alfândegas sobre a Implementação de Padrões de Segurança e Facilitação do Comércio Global e a missão de diagnóstico da Organização Mundial das Alfândegas para a realização do estudo do tempo de desembaraço aduaneiro.

No respeitante à consolidação dos mecanismos de cooperação e consulta com os países da região sobre informação susceptível de sustentar a evasão fiscal no comércio regional, procedeu-se a: (i) assinatura, pelas Direcções Gerais das Alfândegas de Moçambique e do Malawi, a 4 de Agosto de 2006, dos procedimentos comuns para implementação do acordo comercial preferencial rubricado entre os Governos dos dois países em Dezembro de 2005.; e (ii) discussão da 1ª versão do acordo sobre a matéria com a República de Angola e estabelecimento de contactos com as Alfândegas da China e do Brasil.



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

3.2.1. *Receitas*

A desagregação da receita orçamental em 2005 mostra o seguinte:

- A cobrança dos impostos sobre os rendimentos – que representam 24% do total de receita pública (após 22% em 2005), dos quais 14% em IRPS e 9.4% em IRPC – registou um crescimento real de 25.8% em 2006, totalizando 6,367 milhões de meticais (3.3% do PIB). O desempenho nos dois impostos situou-se num plano positivo, na medida em que a colecta do IRPS superou a programada em 6.7% e a do IRPC superou em 32.4%. (i) O maior rigor na verificação dos resultados das empresas para o apuramento da matéria colectável, e no acompanhamento do modelo de cobrança do IRPS; (ii) a regularização de atrasados; e (iii) a verificação dos contribuintes que incorreram em irregularidades no pagamento do imposto devido, mostraram-se fundamentais para os resultados alcançados;
- As receitas decorrentes dos impostos sobre o valor acrescentado (IVA) – 35% do total da receita pública, dos quais 14% em transacções internas e 21% nas importações – incrementaram 28.8% em termos reais, tendo sido cobrados 13,031 milhões de meticais (6.7% do PIB). Apesar da colecta do IVA situar-se 2.9% acima do valor programado, a cobrança dos impostos sobre bens e serviços como um todo situaram-se 1.8% aquém do programado, devido à não realização plena da produção interna e importação de produtos como a cerveja, refrigerantes e tabaco, influenciando negativamente a colecta dos impostos específicos (que se situou em 95.8% do programa);
- A cobrança dos impostos sobre o comércio externo – que representam 12.2% do total da receita pública, cresceu 3% em termos reais, atingindo o valor de 3,284 milhões de meticais (1.7% do PIB, e 89.3% do programado). A redução da taxa aduaneira máxima no comércio com os países da SADC, de 25% para 20%, em Janeiro de 2006, terá contribuído para o desempenho da receita em impostos sobre o comércio internacional, apesar do aumento das importações que se verificou no ano; e
- Relativamente às outras receitas há que destacar o crescimento expressivo das receitas próprias em cerca de 129% em termos de variação anual nominal e 98 pp acima do valor programado, devido ao trabalho de recuperação e contabilização das receitas cobradas e utilizadas pelas instituições do Estado.

3.2.2. *Despesas Totais e Empréstimos Líquidos*

A desagregação da despesa pública mostra o seguinte:

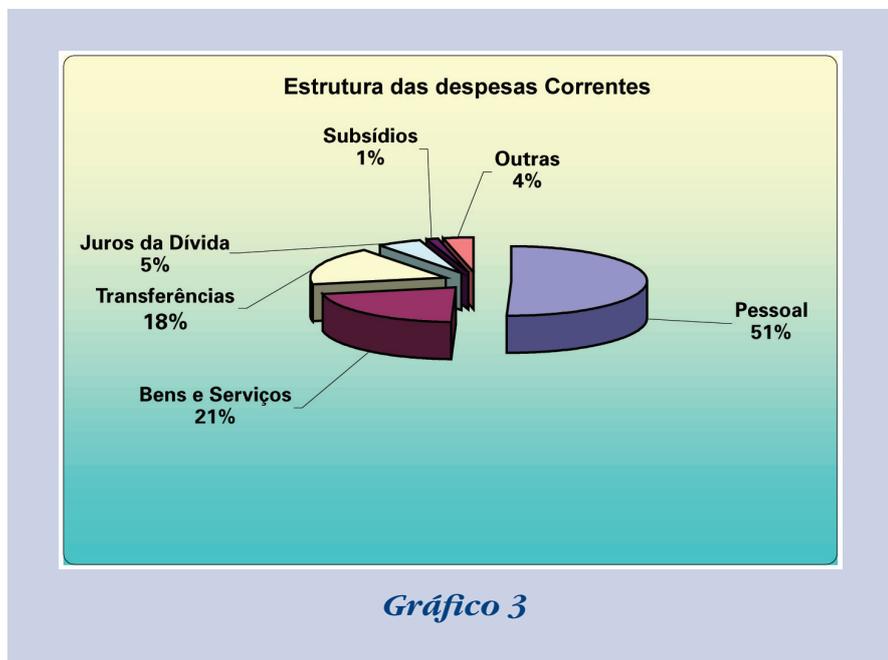
Despesa Corrente

- As despesas com a remuneração do pessoal – que representam 27% da despesa pública, excluindo os empréstimos líquidos – aumentaram 10.2% em termos reais, atingido 12,051 milhões de meticais (6.2% do PIB e 97.4% do programado);



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

- As despesas em bens e serviços – que detêm um peso de 12% no total da despesa pública, excluindo os empréstimos líquidos – registraram um crescimento real de 9.5%, totalizando 5,466 milhões de meticaís. O grau de execução do programa situou-se em 95.9%;



Os encargos com a dívida pública – que representam 3% do total da despesa pública, excluindo os empréstimos líquidos – reduziram 2.4% em termos reais, atingindo o valor de 1,380 milhões de MT (87.5% do programado), dos quais 66.4% dizem respeito aos juros da dívida interna. O seu peso no PIB é de 0.7%;

- As transferências correntes – que representam 10% da despesa pública total, excluindo os empréstimos líquidos – cresceram 7.9% em termos reais, ascendendo o valor de 4,557 milhões de meticaís dos quais 931 milhões de meticaís de transferências às administrações públicas, 163 milhões às administrações privadas e 3,349 milhões de transferências a famílias (2,452 milhões na forma de pensões).

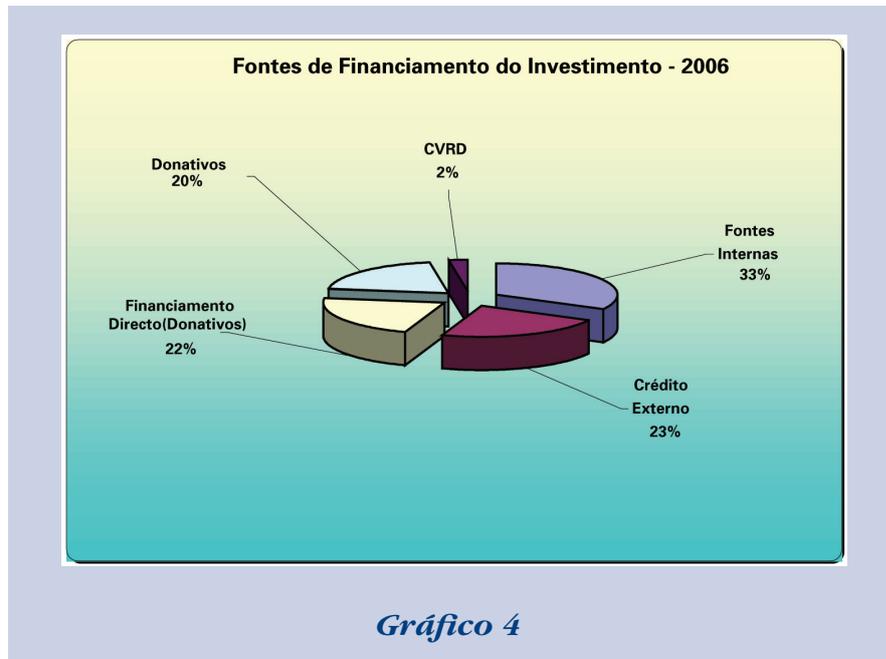


1º Andar **Pintura a Óleo** José Freire

II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Despesa de Investimento

O programa orçamental para 2006 previa a realização de despesas de investimento no valor de 21,593 milhões de MT, dos quais 15,506 milhões de MT seriam financiados com recursos externos, enquanto que o remanescente com recursos mobilizados internamente.



Entretanto, a entrada de recursos externos (donativos e créditos) abaixo dos valores programados, determinou a realização das despesas de investimento na ordem dos 18,635 milhões de MT (86.3% do programado), num contexto em que o financiamento das despesas de investimento com recursos internos foi de 6,552 milhões de MT, superando em 7.6% a cifra prevista, realçando-se a utilização dos fundos referentes à CVRD em 450 milhões de MT (7.9% acima do programado).

Mesmo assim, as despesas de investimento do período correspondem a um incremento de 3.2 pp no peso total das despesas totais e empréstimos líquidos, e um crescimento anual nominal de 42%, 16 pp acima do crescimento observado nas despesas correntes.

Empréstimos Líquidos

Os empréstimos líquidos do tesouro às empresas totalizaram o valor de 1,634 milhões de MT, e decorrem basicamente dos empréstimos externos para as empresas públicas assumidas pelo Estado no valor de 1,658 milhões de MT e do saneamento financeiro e participações do Estado nas empresas na ordem dos 100 milhões de MT. Por seu turno, o tesouro recuperou 124 milhões de MT referentes aos contravalores cobrados mas não gerados no período.



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

3.2.3. Saldo Orçamental e Fontes de Financiamento

A arrecadação das receitas acima dos valores programados num cenário em que as despesas e os empréstimos líquidos estiveram abaixo das previsões orçamentais, determinou que o défice orçamental estivesse 18.3 pp abaixo do programado ao atingir a cifra de 19,874 milhões de MT. Contudo, esta cifra corresponde a 10.7% do PIB face a 9.8% verificado em 2005.

Para a cobertura do défice, o Estado recorreu as seguintes fontes de financiamento:

- Donativos, que atingiram o valor de 17,957 milhões de MT, equivalentes a um grau de realização do programa de 89.8%, apesar de apresentarem um aumento real de 59.6%;
- Empréstimos externos líquidos, no valor de 7,061 milhões de meticais, correspondentes a uma execução de 15.0 pp aquém do previsto no orçamento e uma taxa de crescimento real de 60.4%. De referir que o Estado amortizou a dívida externa na ordem dos 1,084 milhões de MT, superando o programado em cerca de 14%.
- Transferências do Banco de Moçambique no valor de 96 milhões de MT no âmbito da iniciativa HIPC; e
- Utilização dos fundos do CVRD em 450 milhões de MT, contra os 416 milhões previstos no orçamento.

3.2.4 Estrutura dos Recursos Orçamentais

A gestão da política fiscal orientada para uma maior arrecadação das receitas contribuiu para um aumento do peso das receitas totais nos recursos orçamentais de 58% em 2005 para 62% em 2006, em linha com os incrementos verificados nos últimos anos.

No entanto, o peso das fontes internas nos recursos orçamentais, que em 2006 totalizaram 21,307 milhões de MT, decresceu em 9.1 pp para 48.9%, enquanto que o das fontes externas, que atingiram a cifra de 22,248 milhões de MT, aumentaram de 42.0% em 2005 para 51.1%.

Quadro 10: Estrutura dos Recursos Orçamentais

Rubricas	2002	2003	2004	2005	2006
Recursos Internos	45.6	47.9	49.9	58.0	49.9
Receitas Totais	42.7	49.2	51.4	57.8	62.0
Crédito Interno (líquido)	2.8	-1.4	-1.4	-0.8	-13.1
Recursos Externos	54.4	52.1	50.1	42.0	51.1
Donativos	33.3	35.4	35.1	28.2	41.2
Empréstimos Externos	19.2	16.7	15.0	12.7	9.6
Transferências (HIPC)	0.0	0.0	0.0	1.1	0.2
Recursos Orçamentais	100	100	100	100	100

Fonte: Ministério das Finanças

Tal retrata a poupança líquida interna do Estado, que se reflectiu na realização de um défice orçamental inferior ao programado, em virtude da maior captação de receitas e uma contenção na realização da despesa, face ao previsto.



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

3.3. Sector Monetário

3.3.1. Programa Monetário

O programa monetário para 2006 foi desenhado em consonância com os objectivos finais da política económica do Governo de (i) crescimento real do PIB na ordem dos 7.9%, (ii) inflação média anual não superior a 9.5% e (iii) constituição de reservas internacionais líquidas de USD 123 milhões, de modo a garantir pelo menos 4 meses de importações de bens e serviços não factoriais pelas reservas internacionais brutas no final do ano.

Tendo em conta a relação funcional entre a base monetária (BaM) e a inflação, objectivo final da política monetária do Banco de Moçambique, aquele agregado monetário passou a ser, a partir de 2006, a variável operacional da política monetária do Banco de Moçambique, em substituição dos activos internos líquidos, que vinham sendo desde princípios de 2000, com a opção pelos instrumentos indirectos de execução da política monetária.

A variação da posição líquida das contas do Estado junto do sistema bancário – medida pelo crédito líquido ao Governo, excluindo os depósitos consignados a projectos especiais e os decorrentes da concessão da exploração do carvão de Moatize pela CVRD – passou também, a par da BaM, a constar da grelha das metas obrigatórias em substituição do saldo primário. Enquanto que a BaM mede o cometimento com a política monetária, o crédito líquido ao Governo fá-lo em relação à política fiscal/orçamental.

O princípio da BaM como variável operacional da política monetária está consagrado na estratégia de política monetária de médio e longo prazos, aprovada pelo Conselho de Administração do Banco, em Outubro de 2006, que clarifica o objectivo de “preservação do valor da moeda nacional” estipulado na Lei Orgânica do Banco de Moçambique, traduzindo-o em inflação baixa e estável, e define as operações dos mercados interbancários como o principal instrumento da política monetária.

O quadro 11 a apresenta as principais metas – entre as de cumprimento obrigatório e as indicativas – do programa monetário para 2006, e a respectiva execução ao longo do ano.

Quadro 11: Principais Metas do Programa Monetário e Valores Realizados em 2006

	Realizado		Metas
	Dez-05	Dez-06	Dez-06
RIL - 10 ⁶ USD	940	1,231	1,063
BaM - 10 ⁶ MT	12,185	14,736	14,038
CLG <small>estima</small> - Fluxo	-	-5,835	-4,518
M3 - 10 ⁶ MT	43,441	53,586	49,164
M2 - 10 ⁶ MT	27,649	34,777	32,763
Multiplicador	3.6	3.6	3.5
CE <small>estima</small> - 10 ⁶ MT	21,215	27,414	28,640
IPC - Maputo	11.2%	9.37%	7.0%
Mt/USD	27.3%	9.8%	--
M3	27.1%	25.8%	13.2%
M2	22.1%	23.4%	18.5%
BaM	16.7%	20.9%	15.1%

Se bem que o saldo das reservas internacionais líquidas no final do ano ultrapasse largamente o mínimo estipulado – o que se revela positivo – a evolução



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

dos agregados monetário esteve algo acima do programado. O crédito líquido ao Governo esteve em consonância com o programado.

3.3.2. Base Monetária

O saldo da BaM em final de Dezembro de 2006 situou-se em 14,736 milhões de meticais – apresentando aumento de 2,551 milhões (20.9%) face a Dezembro de 2005, dos quais 1,098 milhões na forma de reservas bancárias e 1,453 milhões em notas e moedas fora do banco central (NMC), conforme se pode observar no quadro 12.

Quadro 12: Evolução da BaM e Suas Componentes – em 10⁶ meticais, excepto indicação dife-

	Dez-05	Dez-06	Variação até Dezembro,06	
	Saldos em milhões de meticais		Variação até Dezembro,06	
BaM	12,185	14,736	2,551	20.9%
NM C	7,336	8,789	1,453	19.8%
Reservas Bancárias	4,849	5,947	1,098	22.6%
	Estrutura em %			
BaM	100	100		
NM C	60.4	59.6		
Reservas Bancárias	39.6	40.4		

Como factores de aumento da liquidez bancária destacam-se:

(i) A injeção líquida de 10,460 milhões de meticais pelo Estado no sistema bancário, dos quais 9,814 milhões através da execução orçamental e 646 através de operações sobre Obrigações do Tesouro emitidas no âmbito da recapitalização dos bancos outrora estatais, conforme se pode observar no quadro 13.

(ii) Crédito líquido de 2,108 milhões de meticais feito nas contas dos bancos, por conta de vencimentos de Bilhetes do Tesouro, dos quais 946 milhões decorrentes de reembolso do capital e 1,162 milhões de pagamento de juros, e

(iii) Vencimentos da FPD, por via dos quais retornaram ao sistema bancário 328 milhões de meticais.

Perante os factores de criação de liquidez acima referidos, as vendas de divisas no MCI acabaram revelando-se, mais uma vez, um instrumento eficaz de contenção da evolução da liquidez bancária, ao permitirem o enxugamento de 11,782 milhões de meticais.

Quadro 13: Factores de Variação das Reservas Bancárias em 2006

Factores – em 10 ⁶ MT	Aumento		Redução
Estado	9,814	Vendas no MCI	11,782
BT's, Líquidos	2,108	MCI	210
Depósitos liq. de numerário	147	Operações da FPC	
Operações de OT's	646		
Operações de LD	328		
Operações da FPD	19		
Outros, Liq.	28		
TOTAL	13,090		11,992

No que se refere à expansão das Notas e Moedas fora do Banco Central destaque vai para a excessiva precaução manifestada pelos bancos no final do ano. Com efeito, se por um lado ao longo de 2006 os bancos comerciais realizaram depósitos líquidos de 147 milhões de meticais no BM, em numerário – o que corresponde à diferença entre os seus depósitos e levantamentos



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

– por outro lado terá havido algum excesso de precaução face ao anunciado fim da circulação do metical da antiga família, que resultou no entesouramento de notas e moedas da nova família acima do normal⁵, na expectativa de fazer face a uma corrida dos agentes económicos para a troca na recta final do processo da dupla circulação, a par da procura habitual associada à quadra festiva. É nesta perspectiva que o caixa em bancos comerciais em 2006 registou um incremento de 474 milhões de meticais, por captação líquida de depósitos da economia e do Estado em numerário – contra uma queda de 75 milhões de meticais que se perspectivava na programação monetária – reduzindo deste modo a capacidade dos bancos realizarem aplicações nos instrumentos do MMI e, por conseguinte, a acção destes sobre a BaM. É assim que se explica que nas primeiras duas semanas de Janeiro de 2007 os bancos tenham efectuado depósitos líquidos de 1,085 milhões de meticais no BM, dos quais 506 milhões na primeira, após levantamentos líquidos de 855 milhões de meticais em Dezembro de 2005.

3.3.3. Mercados Interbancários

O quadro 14 apresenta informação sobre os mercados interbancários no final de Dezembro de 2005 e 2006, fornecendo parâmetros de comparação sobre a evolução deste mercado. De um modo geral, perante o excesso do montante de BT's reembolsados em 2006, relativamente aos emitidos, nota-se um maior recurso ao mercado cambial interbancário como instrumento de esterilização de liquidez, conforme anteriormente referido.

Nota-se ainda no quadro:

Quadro 14: Mercados Interbancários

	Dez-05	Dez-06		
Operações do BM nos Mercados Interbancários – montantes acumulados no ano				
MMI				
BTs Emitidos (10 ^{^6} meticais)	19,177	21,697		
BTs Reembolsados (10 ^{^6} meticais)	14,906	22,175		
MCI				
Divisas Vendidas (USD 10 ^{^6})	294	459		
Divisas Compradas (USD 10 ^{^6})	12	10		
Liquidez esterilizada, em milhões de meticais				
MMI (BTs)	1,096	-493		
MCI	8,461	11,476		
MMI – Saldos em milhões de meticais				
BTs	10,576	10,094		
91 dias	950	2,065		
182 dias	3,453	2,565		
364 dias	6,173	5,464		
MMI – Operações				
	Média (10 ^{^6} MT)	N ^o Operações	Média (10 ^{^6} MT)	N ^o Operações
FPA/FPD	136,33	564	137,72	596
FPC	102,47	375	70,72	344
Permutas	26,06	1,342	29,62	1,272
MMI – Taxas de juro em %				
FPC	13.9		17.5	
BTs				
91 dias	10.2		16.00	
182 dias	11.11		16.25	
364 dias	11.42		16.50	
Permutas	9.8		15.98	
FPA/FPD	7.75		13.0	

⁵ A série dos últimos cinco anos anteriores a 2005 mostra que o valor do caixa em bancos atinge um máximo de cerca de 3% do total dos depósitos entre Novembro e Dezembro, rondando os 2% nos restantes meses. Porém, a informação referente a 2006 mostra que o caixa em bancos passou para um peso de 3% do total a partir de Julho,

II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Quanto aos Produtos Disponíveis

- Uma tendência de desinvestimento em Bilhetes do Tesouro que resultou numa redução líquida do volume de BT's da ordem dos 482 milhões de Meticais;
- Redução da preferência pelos BTs de maturidade mais longa, isto é 364 dias, a favor das outras maturidades, em termos relativos;
- Aumento ligeiro do montante médio aplicado na facilidade permanente de depósito (FPD), e a redução dos recursos médios obtidos no BM através da FPC; e
- Pouco dinamismo das permutas de liquidez entre as instituições, atendendo que se verifica uma distribuição heterogénea da liquidez patente na ocorrência simultânea de operações da FPC e FPD.

Quanto às Taxas de Juro do MMI

O comportamento das taxas de juro no período em análise foi misto reflectindo basicamente o efeito das medidas tomadas pelo Banco Central, nomeadamente:

- De Janeiro até finais de Março, vigorava um mecanismo de fixação das taxas de juro das Facilidades Permanentes de Cedência e de Depósito e da Última Hora no MMI, iniciado a 1 de Novembro de 2005, que as vinculava as taxas de juro médias dos leilões de BT's, resultando em ajustamentos sucessivos;
- A partir de 21 de Março, o BM anunciou uma alteração da metodologia de fixação das taxas ora referidas, passando a fixar discricionariamente;

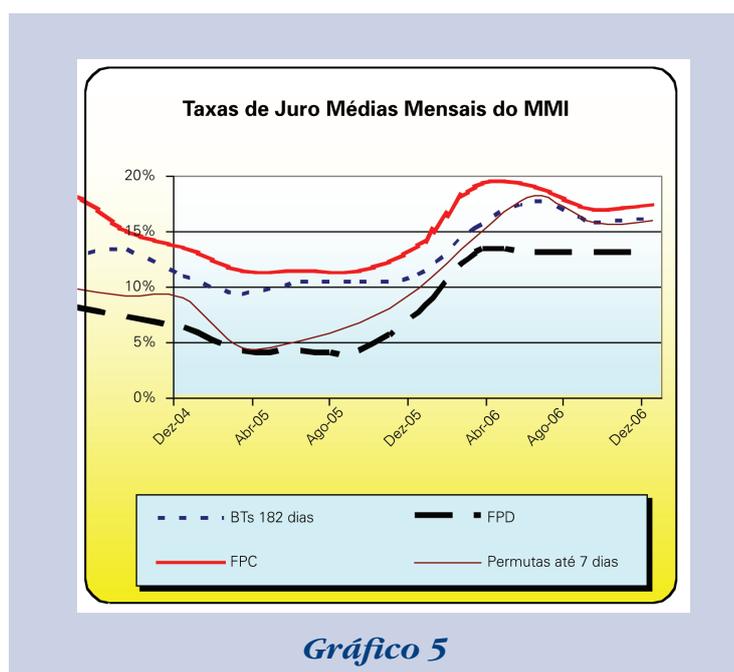


Gráfico 5



- Redução da taxa da FPC em dois pp em Agosto, fixando-a em 17%, mantendo inalterada a da FPD em 13%. Com esta medida, que surge numa altura em que a inflação homóloga estava a fornecer sinais mais consistentes de redução, pretendia-se contribuir para que o mercado convivesse com taxas de juro relativamente mais baixas, permitindo deste modo consolidar a estabilidade macroeconómica e o crescimento económico em níveis sustentáveis;
- Aumento da taxa da FPC em 50 pb, em Novembro, para 17.5%, mantendo em 13.0% a taxa da FPD. O objectivo desta medida era o de transmitir sinais de política monetária mais restritivas num cenário em que a evolução da inflação sugeria maior prudência.

3.3.4. *Taxas de Câmbio no MCI*

A cotação média do metical no mercado cambial interbancário depreciou-se em 8,9% em relação ao USD, fixando-se em 25.74 MT/USD no final de 2006. Do cruzamento com as cotações do USD na praça de Londres, resulta uma depreciação de 21.1% face ao Euro – moeda que se fortificou nos mercados internacionais – e uma apreciação de 1.7% face ao rand sul-africano.

As medidas excepcionais introduzidas em finais de 2005, com carácter transitório, com vista a disciplinar o funcionamento do mercado cambial interbancário, dotando-o de maior disciplina e profissionalismo, aliadas a um incremento dos níveis de vendas de divisas no MCI para satisfazer as necessidades do sector importador, incluindo o dos combustíveis, e aos afinamentos realizados em toda a cadeia do complexo processo de importação deste produto com grande peso na procura de divisas, revelaram-se fundamentais para a estabilidade da taxa de câmbio em 2006. As vendas de divisas pelo BM no MCI totalizaram USD 475 milhões, após USD 378 milhões em 2005.

A introdução do novo regulamento do MCI em meados de Dezembro de 2006 veio conferir maior dinâmica ao mercado, traduzida pelo aumento do número de operações entre as Instituições de Crédito, revelando-se também como um importante factor de estabilidade cambial. Com efeito, em 2006 foram registadas 268 transacções de divisas entre os bancos comerciais no MCI, num valor global de USD 200 milhões, após 89 em 2005 que totalizaram USD 39 milhões.

3.3.5. *Massa Monetária*

O saldo do agregado M3 – composto pelas notas e moedas do Metical fora do sistema bancário e pelos depósitos de residentes em Meticais e moeda estrangeira no sistema bancário nacional, excluindo os do Estado e das instituições monetárias – situou-se em 53,583 milhões de meticais em final de Dezembro de 2006, o que equivale a um incremento de 1,042 milhões (23.4%).

Sob o ponto de vista das componentes do M3 nota-se um maior incremento dos depósitos (+9,100 milhões), obedecendo à seguinte decomposição (quadro 15):

I - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Quadro 15: Evolução dos Meios Totais de Pagamento (10⁶ meticais)

			Variação Anual			
	Dez-05	Dez-06	Nominal	%		
NM C	6,110	7,152	1,042	17.1		
Depósitos MN	21,538	27,622	6,084	28.3		
M2	27,648	34,774	7,126	25.8		
Depósitos ME	15,793	18,909	3,016	19.1		
ME - USD	652	724	71			
M3	43,441	53,583	10,142	23.4		
Impacto Cambial			1,167			
M3 Sem			8,978	20.7		
Impacto	31%	35%				
Depósitos ME %						
M2						
Depósitos Totais						
	Saldo - mil MT		Estrutura		Variação Anual	
	Dez-05	Dez-06	Dez-05	Dez-06	Nominal	%
Meticais	21,538	27,622	57.7	59.5	6,084	28.3
Empresas	9,437	12,452	25.3	26.8	3,015	32.0
Outros	12,101	15,170	32.4	32.7	3,069	25.4
ME	15,793	18,909	42.3	40.5	3,016	19.1
Empresas	9,709	11,301	26	24.3	1,592	16.4
Outras	6,084	7,508	16.3	16.2	1,424	23.4
DO	26,177	31,237	70.1	67.3	5,060	19.3
Empresas	14,248	16,733	39.2	36.1	2,486	17.5
Outros	11,929	14,504	32	31.2	2,574	21.6
DP	11,154	15,194	29.9	32.7	4,040	36.2
Empresas	4,998	7,020	0.9	15.1	2,122	43.3
Outros	6,256	8,174	11.8	17.6	1,918	30.7

- Aumento dos denominados em Meticais na ordem dos 6,084 milhões de meticais (+28.3%), dos quais 3,069 milhões em contas de particulares;
- Aumento de 3,016 milhões de meticais nos depósitos denominados em moeda estrangeira, dos quais 1,592 milhões para as contas de empresas; e
- Aumento do peso dos depósitos a prazo no total, passando de cerca de 30% em final de 2005 para cerca de 33% em Dezembro de 2006.

Entre os principais factores determinantes da evolução do M3 nota-se o seguinte:

- Injecção líquida pelo Estado de liquidez para a economia no montante de 9,096 milhões no âmbito da execução orçamental;
- Aumento líquido do crédito concedido à economia em moeda nacional no valor de 8,097 milhões de meticais;
- O efeito da variação da taxa de câmbio sobre os depósitos denominados em moeda estrangeira de 1,167 milhões de meticais;

O financiamento líquido às importações através do sistema bancário nacional num montante estimado em 6,4334 milhões de meticais, permitiu refrear o impacto expansionista dos factores acima identificados.

3.3.6. Endividamento do Sector Privado

A nível interno

O saldo do crédito concedido à economia fixou-se em 27,414 milhões de meticais em final de Dezembro de 2006, valor que corresponde à uma expansão anual de 6,198 milhões de meticais (29.2%).



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Quadro 16: Comportamento do crédito à economia

	Saldos em 1 0 ⁶ MT		Variação no ano				
	Dez-05	Dez-06	Nominal	%			
Moeda Nacional	10,559	18,657	8,097	76.7			
Moeda estrangeira	10,656	8757	-1,898	-17.8			
ME - USD	441	337	-104				
Impacto	21,215	27,414	6,198	29.2			
Cambial	3,843	4,255	413				
Total	25,058	31,669	6,611				
Saneamentos Total c/ saneament							
Beneficiários do Crédito							
	Saldo em MT		Em % do Total		Variação		
	Dez-05	Dez-06	Dez-05	Dez-06	Nominal	%	% do Total
Total	21,21	27,41	100	100	6,198	29.2	100.0
Empresas	5	4	79	75.3	3,897	23.3	63.0
Outras	16,73	20,63	21	24.7	2,301	51.4	37.0
	3	0					
	4,482	6,784					
Meticais	10,55	18,65	50	68.1	8,097	76.7	131.0
Empresas	9	6	37	50.0	5,773	72.9	94.0
Outros	7,921	13,69	13	18.1	2,324	98.1	37.0
	2,638	3					
		4,963					
ME	10,65	8,757	50	31.9	-1,899	-17.8	-31.0
Empresas	6	6,936	42	25.3	-1,876	-21.3	-30.0
Outros	8,812	1,821	8	6.6	-23	-1.3	-1.0
	1,844						

Perante um maior racionamento do crédito em moeda estrangeira a residentes cuja actividade não seja exportadora, o aumento do crédito acabou se reflectindo totalmente na componente concedida em Meticais, que cresceu 8,097 milhões de meticais (77%), enquanto que o denominado em moeda estrangeira reduziu 1,898 milhões (18%, ou USD 104 milhões).

O fluxo do crédito em 2006, tanto em Meticais como em moeda estrangeira foi dominado pelas empresas, na medida em que:

- Foram beneficiárias de 5,773 milhões de meticais, no total do fluxo do crédito denominado em Meticais (94%); e
- Foram responsáveis por 1,876 milhões de meticais, da queda do crédito denominado em moeda estrangeira.

A sectorização do fluxo de crédito mostra que, do ponto de vista de tipo de actividade, o sector industrial é o que recebeu maior volume (1,129 milhões), seguindo-se o do comércio (925 milhões) e o da construção. A rubrica “Outros sectores” é basicamente composta pelo crédito a particulares, cujo fluxo foi de +2,301 milhões de MT, conforme se pode observar no gráfico 6.

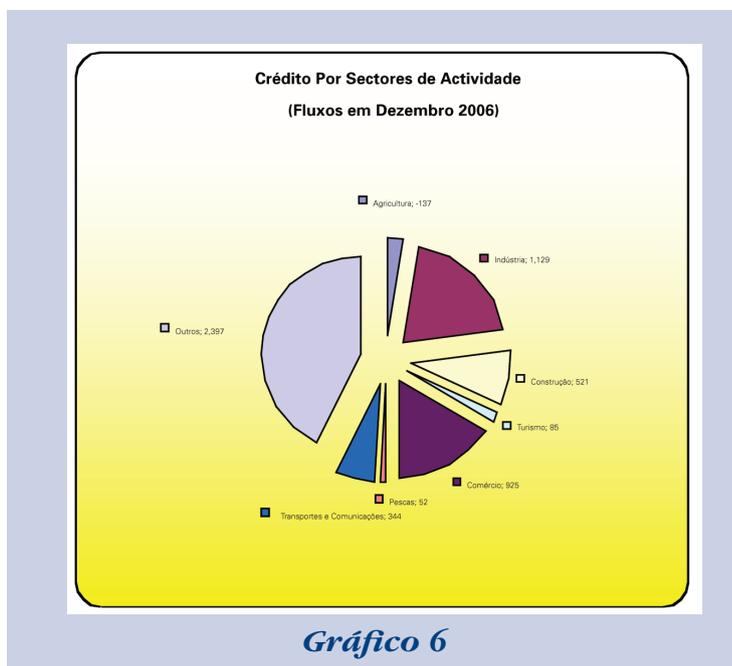
A nível externo

A informação disponível indica que o fluxo do endividamento do sector privado moçambicano no exterior, excluindo os grandes projectos, foi da magnitude de USD 41 milhões em 2006. Este montante corresponde a desembolsos de USD 119 milhões contra amortizações de 78 milhões, dos quais USD 53 milhões em capital e USD 25 milhões em juros. Os maiores beneficiários foram



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

o sector da agricultura com USD 62 milhões (52%), da electricidade, gás e água com USD 16 milhões (13%) e dos transportes e comunicações com USD 15 milhões (12%).



Enquanto isso, os grandes projectos efectuaram pagamentos líquidos no total de USD 140 milhões, pois receberam do exterior USD 114 milhões tendo amortizado USD 254 milhões, dos quais 140 representam capital e o remanescente (USD 114 milhões) juros.

3.3.7. Taxas de Juro a Retalho

As taxas de juro médias nominais praticadas pelos bancos comerciais nas transacções em Meticais com a sua clientela apresentaram ao longo de 2006 uma tendência consistente de aumento, evoluindo em linha com a inflação média móvel anual, segundo se pode ver no gráfico 7.

O aumento foi mais pronunciado na taxa de juro média dos depósitos (+4.19 pp), que se fixou em 10.89% em Dezembro de 2006, altura em que a taxa média dos empréstimos situou-se nos 22.59% - um incremento de 2.52 pp face à média de Dezembro de 2005. A *prime rate*, no mesmo período aumentou 1.09 pp, em termos médios, situando-se em 20.28% em Dezembro de 2006. Ainda assim, a maior aceleração da inflação média anual entre Dezembro de 2005 e de 2006, acabou resultando em queda das taxas de juro reais, com a do crédito a passar de 12.8% para 8.3% e a dos depósitos de 0.3% para 2.1% negativos.

Para as operações em USD, o maior incremento deu-se na taxa dos empréstimos – mais 1.04 pp – que se fixou em 9.75% em Dezembro de 2006, ao mesmo tempo em que a taxa média dos depósitos aumentou 62 pb, fixando-se em 3.44%.



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

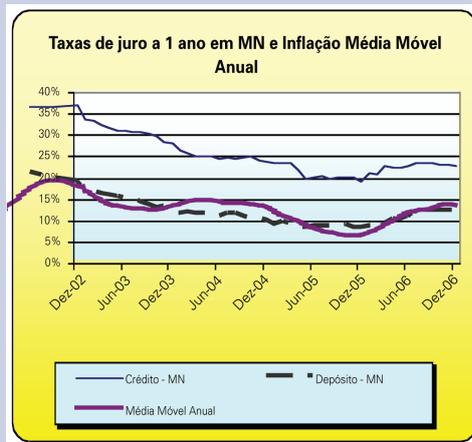


Gráfico 7

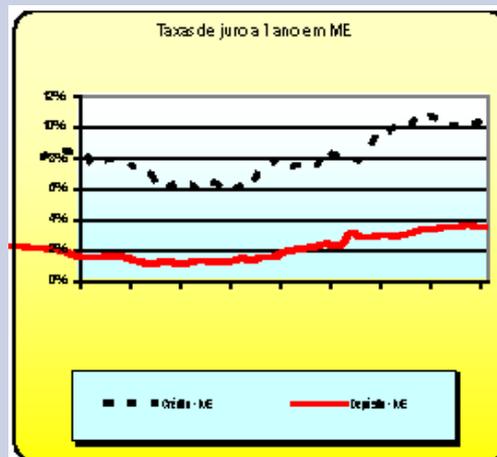


Gráfico 8

Caixa 2: Actuação do Banco de Moçambique em 2006

No âmbito das suas atribuições como autoridade monetária e cambial, responsável, entre outros, por estabelecer directivas para a actuação das instituições de crédito, e promover a modernização do sistema nacional de pagamentos, o Banco de Moçambique introduziu em 2006 um conjunto de normativos entre os quais destaca-se os seguintes:

- Código de Conduta do Mercado Cambial – em vigor a partir do dia 27 de Setembro – assinado entre o Banco de Moçambique e os restantes operadores do Mercado Cambial Interbancário, em substituição do rubricado a 27 de Dezembro de 2004. As alterações introduzidas ao anterior código resumem-se, essencialmente, no (i) alargamento do seu âmbito a todas as operações dos bancos com o exterior – que antes confinava-se apenas às transacções no MCI – e a toda a cadeia de intervenientes nas operações cambiais, nomeadamente, Gestores, *Dealers* e demais técnicos envolvidos – no anterior, grande parte das obrigações abrangia apenas aos operadores; (ii) retirada do texto do Código de Conduta de matérias de natureza essencialmente regulamentar, nomeadamente, a fixação do *spread* máximo entre as cotações de compra e venda, e de detalhes sobre o princípio de cotação firme, que foram incluídos na nova versão do regulamento do MCI.
- Aviso nº 5/GGBM/2006, Regulamento do Mercado Cambial Interbancário (MCI), que revoga o Aviso nº 13/GGBM/2005. Este Aviso surge numa altura em que o mercado atravessa um momento de estabilidade, estando por isso criadas as condições para se remover gradualmente as restrições transitórias introduzidas em Novembro de 2005. As principais alterações que constam no Aviso acima referido são as seguintes: (i) inclusão de requisitos de adesão ao Mercado Cambial Interbancário; (ii) estabelecimento da obrigatoriedade dos operadores cotarem firme para um montante de referência de USD 50,000, até um máximo de 1 chamada por dia e (iii) definição com maior detalhe das operações bilaterais com o Banco Central. Paralelamente, através dos canais do MCI foi alargado (i) o *spread* entre as cotações *bid* e *offer*, dos anteriores 10 CTn para 20 CTn e (ii) o limite máximo de variação da cotação diária de 0,25% para 1%, o que se mostra razoável para maior flexibilização das operações do MCI. No âmbito do incentivo à expansão dos serviços financeiros para as zonas rurais, o Banco de Moçambique tomou as seguintes iniciativas:



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

- Iniciou em Dezembro de 2006 um processo de abertura de 5 Agências, cujo término está previsto para finais do primeiro semestre de 2007. O processo de abertura das agências constitui, igualmente, um contributo importante ao facilitar a missão do Banco de Moçambique no que diz respeito à (i) emissão e circulação de notas e moedas de boa qualidade, (ii) modernização do sistema nacional de pagamentos, (iii) redução dos custos de armazenamento e transporte de notas e moedas pelos bancos comerciais, (iv) facilitação das operações financeiras do Estado, no âmbito da introdução da administração financeira mais descentralizada e (v) facilitação do processo de licenciamento, apoio e supervisão das instituições de microfinanças. Até final de Dezembro de 2006 já estavam em funcionamento as agências de Quelimane – a primeira a ser inaugurada – e Maxixe, num processo que se prevê a conclusão em Junho de 2007, altura em que o Banco de Moçambique passará a estar representado em 8 das 11 Províncias que o país possui.

No âmbito da introdução do metical da nova família:

- Como previsto, no dia 31 de Dezembro de 2006 terminou o uso da designação escritural MTn e o retorno da designação MT, assim como o fim da obrigatoriedade da dupla indicação dos preços, iniciada a 31 de Março de 2006



Escadaria **Mosaico Bizantino** Estrela Faria



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

3.4. Sector Externo

3.4.1. Reservas Internacionais Líquidas

O saldo das Reservas Internacionais Líquidas do Banco de Moçambique situou-se em USD 1,231 milhões, a 31 de Dezembro de 2006, o que relativamente a igual período de 2005 representa uma constituição de USD 288 milhões. Apesar disso, no espaço de doze meses ocorreu uma ligeira redução dos meses de cobertura das importações de bens e serviços não factoriais pelas reservas brutas, passando de 4.6 meses em Dezembro de 2005 para 4.4 meses em final de Dezembro de 2006, incluindo os grandes projectos.

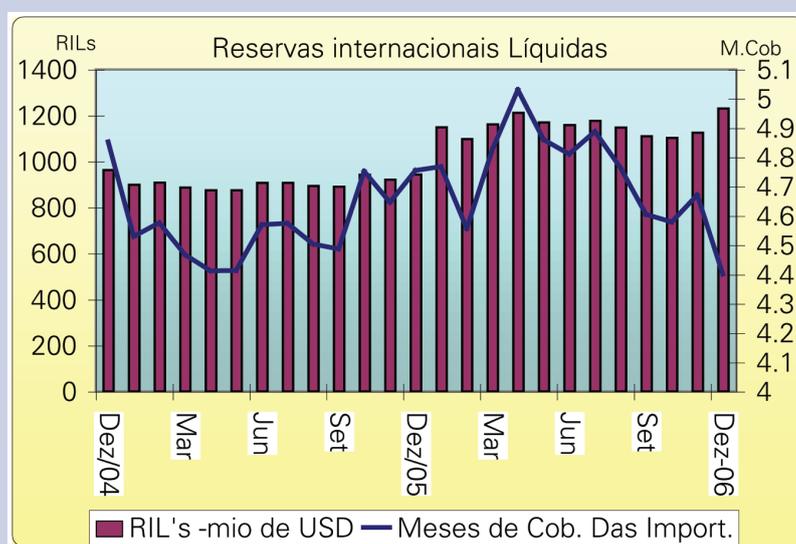


Gráfico 9

Num cenário em que as reservas brutas incrementaram USD 139 milhões, o perdão da dívida para com o FMI, no montante de USD 154 milhões, efectivo a partir de 6 de Janeiro, no âmbito da iniciativa MDRI constitui-se um importante factor de constituição das RIL's.

Entre as principais entradas e saídas de fundos, com impacto no fluxo das RIL's destacam-se:

Entradas

- Entradas de USD 353.5 milhões de ajuda externa, dos quais USD 233 milhões em donativos;
- Transferências de USD 53.7 milhões de rendimento de mineiros na África do Sul;
- Rendimentos de aplicações no exterior, da ordem de USD 43.2 milhões;
- Diversas entradas para o Tesouro, totalizando USD 216.3 milhões;
- Compras de USD 54.2 milhões pelo BM, fora do MCI; e

II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Saídas

- Venda líquida de USD 475.3 milhões no MCI;
- Pagamentos de USD 61.7 milhões, em serviço da dívida externa;
- Diversos pagamentos, totalizando USD 54.3 milhões, efectuados pelo Estado;
- Transferências líquidas das Instituições de Crédito para os seus correspondentes no exterior, no valor de USD 14.4 milhões.

3.4.3. Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real

O Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real – calculado com base num cabaz de três moedas dos principais parceiros comerciais do país, ponderadas pelos respectivos pesos relativos, nomeadamente o rand sul-africano com 54.5%, o euro com 39.9% e o dólar norte-americano com 6.4% - registou uma redução média anual de 0.9% em 2006, significando a ocorrência de ganhos de competitividade dos produtos moçambicanos, relativamente a produtos similares produzidos nos três principais parceiros de Moçambique.

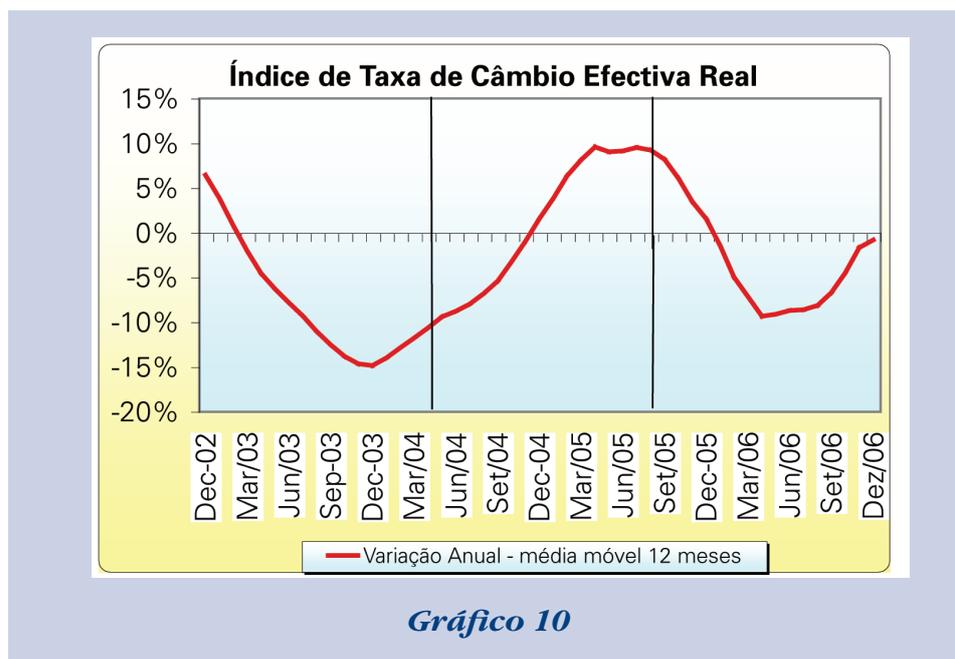


Gráfico 10

Do ponto de vista da trajectória mensal nota-se dois períodos distintos. Até Abril, registou-se uma consolidação da tendência de ganhos de competitividade que começou a corporizar-se em Setembro de 2005 e, nos restantes meses uma tendência de redução dos ganhos. O diferencial entre a inflação média moçambicana e a dos parceiros comerciais era de 6 pp e a depreciação média efectiva nominal do metical situava-se em 14.3% até Abril, pelo que os ganhos médios anuais de competitividade se situavam em 9.4%. Já em Dezembro de 2006, o diferencial entre as duas inflações havia se alargado para 9.3%, ao mesmo tempo que a depreciação média efectiva nominal havia reduzido para 9.3%.

II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

3.4.4. Balança de Pagamentos

A posição externa do país medida pelo saldo da conta corrente, registou em 2006 uma melhoria de 16.6% comparativamente ao ano anterior, com o défice a reduzir para USD 634.4 milhões. Tal reflecte a melhoria de 46.1% registada na conta parcial de bens, na sequência do aumento mais rápido das exportações de bens comparativamente às importações e também do comportamento positivo de 24.3% ocorrido na conta de transferências. Menos positivos foram os resultados das contas parciais de serviços e de rendimentos, cujos défices agravaram-se em 21.2% e 37.7%, respectivamente.

No mesmo período, a conta de capital melhorou USD 146.6 milhões, a reflectir o aumento dos desembolsos de fundos provenientes dos principais parceiros de cooperação internacional para o apoio ao Orçamento do Estado, na componente de projectos de investimentos em infra-estruturas socio-económicas e das organizações internacionais com fins humanitários.

A conta financeira, por seu turno, registou uma saída líquida de recursos de USD 1,640.6 milhões, a reflectir sobretudo a amortização de empréstimos da Administração Central, na sequência do perdão da dívida externa pública de que o país se beneficiou no âmbito do MDRI. Os investimentos financeiros em títulos efectuados no ano pela Autoridade Monetária e pelos bancos comerciais, bem como, a amortização da dívida externa do sector privado, também contribuíram para o resultado da conta financeira no ano em revista.

Conta Corrente

O défice na conta corrente em 2006 fixou-se em USD 634.4 milhões – 8.2% do PIB – o que relativamente a 2005, altura em que este equivalia a 11.5% do PIB, representa uma melhoria de 16.6%. Excluindo as transferências correntes – basicamente compostas por donativos para o Governo – a conta corrente melhora 2.4% em relação a 2005, passando o seu défice para USD 1,135.1 milhões.

Excluindo os megaprojectos, o défice em conta corrente passa para USD 941.1 milhões, correspondente a uma redução de 17.0% em relação ao ano anterior, a reflectir reduções verificadas nas contas parciais de bens e rendimentos em USD 56.2 milhões e USD 61.5 milhões, respectivamente, e sobretudo, o aumento das transferências correntes em USD 95.1 milhões. Expurgando o impacto dos grandes projectos e das transferências correntes, o défice da conta corrente passa para USD 1,454.6 milhões, o que representa uma redução de 6.1% em relação a 2005.



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Quadro 17: Evolução da Conta Corrente, em USD milhões

	2005	2006	Varição 06,05
Conta Corrente	-760.6	-634.4	-16,6%
Conta Corrente em % do PIB	11,5%	9,2%	-29,0%
Bens	-497.1	-267.7	-46,1%
Exportações	1745.2	2381.1	36,4%
Importações	2242.3	2648.8	18,1%
Serviços	-306.6	-371.8	21,3%
Receitas	341.9	386.3	13,0%
Despesas	648.6	759.1	16,9%
Rendimentos	-359.8	-495.6	37,7%
Investimentos Directo	-284.0	-471.3	66,0%
Remunerações	40.4	50.4	24,9%
Juros	-131.2	-102.5	-21,9%
Investimento de Carteira	14.8	27.9	89,3%
Transferências	402.9	500.7	24,3%

Conta de Bens

O valor do comércio externo de bens situou-se em 2006, em USD 5,030.0 milhões, o que relativamente a 2005, representa um acréscimo de 26%, determinado pelo aumento das importações totais de bens em 18.1% para USD 2,648.8 milhões, e um acréscimo das exportações de bens em 36.4% para USD 2,381.1 milhões.

Excluindo os grandes projectos, o valor do comércio de bens no ano, foi de USD 2,703.9 milhões - uma melhoria de 16% comparativamente a 2005 - explicada pelo acréscimo verificado no valor das exportações em 43.4% para um total de USD 692.4 milhões, e pelo crescimento das importações, em 8.3% relativamente a 2005, para USD 1,995.7 milhões.

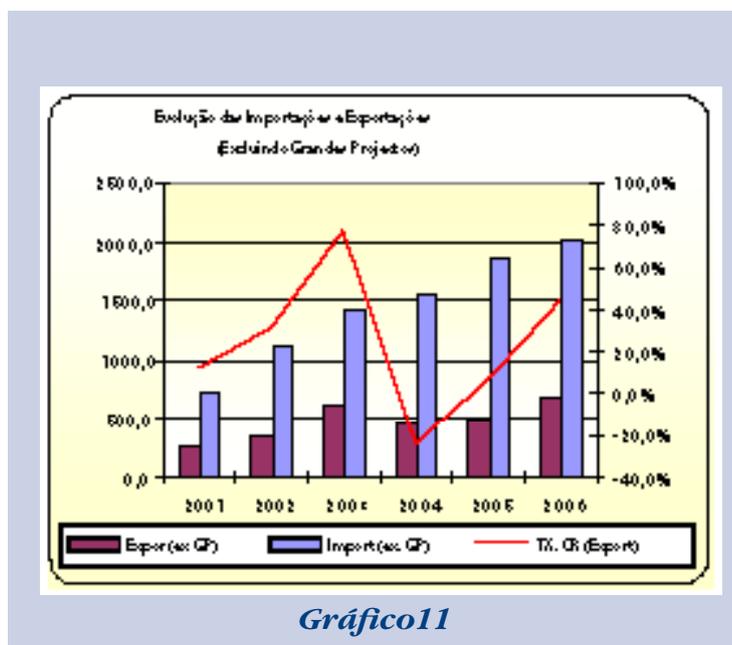


Gráfico 11

O aumento mais rápido das exportações comparativamente às importações foi determinante para a redução do défice da conta parcial de bens em USD 229.4 milhões, ou seja, 46.1% relativamente ao valor apurado em 2005. Excluindo os grandes projectos, o défice desta conta reduz apenas 4.1%, não obstante

II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

o rápido aumento verificado no valor das outras exportações comparativamente às importações. Assim, a taxa de cobertura das importações totais pelas exportações aumentou relativamente ao ano de 2005, em 12.1 pp fixando-se em 89.9%, valor que reduz para 34.4% quando expurgadas as transacções dos grandes projectos, contra os 26% registados em 2005.

O comportamento das exportações no ano reflectiu basicamente os factores a seguir resumidos:

Produtos	Varição da Receita	Factores Explicativos
Açúcar	+89.3%, para USD 71.4 milhões	Colocação de volumes adicionais aos mercados preferenciais (10 127 toneladas adicionais) e o incremento das vendas no mercado internacional livre em mais 67.500 toneladas perante o aumento do preço (passou de USD 295 por tonelada métrica em 2005 para USD 323 por tonelada métrica em 2006).
Castanha de Caju	+34.6%, para USD 23.7 milhões	Aumento das quantidades devido a boa campanha de 2005/2006, reforçada pelos stocks acumulados durante a campanha anterior.
Amêndoa de Caju	+135.9%, para USD 13,0 milhões	Maior disponibilidade da castanha e consequente incremento do uso da capacidade instalada das indústrias de processamento.
Tabaco	+155.1%, para USD 110.2 milhões	Venda do tabaco processado internamente, com início no IV trimestre de 2005.
Carvão	+22.3%, para USD 86.7 milhões.	Implementação dos projectos de expansão da produção na Zâmbia e Sofala.
Reexportações de Combustíveis	+134%, para USD 31.8 milhões.	Aumento das quantidades procuradas pelo Zimbabwe e Malawi. Passou de 17.712,74 toneladas métricas em 2005 para 46.244,0 em 2006.
Bunkers	+131%, para USD 28.7 milhões.	Aumento do tráfego aéreo por entidades não residentes, aliado ao aumento do preço.
Ouro não-monetário	+325%, para USD 2 milhões.	Maior controlo sobre a sua exploração, por parte das autoridades.
Energia Eléctrica	+25.4%, para USD 177.8 milhões.	Aumento do volume em cerca de 8% e ajustamento tarifário em 17.6%
Gás	+9.4%, para USD 109.6 milhões.	Acréscimo do volume de gás exportado na sequência do aumento da produção em 13 milhões de gigajoules.
Alumínio	+37.3%, para USD 1,401.3 milhões.	Aumento do preço no mercado internacional
Madeira	+10.0%, para USD 35,6 milhões.	Aumento do volume de madeira exportada em toros em 54% e aumento em 13% do volume de madeira serrada, este último em linha com o cumprimento da regulamentação que interdita a exportação em toros da madeira de espécies de primeira classe.
Algodão	-18.8%, para USD 46,7 milhões.	Crescimento da produção da fibra sintética no mercado internacional, portanto mais barata, no contexto de aumento do preço do algodão vegetal, no entanto insuficiente para compensar a redução do volume vendido.

No concernente às importações, no global, registou-se um crescimento de 18.1% para um montante total de USD 2,648.8 milhões, devido ao impacto dos grandes projectos, que registaram um aumento de 65.8% comparativamente ao ano transacto, facto associado à compra de máquinas e matérias-primas. O aumento mais rápido das importações de grandes projectos comparado com o acréscimo de 8.3% verificado nas dos restantes sectores levou a que o peso das importações dos grandes projectos aumentasse de 17.1% em 2005 para 24.1% em 2006, no total das importações.



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Quadro 18: Evolução das Importações de Bens (em milhões de USD)

	2005	2006	Var (%)
IMPORTAÇÕES TOTAIS DE BENS	2,242.3	2,648.8	19,1
OUTROS SECTORES	1,859.0	2,011.5	9,3
Principais Bens de Consumo	329.7	393.7	19,8
Cereais	156.9	163.2	4,0
Açúcar	9.0	4.3	-51,7
Cervejas	1.8	1.2	-32,8
Medicamentos	24.3	35.7	46,6
Automóveis	136.6	189.2	38,5
Outros	906.6	865.8	-4,5
Principais Matérias-primas e Bens Intermediários	309.5	390.5	26,2
Combustíveis	237.0	314.4	32,7
Energia Eléctrica	72.5	76.1	4,9
Principais Bens de Capital	313.2	361.5	15,4
GRANDES PROJECTOS	384.3	637.4	65,8

A variação positiva das importações, decorreu do incremento nas despesas incorridas com a compra das matérias-primas e bens intermédios, essencialmente, associado ao aumento da factura de combustíveis e sobretudo, pelo aumento do preço no mercado internacional nos últimos dois anos.

No que respeita aos bens de consumo, o aumento do valor importado é explicado pelo crescimento verificado na rubrica de automóveis e de medicamentos, de certo modo, amortecido pela redução da rubrica de açúcar, comparativamente a 2005.

Conta de Serviços

O saldo da conta parcial de serviços registou em 2006, um défice de USD 371.8 milhões equivalente a uma deterioração de 21.2%, comparativamente ao ano de 2005. O comportamento desta conta foi determinado pela evolução das rubricas de transportes, construção e serviços empresariais que no ano em análise viram os seus saldos agravarem-se comparativamente ao ano anterior. Expurgando o efeito dos grandes projectos, o défice piora em 14.0%, influenciado somente pelo agravamento da rubrica de serviços de transportes.

Relativamente a rubrica dos transportes, verificou-se que, não obstante o aumento das receitas brutas em 17.5% para USD 105 milhões em termos líquidos, o seu saldo agravou-se em 19.6%, a reflectir o aumento das despesas em relação a 2005, em 18.8% devido ao acréscimo dos custos de (i) frete, o que está em linha com o nível de importações de bens, (ii) passagens aéreas pagas por residentes a companhias transportadoras não residentes e (iii) reabilitação e manutenção das linhas-féreas.

Outra rubrica cujo resultado foi igualmente determinante para o comportamento da conta de serviços, foi a de Serviços de Construção, cujo saldo deteriorou-se em 22% (14%, quando retirados os grandes projectos) comparativamente à 2005, essencialmente devido ao incremento das despesas em serviços de construção em 19.0% determinado pelas grandes empresas de IDE, em análises e estudos de implementação de projectos de engenharia civil.



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Ainda em relação à conta parcial de serviços, importa destacar o agravamento registado nas despesas de intermediação comercial e de assistência técnica prestada aos residentes pelas companhias não residentes, que permitiram o agravamento da rubrica de serviços empresariais em 82.3%. No entanto, retirando nesta rubrica a contribuição dos grandes projectos, o cenário inverte-se na totalidade, pois o excedente passa de USD 30.6 milhões em 2005 para USD 31.4 milhões no período em alusão.

Conta Rendimentos

O défice de USD 496 milhões registado na conta parcial de rendimentos, correspondeu a um agravamento anual de 37.7% e decorreu, essencialmente, do aumento do montante de lucros e dividendos transferidos para fora do país pelas empresas que operam no âmbito do IDE, cujo saldo negativo aumentou em 66% para USD 461 milhões, sendo que deste montante, os grandes projectos foram responsáveis por um total de USD 442.5 milhões, dos quais, USD 77.1 milhões foram reinvestidos internamente e USD 365.4 milhões transferidos para fora do país. No entanto, os rendimentos de investimento directo das outras empresas de IDE mantiveram a mesma tendência, sendo de destacar entre estas, as empresas do sector financeiro que no ano transferiram USD 15.7 milhões, seguido pelo sector ferro – portuário com USD 2.8 milhões e transportes e comunicações com USD 2.3 milhões.

Apesar do agravamento da conta de rendimento - determinado pela rubrica de lucros e dividendos transferidos – as restantes rubricas que compõem esta conta, registaram evoluções positivas que serviram para atenuar os movimentos acima, nomeadamente: (i) melhoria de 24.7% registada nos rendimentos de empregados, em resultado da melhoria do processo de colecta das remunerações introduzido pela Agência de Recrutamento de trabalhadores mineiros para a África do Sul⁶; (ii) redução do saldo negativo de Rendimento de Outros investimentos, em 21.8%, na sequência do aumento dos juros de depósitos no exterior, perante uma queda no montante de juros de dívida governamental pagos; (iii) o aumento dos rendimentos de investimentos de carteira em 89% para um saldo positivo de USD 27.9 milhões em 2006, devido ao incremento de capital investido em títulos e ao aumento das taxas de juro no mercado internacional.

Transferências Correntes

O fluxo líquido de recursos vindos do exterior para o país sob a forma de transferências correntes, aumentou comparativamente a 2005 em 24.3% (USD 500.7 milhões), determinado pelos desembolsos efectuados pelos diversos parceiros na forma de donativos que, em termos absolutos, registaram um acréscimo de USD 111.2 milhões em relação a 2005, repartidas entre (i) donativos para programas especiais (74.7 milhões), (ii) para importação de medicamentos (12.3 milhões), (iii) donativos em espécie (3.2 milhões), (iv) donativos para programas (2.5 milhões) e (v) donativos para outros sectores (18.5 milhões).

⁶ Contrariamente, o número de trabalhadores reduziu de 47 535 em 2005 para 46 582 em 2006. O Departamento do Trabalho Migratório junto do Ministério do Trabalho refere que o aumento das remunerações reflecte o impacto da introdução em 2005, do novo processo de colecta das remunerações mensais pela Agência de Recrutamento de Trabalhadores Mineiros (TEBA), denominado *Enhanced Differed Pay*, que permitiu que esta assumisse na íntegra a colecta e controle das remunerações mensais canalizadas pelas empresas mineiras filiadas e não filiadas.



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Em termos sectoriais, o total de transferências registadas no ano destinou-se, maioritariamente, ao financiamento das actividades da administração Central, através do Orçamento do Estado, em USD 453.1 milhões – aumento de USD 92.7 milhões face ao ano anterior – sendo de destacar a ajuda para programas, que absorveu USD 232 milhões do total, seguido dos programas especiais com USD 166 milhões, importação de Medicamentos com USD 48 milhões e USD 7.5 milhões de Donativos em Espécie. Quanto aos outros sectores, o total de fundos recebidos do exterior em 2006, atingiu USD 120 milhões contra a saída de USD 72 milhões o que se traduziu num fluxo líquido de USD 47.7 milhões, determinado pelo aumento das transferências de recursos por parte de moçambicanos residentes no estrangeiro e também aprovisionamentos efectuados nas contas de algumas ONG's a operar no país no quadro do reforço das suas posições financeiras.

Conta Capital e Financeira⁷

Conta Capital

No período em alusão, o fluxo líquido de capitais externos aumentou em USD 146.6 milhões, tendo passado de USD 187.9 milhões em 2005 para USD 334.5 milhões em 2006. Tal comportamento encontra justificação nas entradas de fundos provenientes dos principais parceiros de cooperação internacional para o apoio ao Orçamento do Estado, na componente de projectos de investimentos em infra-estruturas sócio-económicas e das organizações internacionais com fins humanitários.

Conta Financeira

Durante o último ano, a conta financeira registou uma saída líquida de recursos de USD 1,640.6 milhões, a reflectir sobretudo a amortização de empréstimos da Administração Central, na sequência do perdão da dívida externa pública de que o país se beneficiou no âmbito do MDRI. Os investimentos financeiros em títulos efectuados no ano pela Autoridade Monetária e pelos bancos comerciais, bem com a amortização da dívida externa do sector privado, também contribuíram para o resultado da conta financeira no ano em revista.

Analisando a conta sem os fluxos financeiros dos grandes projectos, constata-se que a tendência acima mantém-se, com o fluxo negativo anual a situar-se em USD 1,550.2 milhões, após registar uma entrada de USD 146.8 milhões em 2005.



⁷ Expurgando o efeito do financiamento excepcional.

II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Quadro 19: Evolução da Conta Financeira (em USD milhões)

	2005	2006	Var (%)
Saldo da Conta Financeira	94,6	-1,640,6	-
Inv. Directo no Exterior	0,0	-0,4	-
Inv. Directo em Moçambique	107,9	153,7	42,5
Investimento de Carteira	-89,5	-123,8	39,9
Outro Investimento: Activos	-79,5	-13,9	-82,4
Outro Investimento: Passivos	153,7	-1,656,4	-

Da informação acima reportada, nota-se que o sentido de saída de recursos do país para o exterior, foi apenas amortecido pela entrada de capitais sob a forma de investimento directo estrangeiro (IDE) num montante total líquido de USD 153.7 milhões, correspondente a um crescimento de 42.5% em relação ao valor registado em 2005. À semelhança dos últimos anos, o fluxo do IDE no ano foi determinado pelos grandes projectos, pelo que, excluindo os valores a eles associados verifica-se, em 2006, uma redução do IDE comparativamente a 2005 em 27.3% para USD 67.4 milhões no período em análise.

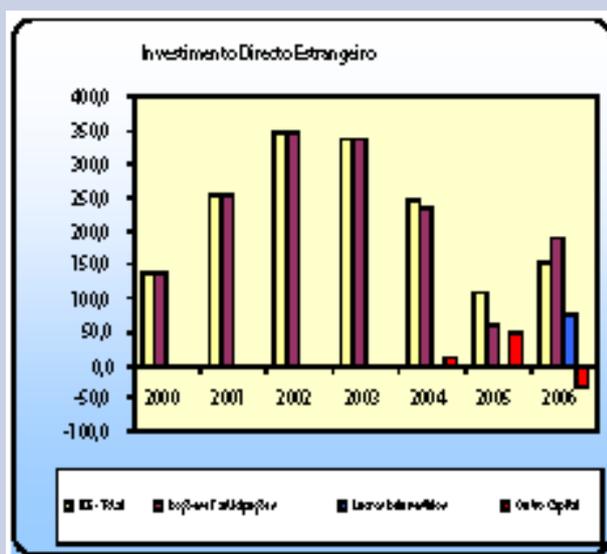


Gráfico 12

Em relação ao valor total do IDE, há a registar um montante de USD 77.1 milhões que foi realizado sob a forma de reinvestimento de lucros no ano, por parte dos grandes projectos, (em 2005 não houve nenhuma incorporação), e USD 112 milhões na forma de acções e participações, o que representa um acréscimo de 87% em relação ao valor apurado em 2005, sendo que em relação à este último tipo de investimento, o sector de indústria transformadora liderou com USD 47.3 milhões, seguido de comércio (USD 9.9 milhões), transporte e armazenagem (USD 6.7 milhões), actividades financeiras (USD 5.3 milhões) e alojamento e restaurantes com USD 4.7 milhões. As participações dos grandes projectos situaram-se em USD 36.8 milhões.

No que concerne à origem dos capitais investidos no país, a África do Sul ocupou a primeira posição, com USD 113,8 milhões, seguido das Maurícias com USD 30.0 milhões, Reino Unido com USD 12.7 milhões, Brasil com USD 6.5 milhões

II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

e Bahamas com USD 5.6 milhões. Em 2005, Portugal foi o país que ocupou a primeira posição seguida da França, Índia, África do Sul e Maurícias.

Importa sublinhar que para os casos de Portugal, França e Japão, no ano em análise, os montantes de desembolsos de participações dos seus investidores foram inferiores aos montantes de reembolsos de créditos comerciais e empréstimos, daí registarem fluxos negativos de IDE no ano em análise.

Financiamento da Balança de Pagamentos

As operações comerciais e financeiras realizadas pelo país, com o resto do mundo durante o ano de 2006, saldaram-se num défice global de USD 1,798.8 milhões, montante que representa um agravamento de USD 1,616.6 milhões em recursos adicionais demandados pela economia moçambicana, comparativamente ao ano de 2005, para o financiamento dos desequilíbrios externos registados durante o ano.

Quadro 20: Fontes de Financiamento da BoP (em USD milhões)

	2005	2006	Var (%)
Conta de Financiamento	182.2	1,798.8	-
Activos de Reserva	129.9	-29.4	-
Ouro Monetário	-20.0	-11.5	-43
Moeda Estrangeira	150.1	-17.8	-
Utilização do Crédito e Empréstimos do FMI	-40.4	-147.2	-
Financiamento Excepcional	92.7	1,975.4	-
Operações de Reescalamento da Dívida	86.7	32.0	-63
Organismos Multilaterais	0.0	0.0	-
Organismos Bilaterais	86.7	32.0	-63
Operações de Perdão da Dívida	6.0	1,943.4	-
Organismos Multilaterais	5.4	1,943.4	-
Organismos Bilaterais	0.6	0.0	-100%

Globalmente, o défice externo do país foi coberto com recurso ao financiamento excepcional que em 2006 cifrou-se em USD 1,975.4 milhões a reflectir, essencialmente, as operações de cancelamento das dívidas do país com o FMI, BAD e IDA no valor de USD 154 milhões, USD 483.4 milhões e USD 1,306 milhões, respectivamente, todas elas no âmbito do MDRI⁸.

Para além dos alívios acima, o país beneficiou-se também de Reescalamento das suas dívidas com os países membros da OCDE num total de USD 20 milhões (nomeadamente Portugal e Japão), com o Grupo OPEC (Argélia e Líbia) num total USD 8.7 milhões, Grupo dos Países do Leste, em particular a China, com USD 1.5 milhões e ainda o Brasil num total de USD 1.8 milhões.

Ainda na conta de financiamento regista-se no ano a utilização do Crédito do FMI no montante total de USD 147.2 milhões, a reflectir à redução do *stock* da dívida com aquele organismo financeiro internacional. Adicionalmente, o país através do Banco Central acumulou Activos de Reserva num valor de USD 29.4 milhões, contra uma delapidação de USD 130 milhões ocorrida em 2005.

⁸ Em consequência das operações realizadas no âmbito do pacote delineado pelo grupo de oito países mais desenvolvidos do mundo (G-8), que decidiu em Julho de 2005 aprovar uma iniciativa de cancelamento da dívida externa multilateral dos países mais pobres.



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

3.4.4. Dívida Externa

Desembolsos de Empréstimos Externos

A economia moçambicana voltou a necessitar de fontes externas de financiamento para a materialização de alguns dos seus programas de investimento. Com efeito, o montante total de novo endividamento contraído pela economia moçambicana situou-se em USD 610 milhões, um fluxo correspondente a um aumento de 31.7% quando comparado com 2005. Expurgando o endividamento das grandes empresas o fluxo de 2006 representa um agravamento de 40.6% em relação aos valores contraídos pelo resto da economia em 2005.

Em termos sectoriais, a administração central, incrementou o volume de endi-

Quadro 21: Desembolsos de Empréstimos Externos (em USD milhões)

	Incluindo Grandes Projectos			Excluindo Grandes Projectos		
	2005	2006	Var (%)	2005	2006	Var (%)
1. Total Empréstimos Externos						
Contraídos						
1.1. Administração Central	463,1	609,9	31,7	352,6	495,9	40,6
Desembolsos para Programas	221,1	377,0	70,6	221,1	377,0	70,6
Desembolsos para Projectos	62,4	121,9	95,1	62,4	121,9	95,1
Desembolsos para Empresas	137,7	207,0	50,2	137,7	207,0	50,2
Públicas	20,9	48,3	131,0	20,9	48,3	131,0
1.2. Outros Sectores	242,1	232,9	-3,9	131,6	119,7	-9,9
Agro-Industrial	32,0	61,7	93,2	32,0	61,7	93,2
Construção	0,0	2,0	..	0,0	2,0	..
Energético	27,4	15,7	-42,6	27,4	15,7	-42,6
Financeiro	1,1	0,7	-34,9	1,1	0,7	-34,9
Industrial	4,9	3,9	-19,2	4,9	3,9	-19,2
Pesqueiro	2,0	3,1	..	2,0	3,1	52,3
Serviços Ferro-Portuários	0,9	6,8	682,7	0,9	6,8	..
Serviços de Telecomunicações	50,5	14,6	-71,1	50,5	14,6	-71,1
Serviços Gerais	4,7	6,4	35,7	4,7	6,4	35,7
Hotelaria e Turismo	7,0	1,9	-73,3	7,0	1,9	-73,3
Outros	1,1	1,9	74,5	1,1	1,9	74,5
Grandes Projectos	110,5	114,1	3,3	-	-	-

vidamento em USD 156 milhões quando comparado com o valor contraído em 2005, o que representa um aumento de 71%. Em 2006 a dívida foi contraída junto das seguintes instituições:

- Banco Mundial num montante total de USD 268.7 milhões, destinados essencialmente ao financiamento ao(s): programas do Governo (USD 121.8 milhões), projectos de construção e reabilitação de estradas e pontes (USD 57.2 milhões), projectos de electrificação (USD 23.2 milhões), projectos de educação USD 23.4 milhões e processo de reestruturação das autarquias locais (USD 12.1 milhões).
- Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) no valor de USD 32.9 milhões, para o financiamento a construção e reabilitação da barragem de Massingir (USD 13 milhões), projectos de saneamento urbano (USD 6.1 milhões), reforço das acções de formação no sector da educação (USD 3 milhões), projectos sociais de apoio às famílias vulneráveis (USD 3,2 milhões) e mitigação dos efeitos nefastos das doenças endémicas que afectam a zona Norte do país (USD 2.5 milhões) e outros sectores.



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

- Fundo Nórdico de Desenvolvimento (NDF) com USD 10.0 milhões, destinados ao financiamento à reabilitação de estradas (USD 3 milhões), indústria pesqueira (USD 1.1 milhões), desenvolvimento municipal e recursos minerais (USD 2.8 milhões), saneamento e recursos agrícolas (USD 2.4 milhões) e outros sectores.
- Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) – Com USD 9.4 milhões, orientados basicamente para as áreas de agricultura e pesca artesanal.
- Outras instituições financeiras internacionais, nomeadamente, o Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico de África (BADEA) com USD 3.7 milhões, para as áreas de estradas, energia e pesca; Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEC) com USD 2.1 milhões, alocados para o projecto de irrigação das zonas agrícolas de Chokwé.

Salienta-se igualmente a contratação de empréstimos por partes de algumas empresas públicas, com aval da Administração Central, cujos montantes e respectivos credores e devedores são os seguintes:

IDA – com desembolsos de aproximadamente USD 38 milhões para a reabilitação do Sector ferro-portuário;

BAD – com desembolso de USD 7.9 milhões, dos quais, USD 6.9 milhões para o projecto de reabilitação do sistema de saneamento urbano, e USD 900 mil para o apoio as pequenas e médias empresas.

OPEC e Kuwait – com desembolso de USD 2.68 milhões, para projectos de electrificação no Município da Matola.

Contrariamente ao sucedido no sector público, o endividamento privado diminuiu em USD 9 milhões (4%), relativamente a 2005. Nesta rubrica, excluindo-se os empréstimos dos grandes projectos, o endividamento privado reduz em 10% em relação ao ano anterior. Com efeito, os montantes contraídos pelo sector privado destinaram-se, essencialmente, aos Grandes projectos com um fluxo anual total de USD 114 milhões, o correspondente a um aumento de 3.3% em relação a 2005. A Agro-indústria foi o segundo destinatário ao receber fundos externos num montante total de USD 62 milhões de USD, maioritariamente destinado às empresas de tabaco e açúcar enquanto que o sector de Telecomunicações beneficiou-se de um financiamento externo de aproximadamente USD 15 milhões, direccionados ao processo de redimensionamento das linhas de telefonia fixa e investimento na rede de telefonia móvel.

Amortização dos Empréstimos Externos

No global, o país registou na sua balança de pagamentos, em 2006, um vencimento de dívida externa no montante de USD 2,618.7 milhões, o que comparado com o ano de 2005 representou um acréscimo de USD 2,138.1 milhões, basicamente explicado pelos processos de alívio da dívida a que o país se beneficiou no ano. Retirando o financiamento excepcional, os recursos efectivamente drenados para o exterior para o pagamento da dívida externa



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

pela economia moçambicana totalizaram USD 643.3 milhões, contra os USD 387.9 milhões registados em 2005.

Quadro 22: Reembolsos de Capital e Juros de Empréstimos Externos (em USD milhões)

	Incluindo Grandes Projectos		
	2005	2006	Var(%)
1. Total de Reembolsos de Empréstimos Externos	490.6	2,618.7	-
Administração Central	159.9	2,037.0	-
Organismos Multilaterais	50.8	45.6	-10.4
Organismos Bilaterais	16.4	16.0	-2.4
Grupo OCDE	10.5	9.5	-10.0
Grupo OPEC	0.0	0.0	-
Grupo Países do Leste	4.9	5.3	6.8
Grupo Outros Países	0.9	1.3	35.2
Financiamento Excepcional	92.7	1,975.4	-
Sector Privado	320.7	581.7	81.4
Dos quais Grandes Projectos	206.6	252.7	-

Efectivamente, o serviço de dívida do sector público vencida no ano situou-se em USD 2,037.0 milhões, contra os USD 159.9 milhões registados em 2005. Aquele valor foi liquidado, basicamente, com recurso ao financiamento excepcional que no ano atingiu um fluxo total de USD 1,975.4 milhões.

Assim, os reembolsos efectivos de dívida externa pública, ou seja com impacto na actividade financeira do Estado, situaram-se em USD 61.6 milhões – um decréscimo de USD 6 milhões comparativamente a 2005. Os credores para os quais se destinaram os montantes efectivamente pagos foram:

- Instituições multilaterais com USD 46 milhões. Destacando-se o BEI (USD 13.6 mio), IDA (USD 12.1 mio), BAD/FAD (USD 6.5 mio), e OPEC (USD 6 mio).
- Instituições bilaterais com reembolsos da ordem de USD 16 milhões, maioritariamente drenados para o grupo dos países da OCDE, OPEC e do Leste, com USD 13.3 milhões, USD 6.6 milhões, e USD 2.2 milhões, respectivamente.

No que se refere ao sector privado, o valor da dívida externa vencida aumentou em 81.4% para USD 581.7 milhões, tendo o mesmo sido pago na totalidade. Do valor total pago os grandes projectos foram responsáveis por 91%, destacando a HCB que mais recursos drenou (USD 250 milhões), no âmbito do acordo de reversão daquele empreendimento para Moçambique. Para os demais ramos de actividade, destaque vai para, telecomunicações, energia, agro-indústria e ferro-portuário, que drenaram mais recursos para o exterior em relação a 2005.

Com as operações de alívio da dívida realizadas nos últimos anos, os indicadores macroeconómicos associados à dívida evoluíram do seguinte modo:

O bom comportamento do sector exportador que se traduziu no rápido aumento do valor das receitas da venda de bens e serviços ao exterior, levou a que o rácio do serviço da dívida – sem financiamento excepcional – em relação às exportações de bens e serviços reduzisse em 8 pp para 23.2%, enquanto que em relação às exportações de bens, o mesmo rácio diminuiu



II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

em 10 pp para 27%, portanto, 7 pp acima dos 20%⁹ definidos como sendo o limite máximo para que o serviço seja considerado sustentável.

No entanto, apesar da melhoria que se regista neste indicador, o nível verificado em 2006, ainda mantém-se alto e aquém do previsto no quadro das projecções do HIPC que aponta para um rácio médio de 3.4% entre 2000 e 2010, no caso de aplicar as condições do HIPC reforçado.

Caixa 3: Impacto do Alívio da Dívida Externa com o FMI no Âmbito do MDRI

O FMI decidiu com efeitos a partir de 5 de Janeiro de 2006, materializar a promessa de alívio total da dívida externa moçambicana para com aquele organismo que ainda não tivesse sido paga até 31 de Dezembro de 2004, no total de USD 154 milhões, montante que reverteu a favor do Estado para ser utilizado em sectores prioritários, previstos no PARPA.

No acto do cancelamento da dívida para com o FMI, de acordo com a apresentação padrão do 5º Manual de Balança de Pagamentos (*BPM5*), o montante do alívio é registado nas “**Transferências de Capital (Outros Sectores, Outros), à crédito**”, dado o passivo com o FMI estar registado nos livros do Banco Central.

O alívio concedido pelo FMI no âmbito do *MDRI* implicou uma redução nos passivos externos do Banco de Moçambique (Empréstimos com FMI), e um aumento numa conta especial de Depósitos para fundos do *MDRI* no BM (conta esta movimentada estritamente para os recursos provenientes no âmbito do *MDRI*).

Em termos de contrapartida de lançamento à débito, no acto da recepção do Donativo (montante cancelado), foi debitada a rubrica “**Outro Investimento (Moeda e Depósitos, Autoridade Monetária)**”, pelo que o impacto nesta conta foi nulo, pois o Donativo foi recebido e imediatamente repassado ao Estado, isto é, nesta conta ocorreu um débito no acto de recepção do donativo e crédito no momento da utilização. Saliente-se que, no momento de utilização deste alívio, na BOP foi ainda efectuado o registo a débito na rubrica “**Outro Investimento (Passivo, autoridade monetária, uso de crédito e empréstimo do Fundo)**”, no pressuposto da anulação do passivo com FMI.

Esquemáticamente os registos resumiram-se em:

	<u>Crédito</u>	<u>Débito</u>
No acto da recepção do Donativo		
Transferências de Capital, Outros Sectores, Outros	154	
Outro Investimento, Moeda e Depósito, Autoridade Monetária		154
	<u>Crédito</u>	<u>Débito</u>
No momento da utilização do Donativo		
Outro Investimento, Moeda e Depósito, Autoridade Monetária	154	
Outro Investimento Passivo autor..monetária, uso de crédito e empréstimo do Fundo		154



⁹ De acordo com indicadores de sustentabilidade da dívida, este rácio deverá ser inferior a 15% para o caso de aplicação do HIPC reforçado.

II - SITUAÇÃO MACROECONÓMICA

Caixa 4: Impacto do Alívio da Dívida Externa com a IDA e o BAD no Âmbito do MDRI

O alívio da dívida concedido pela Agência Internacional de Desenvolvimento (IDA) e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) no âmbito do MDRI, deve ser considerado como um donativo, que é posteriormente, canalizado para amortizar todo o *stock* de dívida com este organismo, que tenha sido contraída até 31 de Dezembro de 2003 e 2004, respectivamente, mas que não tenha sido paga.

No acto do cancelamento, de acordo com a apresentação padrão do BPM5, o montante do alívio é registado na “**Conta de Capital – Transferências de Capital (Administração Central, Perdão da Dívida), à Crédito na Conta nº 2402EB**”. Entretanto, na apresentação analítica, o montante de alívio é registado nas **Transferências de Capital (Administração Central, Perdão da Dívida) à Crédito na Conta nº 2922**.

Por outro lado, o alívio concedido pelo Banco Mundial e Banco Africano implicou uma redução nos passivos externos da Administração Central. Sendo que, em termos de contrapartida de lançamento à débito, foi efectuado o registo na rubrica “**Conta Financeira – Outro Investimento (Passivos, Empréstimos, Administração Central), na Conta 3770Z**”, no pressuposto da anulação do passivo com aqueles organismos internacionais.

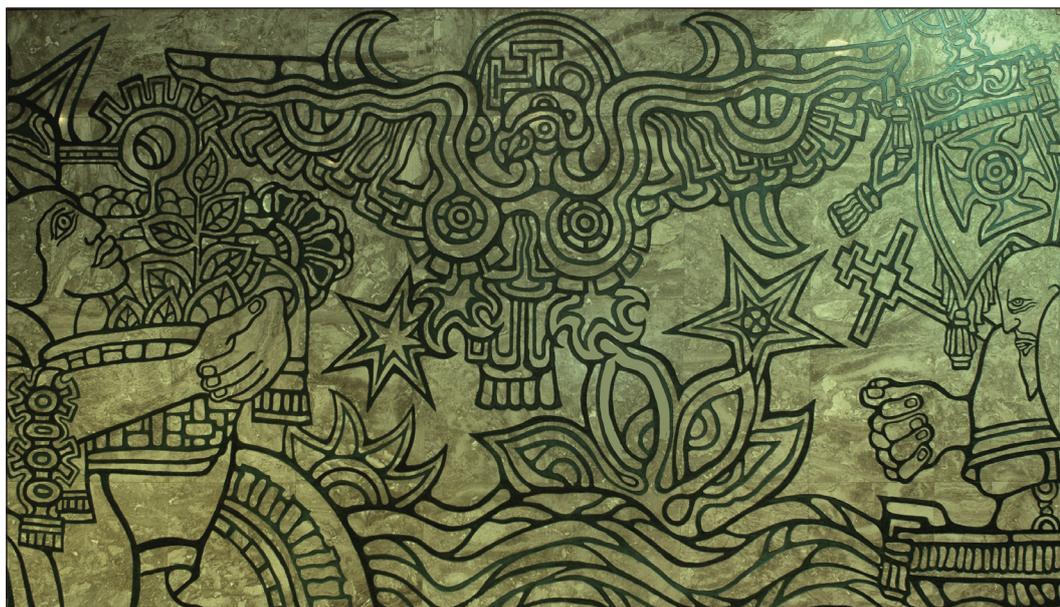
Esquemáticamente o registo resumiu-se em:

1.2.1. Apresentação Standard

	<u>Crédito</u>	<u>Débito</u>
No acto da recepção do Donativo		
Transferências de Capital, Administração Central, Perdão da Dívida	1,789.4	
Outro Investimento, Passivo, Empréstimos, Administração Central		1,789.4

1.2.2. Apresentação Analítica

	<u>Crédito</u>	<u>Débito</u>
No acto da recepção do Donativo		
Conta Financeira, Outro Investimento, Passivo, Administração Central	1,789.4	
Conta de Financiamento da BOP, Financiamento Excepcional, Perdão da Dívida		1,789.4



Rés-do-chão Mural em mármore gravado (pormenor) Francisco Relógio

1. NOTA INTRODUTÓRIA

1.1 Objecto e Âmbito

O presente relatório sintetiza as actividades de supervisão levadas a cabo pelo Banco de Moçambique, através do Departamento de Supervisão bancária, às instituições de crédito e sociedades financeiras, nomeadamente, bancos comerciais, sociedades de locação financeira, cooperativas de poupança e crédito, casas de câmbio, sociedades gestora de capital de risco, sociedades de compras em grupo e operadores de comércio parcial de câmbios, no âmbito das competências atribuídas pelas Leis 15/99 e 9/2004.

A informação contabilística e reportes prudenciais remetidos ao longo de 2006 pelas instituições acima referidas, serviram de base para produção deste relatório, que analisa, entre outros aspectos, a situação financeira do sistema bancário moçambicano através de indicadores de solidez financeira, em termos agregados.

No âmbito da promoção da transparência e da necessidade de potenciar o público sobre o sector bancário nacional, o relatório apresenta o desempenho do sistema bancário referente a 2006 e a sua meta consiste em avaliar os riscos e as tendências do sistema bancário com vista a aferir sobre a sua estabilidade.

1.2 Estrutura

O relatório do sistema financeiro compreende quatro capítulos: (1) âmbito e objecto; (2) sistema bancário, com especial destaque para a sua composição e nível de bancarização em Moçambique; (3) súmula das principais actividades realizadas pelo DSB, com destaque para a inspecção *on* e *off-site*, licenciamento e contencioso e regulamentação prudencial; (4) análise das tendências do sistema bancário no que se refere a activos, rendibilidade, solvabilidade risco de crédito e liquidez.

2. COMPOSIÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO

2.1 Visão Geral

A indústria bancária em Moçambique é essencialmente constituída por doze bancos, maioritariamente participados por capital estrangeiro, com destaque para capital português e sul-africano. Os produtos financeiros que fornecem, resumem-se em captação de depósitos, concessão de crédito para as diversas finalidades, realização de transferências bancárias, para atender operações de importação e exportação de bens e serviços, entre outros.

Do universo de instituições sob supervisão do Banco de Moçambique constam, 12 bancos, 2 instituições de locação financeira, 6 cooperativas de crédito e 23 sociedades financeiras. Dos bancos existentes, 3 exploram o segmento de microfinanças, que à luz do Decreto nº 57/2004, de 10 de Dezembro, destina-se a oferecer serviços financeiros ao público de baixa renda sem acesso à banca tradicional.



III - SISTEMA FINANCEIRO

O Banco Internacional de Moçambique, o Banco Comercial e de Investimentos, o Standard Bank e o Banco Austral são os maiores bancos a operar no mercado financeiro moçambicano, detendo conjuntamente 87.9% dos activos, 84.8% do crédito, 91.4% dos depósitos e 75.7% dos fundos próprios do sistema bancário. Estas cifras revelam que o sistema bancário é ainda bastante concentrado num número relativamente pequeno de bancos, apesar de não existirem sinais evidentes de monopólio que possam inferir sobre a existência de um poder de fixação de preços dos serviços e produtos financeiros.

As cooperativas de crédito têm um peso reduzido no sistema bancário. Em Dezembro de 2006, o activo total destas instituições representava 1.97%, os depósitos 0.5%, o crédito 1.1% e os fundos próprios 3.8% em termos de peso no sistema bancário.

As instituições de locação financeira também detêm um peso pouco expressivo no sistema bancário, possuindo no mesmo período activos, créditos e fundos próprios que representaram 1.1, 2.6 e 0.9 por cento do total do sistema, respectivamente. O BIM *Leasing* deixou de reportar ao Banco de Moçambique em virtude de ter perdido a sua personalidade jurídica por incorporação das suas actividades no BIM, em finais de 2005.

A distribuição geográfica das agências não sofreu alterações substanciais. A maioria das instituições de crédito continuou concentrada na cidade de Maputo, como ilustra o seguinte.

Quadro 23: Evolução e distribuição geográfica das agências

Província	2006	2005	Variacão
Cidade de Maputo	105	98	7
Província de Maputo	18	16	2
Sofala	23	21	2
Nampula	17	16	1
Gaza	14	14	0
Inhambane	13	12	1
Manica	12	12	0
Tete	8	8	0
Zambézia	10	10	0
Cabo Delgado	7	7	0
Niassa	4	4	0
Total	231	218	13

Dos 128 distritos existentes no país apenas 28 possuem balcões de bancos, o que mostra um baixo nível de bancarização das zonas rurais.

2.2 Concentração na Indústria Bancária

De acordo com a literatura, a concentração pode ser medida através de: (i) taxas de concentração e (ii) índices de concentração. A primeira delas refere-se a uma medida absoluta de concentração mostrando, por exemplo, a proporção de uma variável que é controlada pela maior empresa, pelas três



III - SISTEMA FINANCEIRO

maiores empresas, pelas cinco maiores empresas e assim por diante. Trata-se de uma medida absoluta e não considera todas instituições que operam no mercado.

Diferentemente das taxas de concentração, os índices de concentração são medidas relativas e tomam em consideração o conjunto das instituições ao invés de um corte apenas. Para concentrações bancárias, a literatura é abundante em índices de concentração, sendo o Índice de Herfindahl — Hirschman (IHH) o mais comum e amplamente usado para medir o grau de concorrência e concentração na indústria bancária.

O Índice de Herfindahl – Hirschman (IHH) é definido como a soma dos quadrados das quotas de mercado das firmas a operar num mercado relevante, assim traduzindo o grau de concentração nesse mercado. O índice varia de 0 a 1 e quanto mais próximo do 1 estiver, mais concentrado é o mercado. O índice é usado para determinar a existência de poder de mercado (monopólio) e consequentemente obter uma aproximação da estrutura de mercado. Quanto menor for o índice, maior é a concorrência e menor é a concentração na indústria. Um índice elevado significa menor concorrência e maior concentração na indústria bancária.

Não obstante a ausência de consenso na literatura sobre esta matéria muitas entidades reguladoras do mundo utilizam o IHH principalmente na avaliação dos efeitos das fusões na estrutura de mercado e na concorrência. De acordo com a interpretação do Departamento de Justiça dos Estados Unidos de América, qualquer IHH superior a 0,180 representa indústria altamente concentrada com indicação de ser oligopolista.

Para Moçambique, o Índice de Herfindahl – Hirschman (IHH) calculado para a variável crédito, tem deteriorado gradualmente. Em Dezembro de 2006, o IHH fixou-se em 0,262 comparado com 0,259 de 2005 e 0,216 de 2004 (Gráfico 13). Ao contrário do IHH para crédito, o IHH para depósitos revela uma tendência diferente. Após estagnar-se em 0,290 em 2004 e 2005, em 2006 o IHH melhorou para 0,256. Esta evolução deveu-se ao aumento da concorrência resultante por um lado, pela entrada no mercado de novos operadores, e por outro, pelas estratégias agressivas de captação de poupanças adoptadas por alguns bancos de dimensão média e pequena.



Índice de Herfindahl – Hirschman no sistema bancário

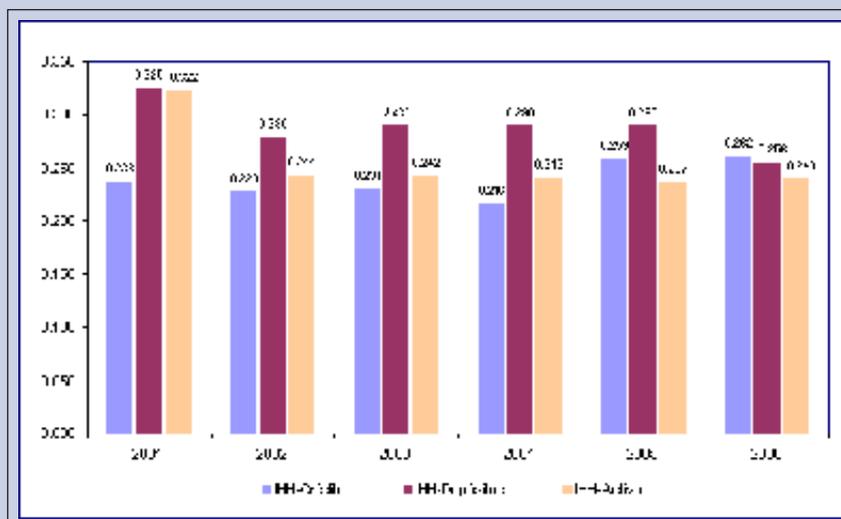


Gráfico 13

Em relação ao activo, o IHH deteriorou de 0,237 em Dezembro de 2005, para 0,240 em Dezembro de 2006. Esta evolução resultou essencialmente, do reforço da posição de três dos quatro maiores bancos no mercado.

Tal como indica o gráfico 13, o IHH para Moçambique revela que o sistema bancário é bastante concentrado. Esta tendência começou com a fusão em 2001 do Banco Comercial de Moçambique e Banco Internacional de Moçambique e em 2003, do Banco de Fomento e Banco Comercial e de Investimentos.

3. ACTIVIDADES REALIZADAS EM 2006

3.1 Supervisão On-Site

3.1.1 Processo de Inspeção

De acordo com os *Basel Cores Principles*¹⁰ (BCP'S), a inspeção *on-site* faz parte de um conjunto de métodos de supervisão bancária contínua. O princípio 20 declara que “um sistema eficaz de supervisão deve consistir na combinação de supervisão *off-site* e *on-site*”

Em observância a este princípio e no âmbito das competências atribuídas ao Banco de Moçambique na Secção VII do capítulo III da Lei 1/92-Lei Orgânica do Banco de Moçambique, o Departamento de Supervisão Bancária realizou inspeções *on-site* as Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras em base regular ou *ad-hoc*¹¹.

As inspeções realizadas tinham em vista avaliar:

¹⁰ Princípios do Comité de Supervisão de Basileia para Supervisão Efectiva

¹¹ As inspeções regulares são aquelas efectuadas com aviso prévio e se enquadram no plano de inspeção anual do DSB, enquanto que as *ad-hoc* são efectuadas sem aviso prévio às instituições visadas.

III - SISTEMA FINANCEIRO

- as políticas, práticas e os procedimentos dos bancos, relacionados com a concessão de crédito e decisões de investimento;
- a qualidade dos activos;
- os sistemas de gestão de risco e os procedimentos de controlo interno;
- os reportes prudenciais e outro tipo de informação pertinente para a supervisão;
- o cumprimento dos normativos vigentes;
- o grau do cumprimento das recomendações da inspecção anterior; e
- as operações e condições gerais do banco.

No exercício da actividade de supervisão do Mercado de Valores Mobiliários (MVM) atribuído ao Banco de Moçambique, a sua supervisão tem por objectivo garantir a protecção dos investidores, a transparência das operações e a promoção do desenvolvimento do mercado.

Durante o ano de 2006, a supervisão consistiu em visitas à Bolsa de Valores (BVM) e aos intermediários financeiros, com o objectivo de verificar:

- o grau de conformidade da actividade desenvolvida face ao legalmente estabelecido, bem como promover os ajustamentos necessários visando a boa conduta do mercado;
- a metodologia de registo das operações e cálculo das taxas e comissões cobradas nas transacções de valores mobiliários;

3.1.2 Principais Constatações nas Instituições de Crédito

Em 2006, foram realizadas onze inspecções regulares e cinco *ad-hoc* às Instituições de Crédito. Em geral, a maioria das instituições apresentou situação económico-financeira estável e um perfil de risco satisfatório. Entretanto, em algumas instituições constatou-se:

- Insuficiência de provisões resultantes da má classificação do crédito e do enquadramento do mutuário,
- Elevados níveis de concentração da carteira de crédito em número reduzido de mutuários, verificando-se em alguns casos, ultrapassagem do limite de concentração de risco em relação a um só cliente ou a que com ele estivesse em relação de grupo;
- Ausência de estratégias e políticas relacionadas com a gestão de liquidez. Esta situação era agravada por um lado, pela falta de limites internos em relação ao nível de exposição ao risco de liquidez e por outro, pela ausência de plano de contingência para lidar com situações de crises de liquidez;
- Irregularidades diversas nos processos relativos à importação e exportação de bens e serviços;
- Classificação incorrecta de clientes como sendo “não residentes”;



III - SISTEMA FINANCEIRO

- Deficiente sistema de controlo interno evidenciado pela falta de segregação de tarefas e incumprimento das normas e procedimentos internos e;
- Preenchimento incompleto das fichas de abertura de contas e falta de rescisão da convenção de cheque e comunicação ao Banco de Moçambique de clientes emittentes de cheques sem provisão;

Em todos os casos de violação das normas aplicáveis às Instituições de Crédito, o DSB-instaurou os respectivos processos de infracção, alguns dos quais culminaram com respectivas penalizações.

3.1.3 Principais Constatações nas Sociedades Financeiras

Em 2006 a actividade de supervisão a estas instituições foi caracterizada por dezasseis inspecções *on-site*. Estas inspecções incidiram sobre, as compras e vendas de moeda estrangeira, o registo contabilístico das operações, o cumprimento de normas e procedimentos de controlo interno administrativo e contabilístico e os normativos instituídos pelo Banco de Moçambique.

Das inspecções realizadas em 2006, constataram-se em algumas sociedades financeiras, as seguintes irregularidades:

- Inobservância das regras de contabilização de operações;
- Violação de normas e procedimentos de controlo interno administrativo e contabilístico;
- Utilização de taxas de amortização do imobilizado desajustadas;
- Falta de conferência e reconciliação de contas;
- Uso de rubricas não previstas no Plano de Contas;
- Financiamento da actividade com recursos alheios;
- Deficiente organização do arquivo;
- Falta de registo e apresentação dos livros obrigatórios;
- Incumprimento do limite do *spread* de 2-por cento;
- Realização de vendas acima do limite fixado por lei;
- Violação das normas do “Dever de Verificação”;
- Uso de aplicações informáticas inapropriadas;
- Realização de operações cambiais por pessoas não licenciadas.

3.1.4 Principais Constatações no Mercado de Valores Mobiliários

Contrariamente aos anos anteriores, o volume de transacções no mercado de valores mobiliários reduziu de 826.749,3 milhares de Meticais em 2005 para 141.620 milhares de MT em 2006.

A dívida pública cotada na bolsa possui maior peso relativo na capitalização



III - SISTEMA FINANCEIRO

bolsista global, representando 80,2 por cento do valor total transaccionado no período. Contudo, os valores mobiliários admitidos à negociação na BVM alcançaram, no final de 2006, uma capitalização bolsista global no valor de 7.532.596 milhares de meticais, contra 5.746.392,3 registados em 2005.

Quadro 24. Transacções no mercado de cotações oficiais

Mercado	Quantidade Transaccionada		Valor Transaccionado (milhares de Meticais)	
	2005	2006	2005	2006
Dívida Pública	6.285.155	1.135.255	628.816	113.520
Dívida Privada	2.147.076	429.06	197.621	27.190
Accionista	22.500	53.926	313	610
Total	8454.731	1.618.237	826.750	141.620

Fonte: Boletim de Cotações nº 940 da Bolsa de Valores de Moçambique

Durante o ano foram admitidos à cotação as Obrigações BIM 2006 Subordinadas e as Obrigações Empresa Moçambicana de Seguros (EMOSE) 2006, que foram emitidas com apelo à subscrição particular.

Em geral, a actividade do mercado foi dominada pelas transacções de Obrigações, tendo porém ocorrido, algumas operações no mercado fora de bolsa. Neste período os juros dos cupões dos títulos admitidos à negociação na bolsa foram pagos pontualmente nas datas pré definidas.

3.2 Supervisão Off-Site

O DSB efectuou durante ano de 2006 inspecções *off-site* de forma contínua, tendo como base os reportes prudenciais e outra informação financeira remetida pelas instituições sujeitas a supervisão do Banco de Moçambique. Através desta informação, o DSB procedeu a análise qualitativa e quantitativa, incluindo séries temporais e análise de tendências. Após a análise detalhada deste conjunto de informações, as instituições são classificadas em função do perfil de risco, de acordo com os factores de avaliação CAMEL (*Capital, Assets, Management, Earnings and Liquidity*)¹².

Quadro 25: Perfil de risco das instituições de crédito e sociedades financeiras

Perfil de risco	Nº de Instituições de Crédito	Porcentagem de Instituições de Crédito	Porcentagem no activo total do sistema	Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras
I	3	16,7%	3,0%	2 Bancos de Microfinanças e 1 Cooperativa
II	10	55,5%	92,0%	6 Bancos Comerciais; 1 Banco de microfinanças; 1 Instituição de Locação Financeira e 2 Cooperativas
III	3	16,7%	5,0%	3 Bancos Comerciais
IV	2	11,1%	0,1%	1 Locadora Financeira e 1 Cooperativa
Total	18	100%	100%	

¹² Há quatro categorias de risco para cada indicador. A categoria I representa menor risco e a categoria IV, maior risco. A classificação final é obtida através da média ponderada da classificação obtida nos diversos indicadores.



Conforme indica o quadro 25, a maioria das instituições obteve classificação final satisfatória e os resultados das análises foram posteriormente usados na preparação de inspecções *on-site*.

3.3 Contencioso

A área de contencioso no DSB trata, entre outras matérias, da instauração de processos¹³ de infracções contra as instituições de crédito e sociedades financeiras, com vista a disciplinar a actividade das instituições de crédito e sociedades financeiras no país. Neste contexto, no decorrer de 2006, foram instaurados 32 processos contravençionais.

Das infracções instauradas contra as casas de câmbios, grande parte teve como fundamento o incumprimento do dever de verificação e a venda de moeda estrangeira acima do limite legalmente permitido. Relativamente aos bancos, as infracções tiveram maioritariamente a ver com irregularidades contabilísticas diversas e de inobservância de normas.

Comparado com o ano de 2005 (no qual foram instaurados 56 processos contravençionais), registou-se uma redução do número de processos instaurados, o que pode ter como origem, em certa medida, o decréscimo do cometimento de infracções por parte das instituições, e, por outro lado, a postura do Banco de Moçambique que se pautou por acções pedagógicas no lugar das penalizações.

3.4 Licenciamento

Em 2006 foram autorizadas a constituição das seguintes instituições:

- Cinco operadores de micro-crédito;
- Dois Microbancos (uma Caixa Geral de Poupança e Crédito e uma Caixa Financeira Rural);
- Uma fusão de um banco com uma sociedade de locação financeira e uma empresa não financeira;
- Abertura de onze agências de bancos;
- Abertura de uma agência de casa de câmbio.

3.5 Regulamentação

Com vista a disciplinar a actividade das instituições de crédito, o Banco de Moçambique emitiu vários normativos sendo de destacar os seguintes:

- Aviso nº 1/GGBM/2006, de 19 de Abril, sobre a confirmação dos representantes dos sócios e credores da comissão liquidatária da Credicoop;
- Aviso nº 2/GGBM/2006 – Nova Estrutura e Redacção do Aviso nº 6/GGBM/2005, ora suspenso cujo processo de revisão para colher contribuições do sector privado envolvendo outros organismos estatais transitou para 2007;
- Circular nº 01/DSB/2006 – Pedidos de Isenção de Constituição de Provisões

¹³ Dos processos instaurados, 10 foram contra bancos, 19 contra casas de câmbios 3 contra pessoas singulares.



III - SISTEMA FINANCEIRO

Especiais para operações de Crédito em Moeda Estrangeira a não Exportadores;

- Circular nº 02/DSB/2006 – Reportes em Metical da Nova Família;
- Circular nº 2/SAF/DSB/2006 – Alteração do Anexo I da Circular nº 10/SBM/2001, sobre Códigos de Identificação das Instituições no Relacionamento com o Banco de Moçambique;
- Adicionalmente, o Banco de Moçambique coordenou com as instituições do Governo visando a aprovação dos seguintes diplomas legais, pelo Conselho de Ministros:
- Decreto nº 1/2006, de 28 de Fevereiro – altera o Regulamento da Lei contra o Branqueamento de Capitais, ampliando o leque de documentos de identificação aceites para realização de operações financeiras;
- Decreto nº 31/2006 – alarga o âmbito de actuação das Sociedades de Investimento, alterando o Decreto nº 57/2004, de 10 de Dezembro – Regulamento da Lei das IC e SF;

3.6 Combate contra o Branqueamento de Capitais

O branqueamento de capitais é uma prática criminosa de filtragem de dinheiro ilegalmente obtido (ou dinheiro legalmente obtido mas para usos ilícitos) através de uma série de transacções que impedem o percurso de uma investigação. O branqueamento de capitais é um processo diversificado e frequentemente complexo. A gestão inadequada dos riscos de branqueamento de capitais pode resultar num efeito adverso na conta de resultados, publicidade negativa, processos civis ou criminais e danos a reputação da instituição.

O quadro legal sobre prevenção e combate ao branqueamento de capitais, instituído em Moçambique, estabelece um conjunto de mecanismos de natureza preventiva aplicáveis ao sistema financeiro tendentes a evitar a sua utilização para fins criminosos, impondo igualmente às autoridades de supervisão das instituições abrangidas a obrigatoriedade de acompanhamento, para garantia da eficácia da sua implementação.

O DSB incorporou nas suas inspecções a verificação dos procedimentos usados pelos bancos para prevenir a utilização do sistema bancário para o branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo. Adicionalmente, o DSB integrou um grupo técnico multidisciplinar que elaborou a proposta de lei de criação de uma unidade de informação financeira (o CIFIM – Centro de Informação Financeira de Moçambique). A referida proposta de lei foi aprovada pelo Conselho de Ministros e encontra-se depositada na Assembleia da República para aprovação.

3.7 Central de Registo de Crédito

A Central de Registo de Crédito (CRC) é uma base de dados gerida pelo Banco de Moçambique, com informação prestada pelas instituições participantes – instituições de crédito — sobre os créditos concedidos a que está associado um conjunto de serviços relativos ao seu processamento e difusão.



III - SISTEMA FINANCEIRO

A base de dados é alimentada pelos bancos por informação de natureza individual, cabendo ao Banco de Moçambique a sua centralização e divulgação pelas entidades participantes em termos agregados. A informação divulgada pelo Banco de Moçambique é da exclusiva responsabilidade das instituições que a tenham fornecido. Actualmente, participam na CRC vinte instituições incluindo Banco de Moçambique.

Em Dezembro de 2006 o número de clientes registados na CRC aumentou 39,6 por cento em comparação com os 71.148 clientes registados em igual período do ano anterior (Gráfico 14). Este aumento foi acompanhado por um crescimento no volume de crédito reportado que totalizou 37.242 milhares de Meticais, o que corresponde a um aumento de 26,9 por cento face a Dezembro de 2005. Maior número de clientes registados na central pertence a um dos quatro maiores bancos comerciais e a um banco de microfinanças que em conjunto representam 66,6 por cento dos clientes.

No período em análise, o rácio médio de cobertura¹⁴ situou-se em 95,0 por cento, o que significa um aumento de 0.6 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Há no entanto, instituições que reportam à CRC valores inferiores aos balancetes e outras, valores superiores. No caso das instituições que reportam valores inferiores, as diferenças resultam em parte de dificuldades de registo de clientes que ao invés de Bilhetes de Identidade apresentam “talões” que não são aceites pela aplicação informática da CRC. As que reportam valores superiores, as diferenças prendem-se com deficiências de tratamento da informação entre as direcções de crédito, contabilidade e operações com o exterior. Não obstante os aspectos acima referidos, a informação contida na CRC e difundida pelo sistema bancário, dispõe de uma margem de erro aceitável, pois o nível de cobertura é significativo.

Indicadores sobre utilização da CRC

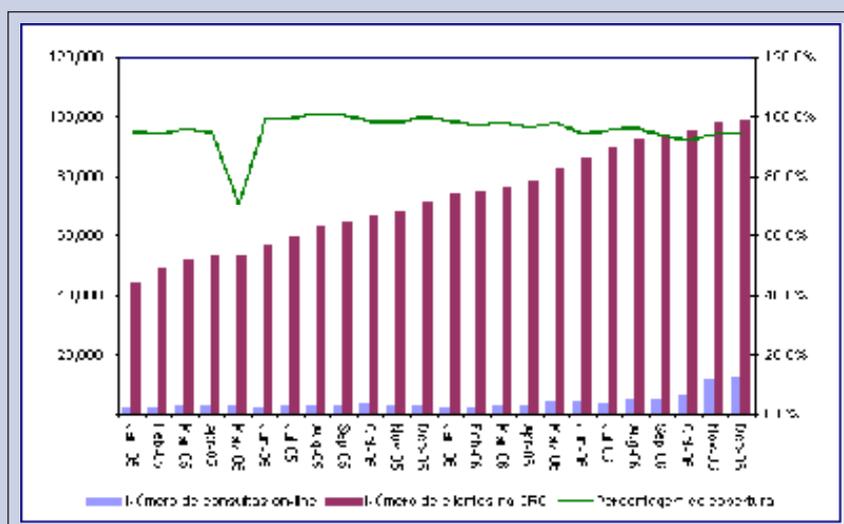


Gráfico 14



¹⁴ O rácio de cobertura no âmbito da CRC refere-se a relação entre o crédito reportado na central e ao do balan-

III - SISTEMA FINANCEIRO

O funcionamento do sistema SAP em regime *on-line* com as instituições participantes na CRC, através de senhas de acesso, permitiu ao Banco de Moçambique monitorar em tempo real os indicadores sobre a utilização da CRC.

Em 2006 foram efectuadas 62.501 consultas *on-line* à base de dados para diversos fins, o que representa um aumento de 108,2 por cento comparado com 2005. Esta variação decorre do facto de um dos quatro maiores bancos ter introduzido um novo produto de crédito ao consumo menos burocrático que o tradicional, mas que exigia maior rigor na análise do risco de crédito. Como consequência, o número de consultas desta instituição aumentou entre 2005 e 2006, de 7.473 para 27.837 e o número de clientes, de 29.476 para 47.250 no mesmo período.

3.8 Formação

No âmbito do plano de formação e com vista a assegurar um nível actualizado de conhecimentos, o DSB participou em vários cursos, seminários e estágios dentro e fora de Moçambique, relacionados entre outros, com a supervisão baseada no risco, Basileia II, risco de crédito, implementação da legislação contra o branqueamento de capitais no sistema bancário e estudos sobre implementação de um fundo de garantias de depósitos.

Quanto à formação realizada em Moçambique, destaca-se a patrocinada pelo *Macroeconomic Financial Management Institute* (MEFMI), na qual foram ministrados temas relacionados com o controlo interno, *corporate governance*, processos de identificação, mensuração e monitoria dos riscos relevantes da actividade bancária e mecanismos de resolução de problemas de bancos problemáticos.

Continuou ao longo de 2006 a formação iniciada em Fevereiro de 2005 em Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) e das Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) o que culminou com a produção de projectos de normativos (ainda em apreciação) sobre esta matéria a fim de permitir a sua implementação faseada a partir de 2007.

No exterior o DSB participou em seguintes eventos de formação:

- Curso intermediário de supervisão bancária realizado na África do Sul pelo Departamento de Supervisão Bancária do *South Africa Reserve Bank* ;
- *Workshop* sobre a avaliação da qualidade de crédito na Tunísia– organizado pelo JAI (*Joint Africa Institute*), entidade parceira do Banco Africano de Desenvolvimento, Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial;
- Estágio no *South African Reserve Bank* no âmbito da avaliação da viabilidade de estabelecimento das casas de desconto em Moçambique;
- Estágio no Bank of Uganda relacionado com supervisão *on-site* e *off-site* de instituições microfinanceiras;
- Estágio genérico em supervisão bancária e em centralização de responsabilidades de crédito no Banco de Portugal;



III - SISTEMA FINANCEIRO

- *Workshop* sobre Supervisão de Instituições Microfinanceiras realizado em Maputo e apresentado pelo *Mozambique Microfinance Facility* (MMF) em colaboração com a *Canadian International Development Agency*;
- *Workshop* sobre o papel da mulher no desenvolvimento de microfinanças no Quênia;
- *Workshop* sobre o Basileia II aplicável aos países Africanos na África do sul;
- Na sequência do *Financial Sector Technical Assistance Project* — FSTAP, o DSB beneficiou de assistência técnica do Fundo Monetário Internacional – FMI para formação dos inspectores em matéria de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, encontrando-se actualmente, empenhado na testagem dos procedimentos especificamente elaborados para avaliação da eficácia dos controlos internos instituídos pelas instituições.

Em Junho de 2006, o Departamento de Supervisão Bancária subscreveu 25 utilizadores para aceder ao FSI *Connect*. O FSI *Connect* é um sistema *on-line* de informação e aprendizagem do *Bank of International Settlements*¹⁵ (BIS) especificamente orientado para supervisores bancários.

O FSI *Connect* oferece cursos *on-line* através da *internet* (*Web-based courses*) com tópicos relevantes sobre gestão de riscos, tais como risco de crédito, operacional e de mercado, e ainda sobre requisitos mínimos de capital. Há também vários cursos relacionados com o novo *framework* dos requisitos mínimos de capital (Basileia II). O FSI *Connect* foi desenhado para supervisores com diferentes níveis de conhecimentos, experiência e perícia e pode ser acedido a qualquer momento. A ferramenta tem preenchido lacunas em varias áreas relacionadas com supervisão, especialmente Basileia II.

O DSB participou em actividades à nível do Comité das Autoridades de Supervisão de Mercado de Capitais, Seguros e Pensões de Reforma (CISNA) e assinou o Memorando Bilateral de Entendimento com a *Securities Exchange Commission* da Zâmbia, no âmbito do estreitamento da cooperação com as instituições congéneres.

4. AVALIAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.1 Estrutura Patrimonial

4.1.1 Activos

O activo total apresentou uma taxa de variação homóloga de 25,6 por cento no final do ano, alcançando 68.535.736 milhares de Meticais (Gráfico 15). A aceleração do crescimento do activo reflectiu o aumento da carteira de empréstimos em 32,6 por cento (9.574.022 milhares de Meticais), o reforço das disponibilidades em 40,6 por cento (3.085.491 milhares de Meticais) e o aumento das aplicações em instituições de crédito em 34,8 por cento (3.263.552 milhares de Meticais) face ao ano anterior.

¹⁵ *Bank of International Settlements* é uma organização internacional que promove cooperação internacional monetária e financeira e funciona como banco dos bancos centrais. O BIS é a mais antiga organização financeira internacional e sua sede localiza-se em Basileia, Suíça.



III - SISTEMA FINANCEIRO

Evolução do activo

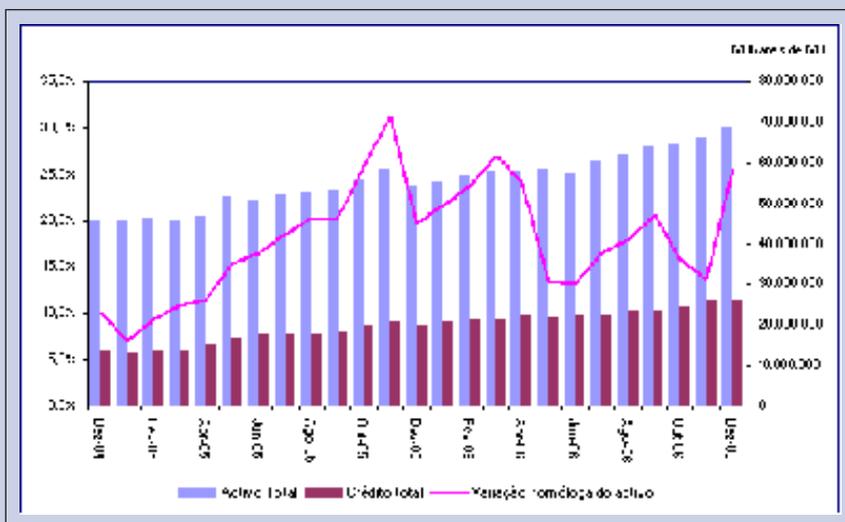


Gráfico 15

A estrutura do activo continua maioritariamente representada pela carteira de crédito (líquida de provisões) que alcançou em 31 de Dezembro de 2006, 26.364.911 milhares de Meticais, que correspondem a 38,5 por cento do activo (Gráfico 16). O peso da carteira de crédito em moeda estrangeira na carteira total manteve a tendência decrescente iniciada em Junho de 2005 (Gráfico 17). Com efeito, nota-se que a partir de Abril de 2006, o crédito em moeda nacional passou a representar maior componente da carteira de crédito. Esta tendência reflecte o efeito do Aviso 5/GGBM/2005, 20 de Maio, sobre provisões especiais para operações de crédito em moeda estrangeira.

Estrutura do activo

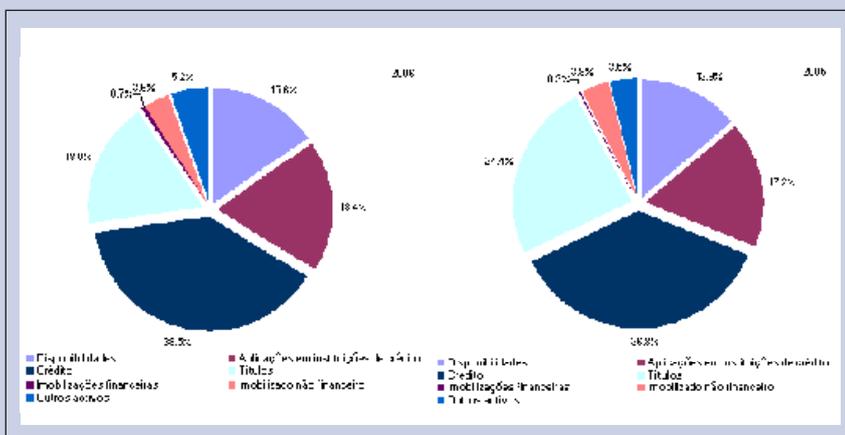


Gráfico 16



III - SISTEMA FINANCEIRO

A carteira de títulos ascendeu a 12.303.049 milhares de Meticais, o que corresponde a uma diminuição de 7,7 por cento, face a Dezembro de 2005. Esta redução foi determinada pela descida das aplicações em títulos de rendimento fixo emitido por residentes, nomeadamente Obrigações e Bilhetes de Tesouro que em conjunto representam 98,1 por cento da carteira de títulos. Como consequência, a contribuição dos títulos no activo diminuiu de 24,4 por cento em 2005, para 18,0 por cento em 2006. Em alguns bancos a carteira de títulos de dívida pública representa um peso significativo no activo. Esta apetência pelos títulos está associada ao facto de possuírem risco nulo, taxas de juro atractivas e a ponderação atribuída no cálculo do rácio de solvabilidade.

Crédito em moeda estrangeira

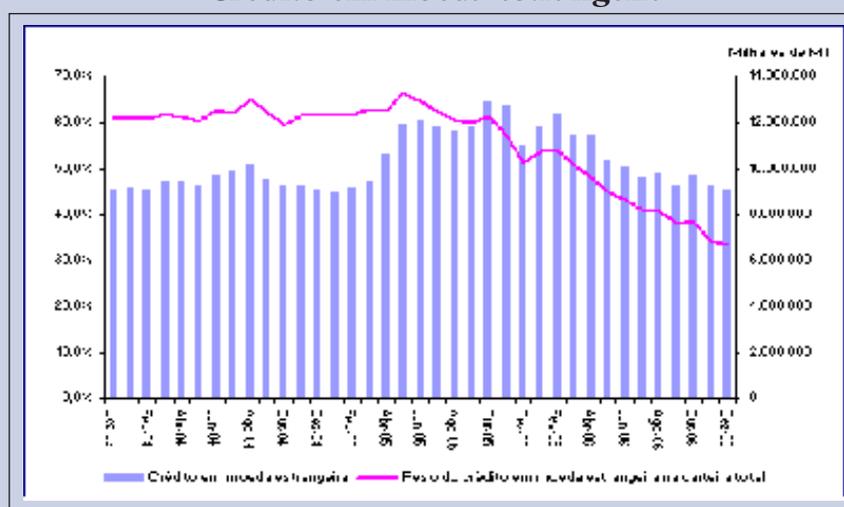


Gráfico 17

As aplicações em instituições de crédito totalizaram 12.628.255 milhares de Meticais o que representa um aumento de 34,8 por cento face a Dezembro de 2005. -Deste montante 94,1 por cento encontra-se aplicado em instituições de crédito no estrangeiro, sendo 8.303.243 milhares de Meticais (que correspondem a 65,8 por cento das aplicações) em depósitos com pré-aviso, e o remanescente em outras aplicações. O grande volume de aplicações no exterior ilustra uma maior exposição ao risco país das instituições.

4.1.2 Passivo

O passivo exigível totalizou 60,197,623 milhares de Meticais em Dezembro de 2006, representando um acréscimo de 24,3 por cento face aos 48,425,026 registados no final do ano anterior. Não obstante a diminuição dos recursos de outras instituições de crédito em 828.871 (-35,7 por cento que 2005), o aumento significativo dos recursos de clientes – cujo peso no passivo exigível representa 77,0 por cento – foi determinante para o incremento do passivo (Gráfico 18).



III - SISTEMA FINANCEIRO

Estrutura do passivo exigível

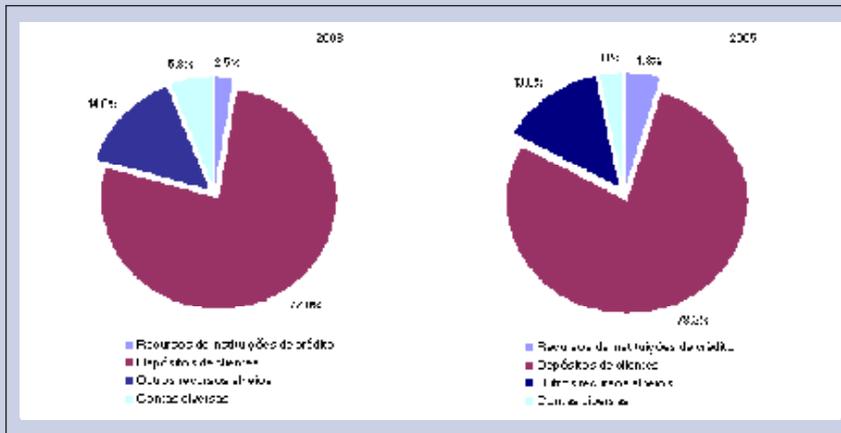


Gráfico 18

Em Dezembro de 2006 os recursos de clientes (depósitos) cifraram-se em 46.330.734 milhares de Meticais, o que corresponde a uma aceleração de 22,3 por cento face a Dezembro de 2005. Esta evolução foi determinada pelos depósitos a ordem que cresceram em 5.473.774 milhares de Meticais (+18,8 por cento que Dezembro de 2005). Contudo, o seu peso na estrutura dos depósitos diminuiu de 76,8 por cento em Dezembro de 2005 para 74,6 por cento em 2006. Contrariamente aos depósitos a ordem, os depósitos a prazo aumentaram de 22,5 por cento para 24,8 por cento no mesmo período (Gráfico 19).

No período em análise, os outros recursos alheios totalizaram 8.910.915 milhares de Meticais, representando um crescimento de 33,5 por cento em relação ao período homólogo anterior. Este aumento resultou essencialmente, do incremento dos títulos representativos de operações de venda com acordo de recompra em 1.150.308 milhares de Meticais (+45,5 por cento), dos fundos consignados em 501.072 milhares de Meticais (+18,6 por cento) dos empréstimos subordinados em 187.831 (+52,4 por cento) e das exigibilidades diversas em 137.359 Milhares de Meticais (+216,9 por cento). Os títulos representativos de operações de venda com acordo de recompra e os fundos consignados representam 64,2 por cento dos outros recursos alheios.



Máquina certificadora manual Addo-X – 1986/1969



Estrutura dos depósitos

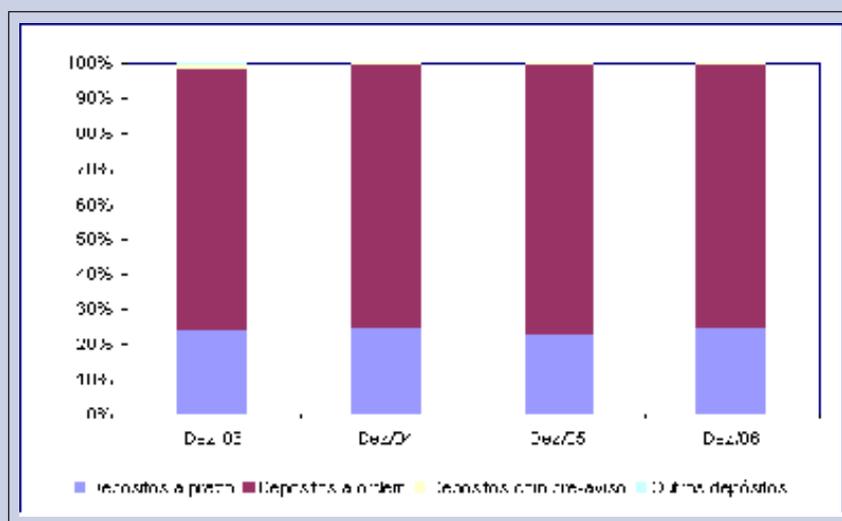


Gráfico 19

O capital realizado e reservas fixaram-se em 4.148.469 milhares de Meticais, o que corresponde a uma diminuição de 241.741 milhares de Meticais face a Dezembro de-2005. Esta redução foi significativamente influenciada pela diminuição do saldo da rubrica *outras reservas*.

4.2 Solvabilidade

O rácio de solvabilidade estabelece a relação entre os fundos próprios e o activo ponderado em função do risco crédito. O principal objectivo deste rácio é medir e controlar o nível de recursos estáveis para absorver quaisquer perdas que possam incorrer resultantes dos riscos por elas assumidos.

No período em análise, o rácio de solvabilidade fixou-se em 12,5 por cento comparado com 13,4 por cento de Dezembro de 2005 (Gráfico 20). Esta queda deveu-se pelo aumento dos activos ponderados (28,8 por cento) numa proporção superior ao dos fundos próprios (20,6 por cento).

Os fundos próprios aumentaram de 3.604.595 milhares de Meticais em 2005, para 4.347.459 milhares de Meticais em 2006, o que corresponde a um crescimento de 20,6 por cento. Esta evolução dos fundos próprios resultou do aumento dos fundos próprios de base em 509.698 milhares de Meticais (+18,9 por cento face a Dezembro de 2005) que decorre do aumento do capital realizado de sete instituições de crédito em 260.170 milhares de Meticais (+10,7 por cento que Dezembro de 2005), da incorporação por duas instituições, de resultados do primeiro semestre de 2006 totalizando 243.011 milhares de Meticais (+1,467 por cento que Dezembro de 2005) e da diminuição dos resultados negativos transitados de exercícios anteriores em 594.154 milhares de meticais (-51,7 por cento que 2005).



III - SISTEMA FINANCEIRO

Rácio de Solvabilidade

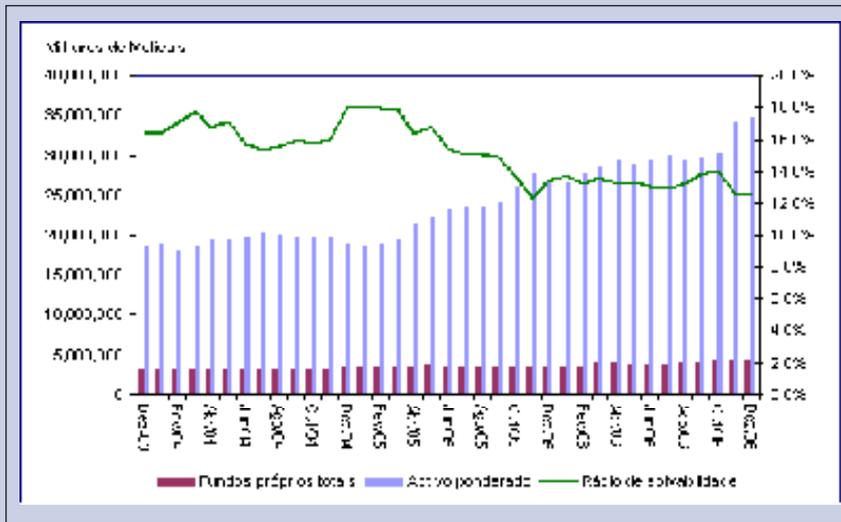


Gráfico 20

Embora tenha registado um decréscimo no rácio de solvabilidade, o sistema bancário continua sólido, por se situar acima do limite mínimo fixado de 8 por cento.

A distribuição dos bancos em termos do rácio de solvabilidade revela que em Dezembro de 2006, apenas 11,1 por cento (17,6 por cento em 2005) das instituições no sistema bancário — que corresponde a duas instituições — não cumpriram com o requisito mínimo do rácio de solvabilidade de 8 por cento enquanto que, 44 por cento (29,4 por cento em 2005) das instituições apresentaram rácio de solvabilidade acima de 25 por cento (Gráfico 21).

Distribuição das instituições de crédito quanto ao rácio de solvabilidade

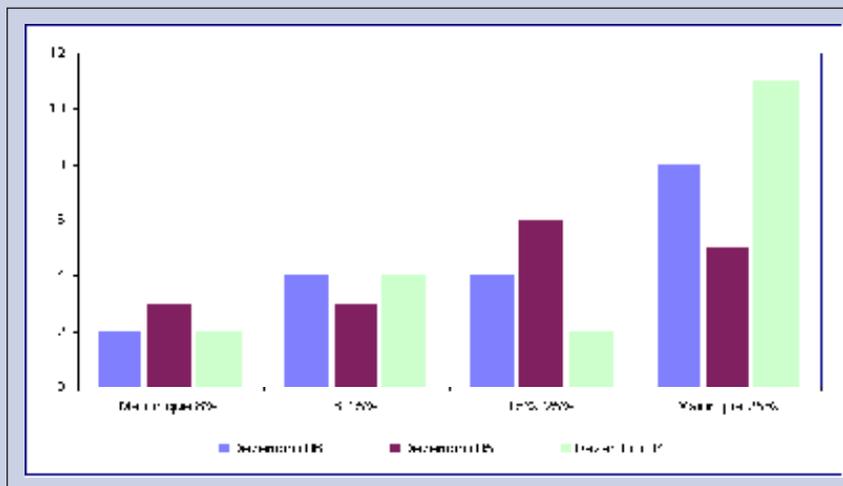


Gráfico 21



III - SISTEMA FINANCEIRO

O Gráfico 22 apresenta a distribuição de instituições de crédito em função do peso no activo total do sistema. As instituições de crédito que apresentaram rácio de solvabilidade acima de 25 por cento (44 por cento das instituições) representaram 7,6 por cento do activo total do sistema bancário consolidado. As instituições de crédito com rácio de solvabilidade entre 8 por cento a 15 por cento (22 por cento das instituições) representavam 79,5 por cento do activo total do sistema bancário, enquanto que as instituições de crédito com rácio de solvabilidade menor que 8 por cento (11 por cento das instituições) representavam apenas 0,1 por cento do activo total do sistema bancário (Gráfico 22).

Em geral, o aumento dos fundos próprios não foi suficiente para compensar o aumento dos activos ponderados ao risco e evitar a diminuição do rácio de solvabilidade. Ainda que continue sólido, esta diminuição enfraqueceu a capacidade do sistema bancário em absorver perdas de magnitude significativa, sobre o balanço e a conta de resultados.

Solvabilidade em função do peso no activo total do sistema

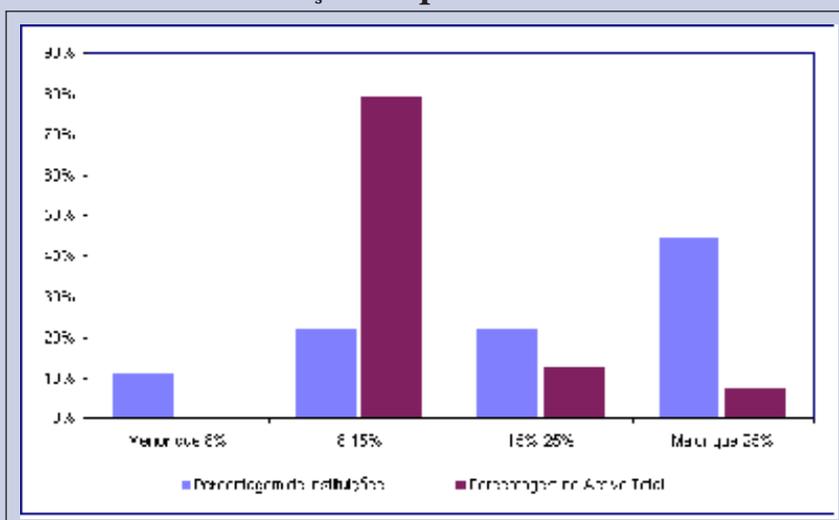


Gráfico 22

4.3 Rendibilidade

Em 2006, a rendibilidade do sistema bancário melhorou significativamente face ao ano anterior. Os resultados líquidos de exercício situaram-se em 2.408.458 milhares de Meticais, evidenciando um aumento de 154,5 por cento face aos 946.315 milhares de Meticais apurados em 2005. Estes resultados foram influenciados significativamente, pelo desempenho favorável da margem financeira, que apesar do estreitamento do diferencial entre as taxas de juro praticadas nas operações activas e passivas, aumentou em 65,1 por cento face aos 2.726.713 milhares de Meticais contabilizados em 2005 (Gráfico 23 e Gráfico 24). Como consequência, a contribuição da margem financeira no produto bancário aumento de 63,6 por cento em Dezembro de 2005, para 67,4 por cento em 2006.



III - SISTEMA FINANCEIRO

As comissões líquidas registaram uma *performance* positiva ao aumentarem de 743.150 milhares de Meticais em 2005, para 987.220 milhares de Meticais. Porém, o seu peso no produto bancário diminuiu de 17,3 por cento para 14,8 por cento no mesmo período. Salienta-se o desempenho positivo das comissões directamente relacionadas com a prestação de serviços bancários tradicionais, designadamente operações por crédito directo e por assinatura e transferência de valores.

Os resultados em operações financeiras (margem cambial) aumentaram em 44,9 por cento em Dezembro de 2006, face aos 818.270 milhares de Meticais registados em igual período anterior. Este aumento foi inferior ao de 2005 (49,7 por cento) dado que, o comportamento do Metical face às principais moedas manteve-se relativamente estável, o que não permitiu ao bancos realizarem ganhos significativos resultantes da reavaliação da posição cambial. Não obstante o aumento dos resultados em operações financeiras, o seu contributo no produto bancário diminuiu 1,3 pontos percentuais face aos 19,1 por cento registados em 2005.



Os indicadores de rentabilidade registaram uma melhoria significativa em relação a Dezembro de 2005. A Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE¹⁶) fixou-se em 56,0 por cento contra 26,7 por cento de Dezembro de 2005 e a Rentabilidade do Activo Médio (ROA¹⁷) em, 4,0 por cento contra 1,9 por cento, no mesmo período.

A tendência do ROA e ROE, calculado com base em média móvel de 12 meses, apresentou-se estável ao longo de 2005, verificando-se a partir de Fevereiro de 2006, um crescimento acentuado que se prolongou até Dezembro de 2006 (Gráfico 25). A melhoria dos resultados decorrente do desempenho da

¹⁶ ROE é a abreviatura para *Return on Equity* e é calculado tendo em conta as instruções do *Financial Soundness Indicators compilation Guide* 2006, publicado pelo FMI.

¹⁷ ROA é a abreviatura para *Return on Assets*.



III - SISTEMA FINANCEIRO

margem financeira e dos ganhos de eficiência que começaram a se registrar no período, explicam este acentuado crescimento. Há, no entanto, uma correlação inversa, ainda que fraca, entre a rentabilidade dos capitais próprios e os níveis de capitalização medido pelo rácio de solvabilidade. Aumentos nos níveis de rentabilidade dos capitais próprios correspondem a diminuições nos níveis de capitalização e vice-versa.

Spread entre taxas de juros

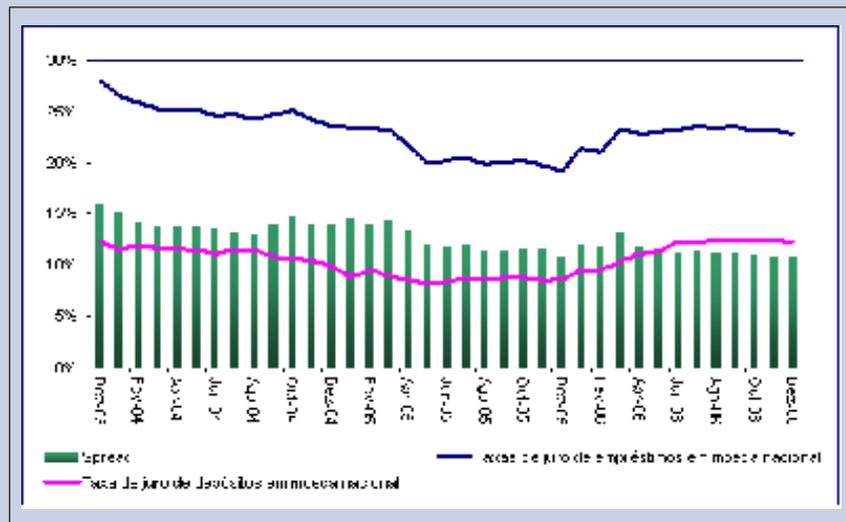


Gráfico 24

Rendibilidade (média móvel 12 meses)

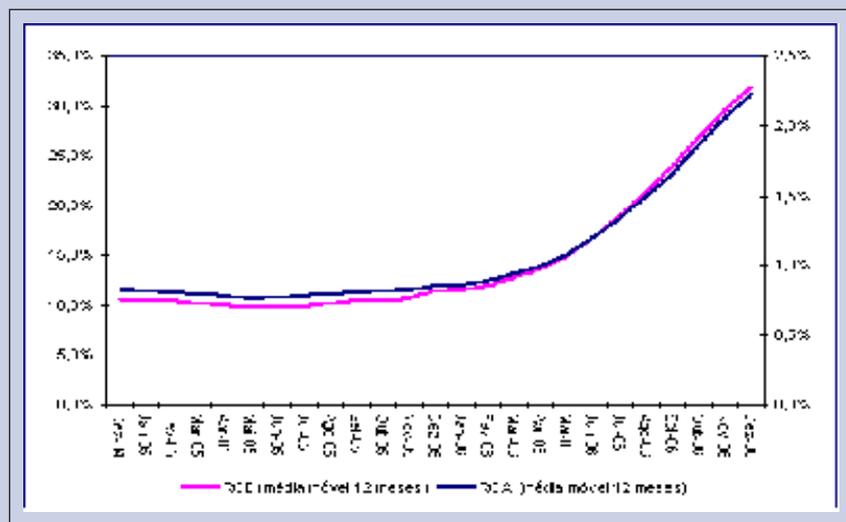


Gráfico 25

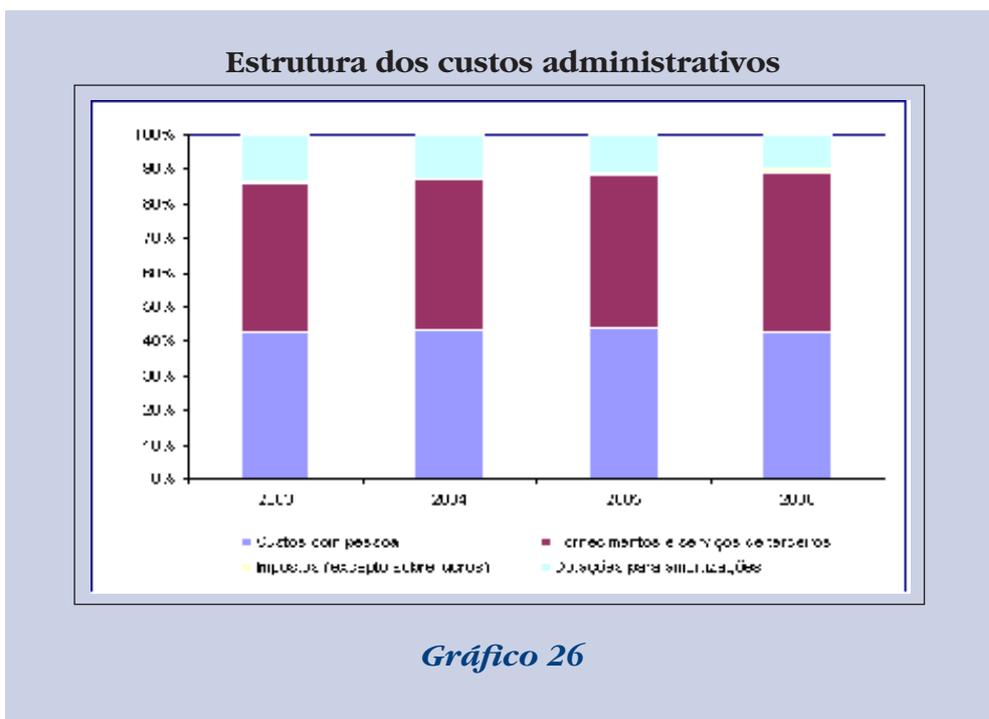


III - SISTEMA FINANCEIRO

Em relação aos custos operacionais observou-se um crescimento considerável dos custos com o pessoal e dos custos com fornecimentos e serviços de terceiros, ainda que esta dinâmica tenha mantido o peso de ambas rubricas no activo médio, virtualmente inalterado. Os custos com pessoal registaram uma variação de 22,0 por cento, enquanto que os fornecimentos e serviços de terceiros cresceram 28,0 por cento (Gráfico 26). Como resultado, os custos operacionais aumentaram 24,6 por cento em 2006, contra 12,5 por cento em 2005. O seu peso no activo médio manteve-se relativamente inalterado aumentando apenas 0,3 pontos percentuais em relação a 6,3 por cento do ano anterior.

O crescimento acelerado do produto bancário em relação aos custos operacionais, permitiu uma melhoria significativa dos indicadores de eficiência no sistema bancário. O rácio dos custos operacionais em percentagem do produto bancário (*cost to income*) apresentou uma evolução favorável face a igual período de 2005, tendo passado de 75,2 por cento para 60,2 por cento em Dezembro de 2006, o que corresponde a um ganho de eficiência de 15 pontos percentuais.

Nos últimos três anos, o rácio tem se apresentado muito acima do que se considera desejável, 60 por cento, tendo apenas em Agosto, Setembro e Outubro de 2006 alcançado valores abaixo de 60 por cento (Gráfico 27). A tendência calculada com base em média móvel de 12 meses, revela que o rácio se manteve relativamente estável até Junho de 2005, período em que passou a ser decrescente podendo manter-se nos próximos meses. Em alguns bancos, este rácio situou-se abaixo de 60 por cento e reflecte o efeito das políticas de eficiência operativa empreendidas por esses bancos.



Rácio de eficiência no sistema bancário

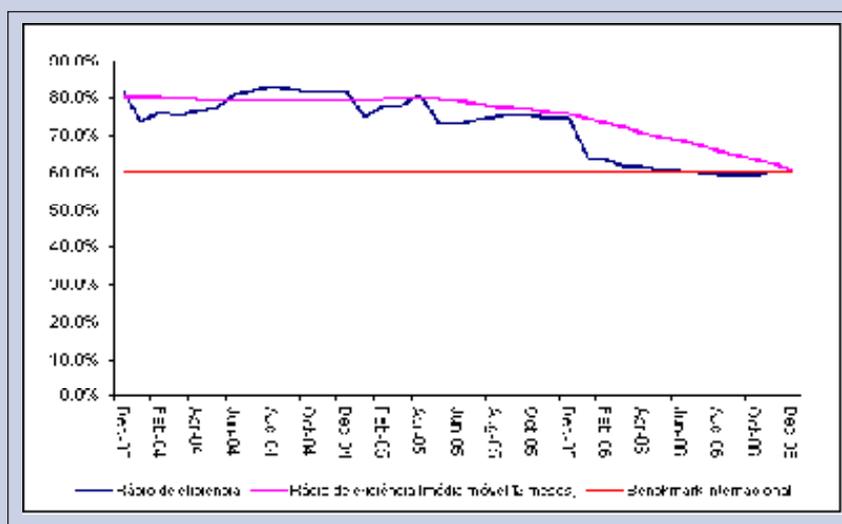


Gráfico 27

4.4 Risco de Liquidez

Para efeitos do presente relatório, o rácio de liquidez será obtido a partir do mapa de cobertura de responsabilidades. Este indicador permite avaliar a capacidade de um banco assegurar algumas das suas exigibilidades de carácter mais imediato com activos de elevada disponibilidade.

Em Dezembro de 2006, os valores de cobertura de responsabilidades a vista ou a prazo de 30 dias registaram um défice de 2.186.638 milhares de Metcaís (Gráfico 28). Este défice remota desde 2005 e é significativamente influenciado pelo défice de um dos quatro maiores bancos do sistema. As disponibilidades e seus equivalentes, bem como os créditos com maturidade até 180 dias são os maiores componentes e representam 55,3 por cento do total dos valores de cobertura a vista ou a prazo até 30 dias. Em Dezembro de 2005, esta estrutura era dominada pelas disponibilidades e pelos títulos com maturidade inferior a 180 dias.

Em resultado do défice nos valores de cobertura, o rácio de cobertura de responsabilidades à vista por activos com maturidade até 180 dias continuou abaixo de 100, fixando-se, em 93,0 por cento (92,1 por cento em 2004). O rácio de liquidez geral medido através da relação entre o total dos valores de cobertura e as responsabilidades exigíveis à vista ou a prazo superior a 30 dias, aumentou 4,9 pontos percentuais, face aos 134,4 registados em Dezembro de 2005, tendo o excesso total de cobertura alcançado 6.031.392 milhares de Metcaís (4.589.078 milhares de Metcaís em 2005).



III - SISTEMA FINANCEIRO

Cobertura de responsabilidades

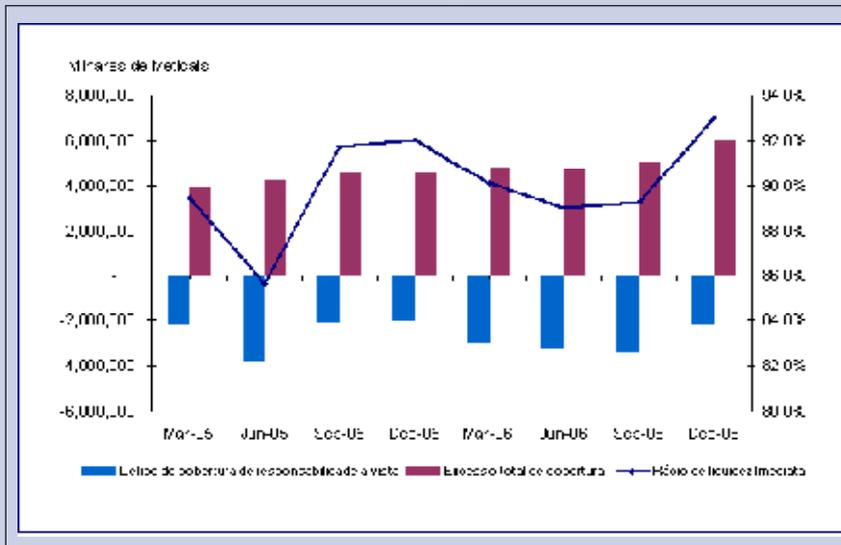


Gráfico 28

4.4.1 Rácio de Transformação dos Depósitos em Créditos

Dado o seu menor custo em relação a outras fontes, os depósitos de clientes continuam sendo a fonte principal de financiamento da actividade creditícia. O rácio de transformação dos depósitos em crédito (créditos/depósitos em percentagem) fixou-se em 56,9 por cento (53,0 por cento em 2005) mantendo assim a tendência crescente registada em 2005 (Gráfico 29). Esta tendência resulta de diferenças nas taxas de crescimento entre os créditos totais e os recursos totais de clientes e poderá manter-se nos próximos anos, dado que os bancos raramente usam fontes alternativas de financiamento, como por exemplo a emissão e colocação de títulos junto de clientes e titularização de créditos.



2º andar **pintura a óleo** Pádua



Rácio entre crédito e depósitos de clientes

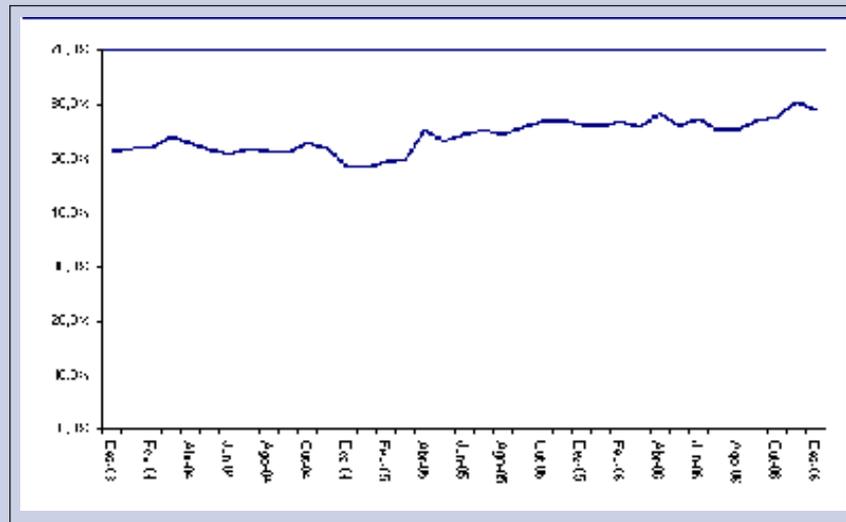


Gráfico 29

A partir de Fevereiro de 2006 assistiu-se a uma queda acentuada das taxas de crescimento homólogas tanto de crédito como dos depósitos que começaram a inverter-se em Outubro de 2006 (Gráfico 30). Nota-se igualmente, que as taxas de crescimento dos créditos movem-se na mesma direcção que as do crescimento dos depósitos ainda que em magnitude diferente, evidenciando assim a estrita relação entre crédito e depósitos. O comportamento dos depósitos é fundamentalmente determinado pelos depósitos a ordem, que constituem o grosso dos depósitos totais, e apresentam maior volatilidade.

Taxa de variação homóloga dos depósitos e créditos

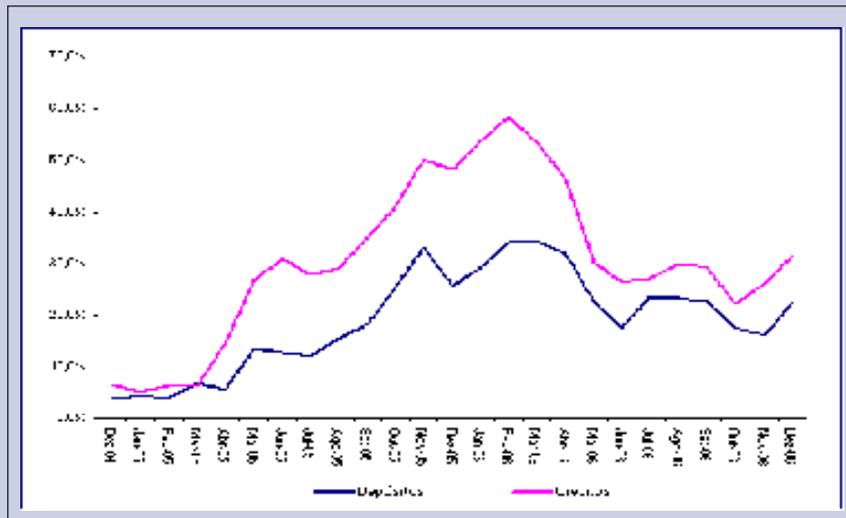


Gráfico 30



III - SISTEMA FINANCEIRO

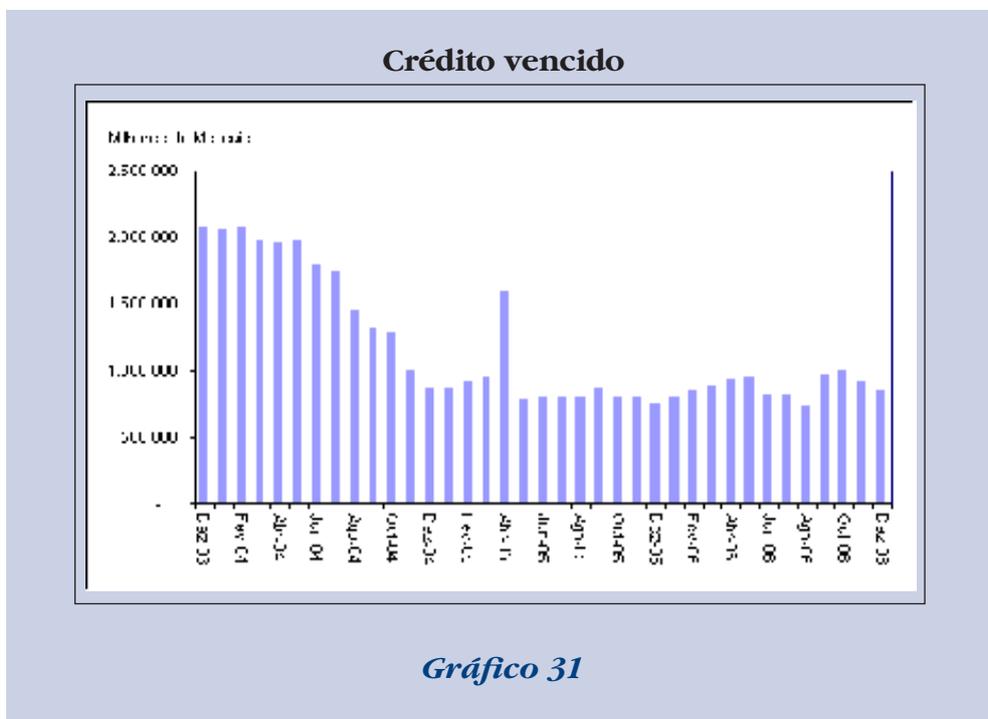
A relação crédito em moeda estrangeira sobre depósitos em moeda estrangeira tem diminuído acentuadamente desde meados de 2005, fixando-se em Dezembro de 2006, em 45,0 por cento (63,9 por cento em Dezembro de 2005). Esta diminuição está intimamente associada a diminuição do crédito em moeda estrangeira.

4.5 Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de perdas resultantes do incumprimento da contraparte em fazer face às suas obrigações contratuais. O crédito vencido e os rácios que dele resultam são elementos fundamentais na análise do risco de crédito.

4.5.1 Evolução e Estrutura do Crédito Vencido

Nos últimos anos, o crédito vencido diminuiu acentuadamente. De Dezembro de 2003 para Dezembro de 2006, o crédito vencido diminuiu de 2.109.422 milhares de Meticals para 851.776 milhares de Meticals, o que corresponde a uma diminuição de 1.257.645 milhares de Meticals (Gráfico 31). A sustentar esta evolução do crédito vencido terá estado um vasto conjunto de factores cuja importância relativa é de difícil aferição. No entanto, de entre eles deverá ser destacado, o desempenho favorável de vários sectores de actividade, a diminuição das taxas de juros, o melhoramento das práticas e políticas de gestão de risco de crédito, maior eficácia nas recuperações e saneamento do crédito.



O crédito vencido líquido em percentagem do capital e reservas é um indicador que permite avaliar a capacidade do sistema bancário em suportar perdas decorrentes do crédito vencido. Nos últimos três anos, este rácio manteve-se estável fixando-se muito abaixo do *benchmark* internacional (Gráfico 32).



III - SISTEMA FINANCEIRO

De Dezembro de 2004 para Dezembro de 2005, o rácio diminuiu de 3,8 por cento para 1,9 por cento. Em finais de Dezembro de 2006 este rácio fixou-se em 3,4 por cento, tendo o capital e as reservas alcançado 4.333.325 milhares de Meticais.

Crédito vencido líquido em percentagem do capital e reservas

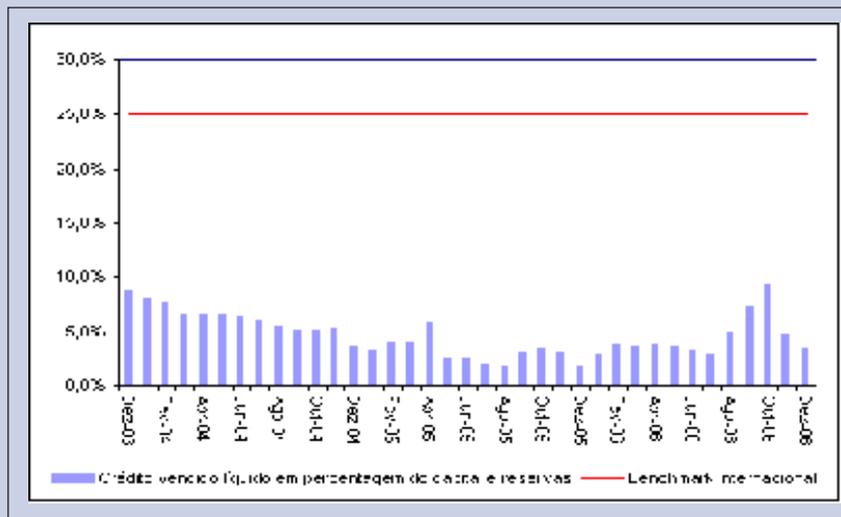


Gráfico 32

Expresso em percentagem da carteira total, o crédito vencido tem evidenciado melhorias significativas (Gráfico 33). Entre Dezembro de 2003 a Dezembro de 2006, o rácio crédito vencido — crédito total diminuiu de 13,8 por cento para 3,1 por cento.

Crédito vencido em percentagem do crédito total

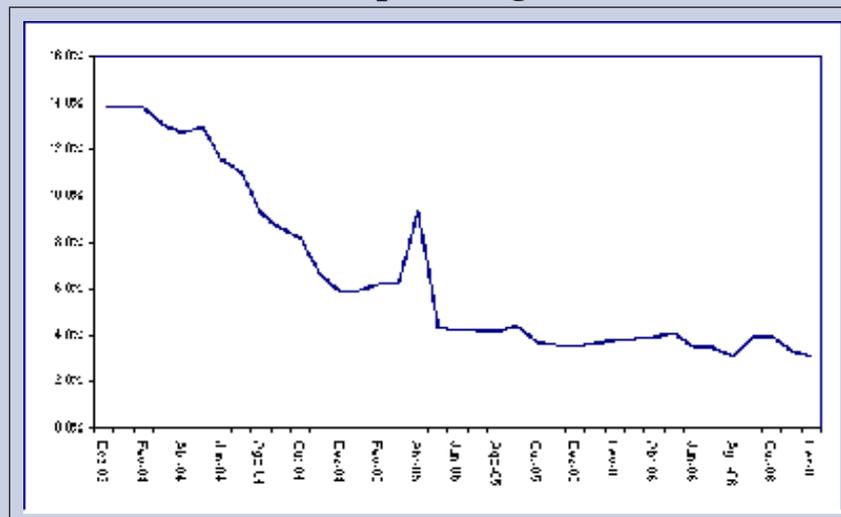


Gráfico 33



Estrutura do crédito vencido

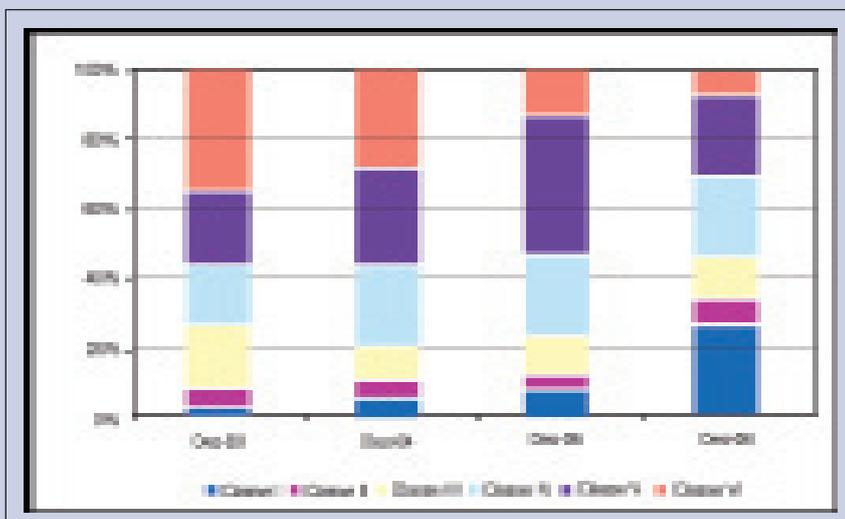


Gráfico 34

A estrutura do crédito vencido em Dezembro de 2006 era dominada pela carteira da classe I (vencida a noventa dias) que passou a representar 27,7 por cento da carteira vencida contra 7,3 por cento em 2003. Este aumento foi determinante para o crescimento da carteira vencida entre Dezembro de 2005 e Dezembro de 2006. Nota-se ainda que, enquanto que a classe I aumenta seu peso na carteira vencida, a classe VI (com mais de quatro anos) apresenta uma tendência contrária (Gráfico 34).

4.5.2 Provisões para Cobertura de Risco de Crédito

As provisões constituídas para o crédito vencido totalizaram 703.512 milhares de Meticais no final de Dezembro de 2006, o que representa um aumento de 4,7 por cento em comparação com Dezembro de 2005, e de 0,1 por cento face a 2004. O rácio de cobertura de crédito vencido por provisões específicas fixou-se em 82,6 por cento, inferior em 6,3 pontos percentuais em relação ao nível de cobertura registado em Dezembro de 2005 (Gráfico 35).

As provisões totais para crédito ascenderam a 1.533.358 milhares de Meticais, o que representa 180,0 por cento da carteira vencida que por sua vez representa uma diminuição de 47,4 pontos percentuais face a Dezembro de 2005 e um aumento de 9,7 pontos percentuais em relação a Dezembro de 2004. As provisões totais para crédito incluem as provisões para crédito vencido, para crédito de cobrança incerta e para riscos gerais de crédito.



Cobertura do crédito vencido por provisões

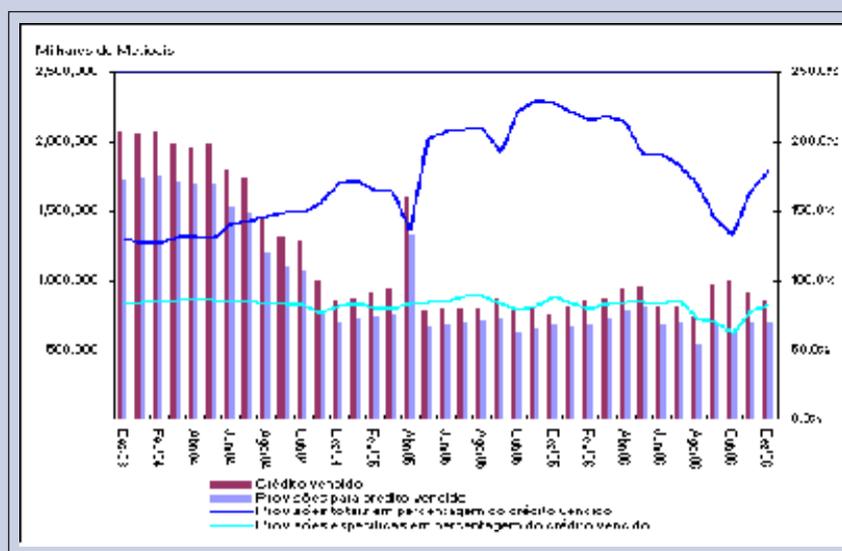


Gráfico 35

Nota-se todavia, que o nível de cobertura da carteira vencida pelas provisões especiais é tendencialmente menos volátil, situando-se desde Dezembro de 2003 muito próximo dos 100 por cento (Gráfico 35). Apesar de em alguns casos específicos dos créditos não tenham sido devidamente criadas provisões, em geral o nível de cobertura da carteira vencida pelas provisões específicas é satisfatório.

4.5.3 Concentração da Carteira

A distribuição do crédito por sectores de actividade indica que o comércio continua a revelar-se o sector mais privilegiado devido a sua rápida reprodução do capital e menor risco de contraparte. Em Dezembro de 2006 o crédito ao comércio totalizou 7.019.970 milhares de Meticalos passando a representar 27,4 por cento da carteira de crédito contra 30,5 por cento de 2005 (Gráfico 36).

O crédito à indústria extractiva e transformadora cresceu em 1.057.032 milhares de Meticalos passando a representar, 13,6 por cento comparados com 11,8 por cento de 2005. Contrariamente à tendência da maioria dos sectores, o peso do crédito à agricultura (inclui também pecuária, pescas silvicultura e exploração florestal) na carteira total diminuiu de 10,2 por cento em 2005, para 9,9 por cento em 2006. O crédito à habitação e à particulares, que se enquadram no grupo de outros sectores, representam em conjunto 17,6 por cento da carteira total.

Esta diversificação na carteira de crédito é benéfica em termos de risco de crédito e resiliência do sistema bancário, pois permite minimizar as perdas em situações de incumprimento.

III - SISTEMA FINANCEIRO

Distribuição do crédito por sectores de actividade

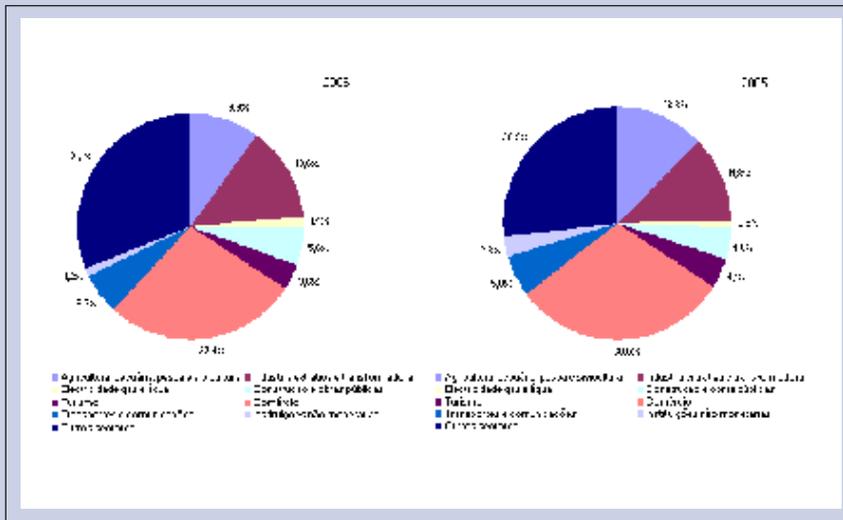


Gráfico 36

Em relação ao número de devedores, continua a verificar-se um elevado grau de concentração da carteira. O saldo da carteira de crédito (incluindo extrapatrimoniais) dos cem maiores devedores do sistema bancário cresceu de 15.340.398 milhares de Meticaís em Dezembro de 2005, para 20.085.842 milhares de Meticaís em Dezembro de 2006, o que representa 29,3 por cento do activo patrimonial, 75,3 por cento da carteira total de crédito e 462,0 por cento dos fundos próprios totais do sistema. Destes cem maiores, vinte e seis possuíam crédito vencido que totalizou 1.475.943 milhares de Meticaís (+6,3 por cento que 2005), sendo 89,7 por cento (83,9 por cento em 2005) deste montante representado pelo crédito abatido ao activo



2º andar **pintura a óleo Malangatana**



III - SISTEMA FINANCEIRO

Distribuição dos maiores devedores

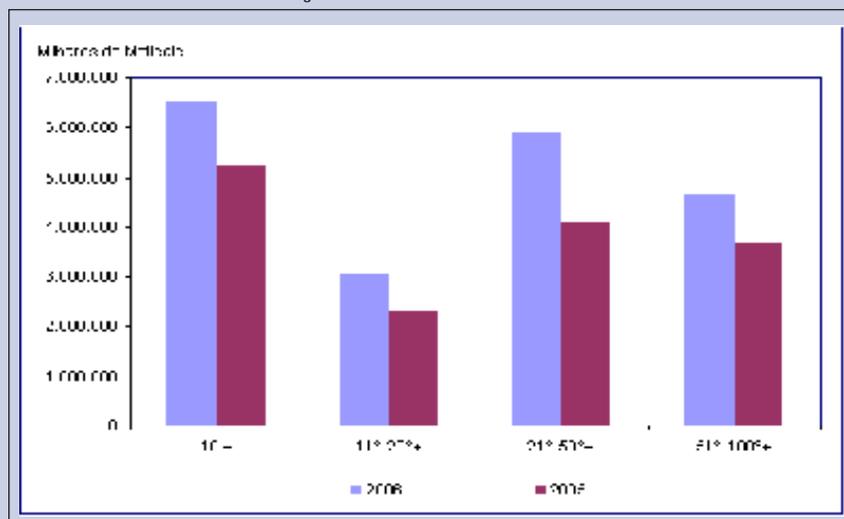


Gráfico 37

A distribuição do grupo em faixas de devedores demonstra maior concentração dos saldos nos 10 maiores, seguida da faixa entre 21º a 50º maiores, tanto em 2006 como em 2005 (Gráfico 37).



escadaria (plano contra-picado)

IV- INTRODUÇÃO DO METICAL DA NOVA FAMÍLIA

1. INTRODUÇÃO

O Governo decidiu que 2006 era o momento apropriado para a introdução de reformas na estrutura da moeda nacional, após cerca de vinte anos de implementação do Programa de Reabilitação Económica (PRE), que propiciaram uma sustentável estabilidade macroeconómica.

Com efeito, ao abrigo do disposto no número 179 da Constituição da República, a Assembleia da República aprovou a Lei nº 7/2005, de 20 de Dezembro, que cria e fixa a taxa de conversão do Metical, em 1.000 (mil) unidades, sendo o valor do Metical da nova família obtido dividindo o valor do Metical das antigas famílias por 1.000 (mil) unidades.

A introdução do Metical da nova família pretende alcançar os seguintes objectivos:

- Eliminação das dificuldades na escrituração comercial decorrentes do elevado número de dígitos da moeda nacional;
- Redução por parte das empresas dos custos com a aquisição de livros e papéis comerciais com colunas ajustadas ao número de dígitos requeridos para o volume de negócios;
- Redução da leitura fastidiosa da contabilidade das unidades económicas;
- Aumento da eficácia da implementação de sistemas de pagamento modernos, incluindo o Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE);
- Aumento da comodidade e segurança para os agentes económicos e público em geral no manuseio de notas e moedas;
- Redução da necessidade de proceder-se a ajustes periódicos dos pacotes informáticos em uso para atender a um cada vez crescente número de dígitos;

Para assegurar que o processo de introdução da nova família do Metical ocorresse com harmonia e tranquilidade, foi levada a cabo uma série de acções nos domínios operacional, contabilístico, legal, tecnológico e de divulgação. O Comité de Coordenação da Introdução da Nova Família do Metical (CCINFM) foi instituído, através da Ordem de Serviço nº 15/2005, de 26 de Outubro, com o objectivo de apoiar o Conselho de Administração do Banco de Moçambique na coordenação e realização de tais acções.

2. ESTRATÉGIA DO PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO

Com vista a assegurar a implementação com sucesso da Lei 7/2005, de 20 de Dezembro, o Banco de Moçambique definiu uma estratégia de introdução do Metical da nova família, assente nos seguintes pilares:

- Não alteração da designação da moeda nacional;
- Realização do processo de substituição de forma gradual;



IV- INTRODUÇÃO DO METICAL DA NOVA FAMÍLIA

- A emissão de notas e moedas do Metical da nova família a partir de 1 de Julho de 2006;
- Estreita coordenação com os bancos comerciais, no que respeita ao levantamento à consignação de valores em Meticais da nova família para efeitos da substituição gradual. Os levantamentos deviam ocorrer obedecendo os procedimentos normais;
- O sistema bancário foi definido como canal para a colocação em circulação das notas e moedas da nova família do Metical e recolha das notas e moedas das antigas famílias do Metical;
- Os bancos comerciais deviam cessar de efectuar pagamentos em Metical das antigas famílias a partir de 1 de Janeiro de 2007.

Caixa 5 - Quadro Legal

O processo de introdução da nova família do Metical teve como suporte legal um conjunto de actos normativos emanados pelas entidades competentes. Na preparação dos actos normativos, o Banco de Moçambique, através do Sub-Comité para os Assuntos Legais do CCINFM, desempenhou, em coordenação com outras entidades públicas e privadas, um papel de primordial importância. Eis a relação dos actos normativos aprovados no âmbito deste processo:

a. Lei n.º 7/2005, de 20 de Dezembro (BR n.º 50, I série, Suplemento, de 20 de Dezembro de 2005) - Cria e fixa a taxa de conversão do Metical e autorizou o Governador do Banco de Moçambique a definir a designação escritural do Metical da nova família.

b. Decreto n.º 55/2005, de 27 de Dezembro (BR n.º 51, I série, Suplemento, de 27 de Dezembro de 2005) - Regulamenta a Lei 7/2005, de 20 de Dezembro relativamente às seguintes matérias:

- *dupla Indicação de Preços;*
- *Tratamento Contabilístico e Fiscal;*
- *Continuidade de Contratos.*

c. Diploma Ministerial n.º 68/2006, de 15 de Março (BR n.º 11, I série, de 15 de Março de 2006) - Regula os procedimentos contabilísticos complementares decorrentes do processo de conversão do Metical, aplicáveis aos órgãos e instituições do Estado.

d. Diploma Ministerial n.º 100/2006, de 10 de Maio (BR n.º 19, I série, 2.º Suplemento, de 10 de Maio de 2006) - Regula os procedimentos contabilísticos e fiscais complementares decorrentes do processo de conversão do Metical, aplicáveis às entidades sujeitas ao, Plano Geral de Contabilidade, Plano de Contas para as entidades habilitadas ao exercício da actividade Seguradora e Plano de Contas para as Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

e. Aviso n.º 14/GGBM/2005, de 29 de Dezembro (BR n.º 52, I série, Suplemento, de 29 de Dezembro de 2005) - Regulamenta a Lei n.º 7/2005, de 20 de Dezembro, relativamente às seguintes matérias:

- *Designação escritural do Metical da nova família;*
- *Regras de conversão e arredondamentos;*



IV- INTRODUÇÃO DO METICAL DA NOVA FAMÍLIA

- *Carácter automático da conversão;*
- *Efeitos da conversão sobre operações bancárias e cambiais;*
- *Tratamento da contabilidade bancária;*
- *Tratamento de cheques e de outros títulos de crédito;*
- *Encargos da conversão.*

f. Aviso nº 03/GGBM/2006, de 16 de Junho (BR nº 26, I Série, 2º Suplemento de 29 de Junho de 2006) - Regulamenta a Lei 7/2005, de 20 de Dezembro, relativamente às seguintes matérias:

- *Emissão das notas e moedas do Metical da nova família;*
- *Características e o valor facial das notas e moedas do Metical da nova família;*
- *Circulação simultânea das notas e moedas do Metical da nova família com as das anteriores famílias;*
- *Retirada da circulação das notas e moedas as anteriores famílias do Metical.*

g. Circular nº 001/OIP/2006, de 5 de Junho - Informa a alteração do código ISO do Metical.

h. Circular nº 002/OIP/2006, de 5 de Junho - Determina os procedimentos bancários a observar no dia 30 de Junho de 2006.

i. Circular nº 003/OIP/2006, de 5 de Junho - Informa sobre os procedimentos relativos à abreviatura do Metical

j. Circular nº 004/OIP/2006, de 26 de Dezembro - Regulamenta o processo de troca do Metical.

3. CAMPANHA DE DIVULGAÇÃO

O sucesso do processo de introdução do Metical da nova família passou por uma campanha ampla e participativa que atingiu todos os segmentos da sociedade moçambicana. A campanha teve em vista:

- a) Informar ao público sobre a introdução do Metical da nova família;
- b) Promover a ideia de que a introdução do Metical da nova família é um marco histórico importante e visa aumentar o prestígio da moeda nacional;
- c) Informar ao público que com este processo nenhum cidadão perderá o seu dinheiro;
- d) Divulgar o aspecto físico e os dispositivos de segurança das notas e moedas do Metical da nova família.
- e) Despertar a atenção do público sobre os pontos fulcrais do processo tais como: *(i)* valor da taxa de conversão; *(ii)* forma de conversão; *(iii)* dupla indicação de preços; *(iv)* tratamento do cheque; *(v)* circulação simultânea de MT e do MTn; *(vi)* fim da circulação do MTn.



IV- INTRODUÇÃO DO METICAL DA NOVA FAMÍLIA

Para o alcance dos objectivos preconizados na campanha o Banco de Moçambique definiu os seguintes meios de divulgação: rádio, televisão, jornais, palestras/seminários, cartazes, encartes, desdobráveis, manual de perguntas e respostas, linhas telefónicas gratuitas; correio electrónico e página de Internet.

As 48 Rádios Comunitárias que operam no país foram parceiros estratégicos para a disseminação da mensagem junto da população das zonas rurais onde a televisão, a imprensa escrita e os serviços da Rádio Moçambique chegam com deficiência. Em parceria com o Fórum das Rádios Comunitárias (FORCOM), o Banco de Moçambique assegurou a divulgação por todas as rádios comunitárias.

A campanha de rádio foi conduzida em todas as línguas de trabalho da Rádio Moçambique e das rádios comunitárias nacionais. A campanha noutros meios foi feita na língua portuguesa, à excepção das palestras/seminários em que se recorreu ao uso das línguas nacionais sempre que as circunstâncias o exigissem.

Por outro lado, o Banco de Moçambique apostou no talento e humor de um *cartoonista* nacional para transmitir as mensagens mais importantes sobre o processo. Os *cartoons* foram publicados nos principais jornais do país.

Caixa 6 - Material de Campanha

Durante a campanha foram produzidos anúncios de imprensa, de rádio e de televisão versando sobre os seguintes temas:

- *Aplicação da taxa de conversão;*
- *Regras de arredondamentos;*
- *Dupla indicação de preços;*
- *Circulação simultânea;*
- *Tratamento do cheque;*
- *Características das novas notas e moedas do Metical;*
- *Conservação das notas do Metical;*
- *Dispositivos de Segurança.*

Versando sobre os mesmos temas foram igualmente produzidos os seguintes materiais de divulgação:

Designação	Quantidade
Cartazes Diversos	160.000
Encartes	145.000
Folheto DL	110.750
Brochuras	50.000
Calendário de Mesa	5.000
Camisetas	2.500
Bonés	2.500
CD de Música	1.500



IV- INTRODUÇÃO DO METICAL DA NOVA FAMÍLIA

Este material foi distribuído, quer através dos serviços dos correios quer por via directa, por todo os Governos Provinciais, distritais e municipais que por seu turno o dessiminaram junto do público. O material foi igualmente distribuído pelas Missões Diplomáticas e Consulares de Moçambique para efeitos de divulgação junto dos moçambicanos residentes no estrangeiro.

3.1 Palestras

Para além do recurso aos meios de comunicação social uma das estratégias adoptadas pelo CCINFM foi a realização de palestras a vários níveis em todo o território nacional bem como no estrangeiro. As palestras foram orientadas por quadros afectos ao CCINFM, outros quadros do Banco de Moçambique e dos Governos Provinciais e Distritais.

3.1.1 Palestras para Grupos Especiais

As palestras foram numa primeira fase orientadas para grupos sócio-profissionais, instituições públicas e privadas, que dada a sua natureza podiam produzir um efeito multiplicador na dessiminação da informação.

3.1.2 Palestras para Autoridades Administrativas

Em coordenação com o Ministério da Administração Estatal foram realizadas palestras junto das autoridades administrativas, quer a nível provincial, quer a nível distrital, com vista a dotar os quadros do Governo local de instrumentos que lhes possam facultar a dessiminação da informação no seu contacto regular com a população.

a) A nível Provincial

Em todas as capitais provinciais realizaram-se palestras em sessões de Governos Provinciais, extensivas aos Administradores de Distrito. A presença dos técnicos do Banco de Moçambique nas capitais províncias serviu para a realização de sessões de esclarecimentos igualmente com as seguintes entidades:

- Autoridades municipais da capital provincial;
- Autoridades comunitárias;
- Agentes económicos;
- Trabalhadores do sector bancário;
- Imprensa;
- Representantes das Rádios Comunitárias

b) A nível Distrital

Técnicos do Banco de Moçambique orientaram palestras em sessões de Governos distritais extensivas aos Chefes de Postos Administrativos. Estas sessões,



IV- INTRODUÇÃO DO METICAL DA NOVA FAMÍLIA

que tiveram lugar em todos os distritos do país, contaram igualmente com a participação das autoridades comunitárias e dos agentes económicos.

3.1.3 Palestras e Divulgação no Estrangeiro

A divulgação no estrangeiro foi feita em coordenação com o Instituto Nacional para as Comunidades Moçambicanas no Exterior (INACE), uma instituição do Estado subordinada ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.

O Banco de Moçambique formou os quadros do INACE que realizaram palestras e distribuíram materiais de divulgação nos países de maior concentração de Moçambicanos. Com efeito, as palestras tiveram lugar nos seguintes países:

- África do Sul (Joanesburgo, Durban, Nelspruit e Empangueni);
- Alemanha (Berlim e Dresden);
- Malawi (Blantyre e Lilongwe);
- Portugal (Lisboa e Porto);
- Suazilândia (Mbabane e Manzini);
- Tanzânia (Dar-Es-Salaam e Zanzibar);
- Zâmbia (Lusaka);
- Zimbabwe (Harare, Bulawayo e Mutare).

Em coordenação com o Ministério de Trabalho, o CCINFM formou quadros da delegação deste Ministério na África do Sul, que mais tarde se desdobraram em brigadas de esclarecimento aos emigrantes moçambicanos nas minas e farmas sul-africanas.

4. SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

Tendo em conta que os processos de trabalho de muitas organizações estão assentes em Tecnologias de Informação e Comunicação, o CCINFM, através do Sub-Comité para os Sistemas e Tecnologias de Informação, manteve uma estreita coordenação com o sistema bancário e outras instituições relevantes na prestação de serviços público, com vista a assegurar um ajustamento de sistemas informáticos para garantir uma correcta conversão de dados, quer do ponto de vista contabilístico, quer do ponto de vista operacional, face as especificidades da introdução da nova família do Metical.

Numa primeira fase havia a necessidade de ajustar os sistemas de modo a garantir a dupla indicação de preços, (MT e MTn) para o período de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2006, bem como a circulação simultanea das diversas famílias do Metical para o período de 01 de Julho à 31 de Dezembro de 2006. Findo o período foi igualmente necessário proceder ao ajustamento dos sistemas para o retorno ao MT e outros aspectos técnicos resultantes destas operações.



IV- INTRODUÇÃO DO METICAL DA NOVA FAMÍLIA

Para a correcta monitoria deste processo, o Sub-Comité trabalhou com as Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (ICSF) bem como empresas de prestação de serviços público e, estes apresentaram planos institucionais de ajustamento dos sistemas e, numa periodicidade quinzenal fez-se o controlo de execução do plano. Apesar de se terem registado situações amiúde de os sistemas não estarem de acordo com as especificidades no período em que já deviam estar completamente ajustados, no geral o resultado foi positivo, pois não houve problemas que tenham tido algum impacto negativo, quer para a economia, quer para o cidadão.

5. LANÇAMENTO DAS NOTAS E MOEDAS DO METICAL DA NOVA FAMÍLIA

A cerimónia pública de lançamento oficial das notas e moedas do Metical da nova família teve lugar no dia 16 de Junho de 2006, num acto dirigido por Sua Excelência o Governador do Banco de Moçambique. As notas e moedas do Metical da nova família do Metical entraram em circulação a 1 de Julho de 2006, passando a circular em simultâneo com as notas e moedas das duas anteriores famílias do Metical.



Algumas notas e moedas do Metical da nova família

6. EVOLUÇÃO DA TAXA DE SUBSTITUIÇÃO GRADUAL

Após a entrada em circulação das notas e moedas da nova família do Metical, o Banco de Moçambique passou a efectuar todas as suas operações de emissão exclusivamente em notas e moedas do Meticais da nova família. Durante o período de circulação simultânea, o CCINFM procedeu à monitoria, numa

IV- INTRODUÇÃO DO METICAL DA NOVA FAMÍLIA

base semanal, da evolução da taxa de substituição. O conceito de Taxa de Substituição toma em consideração os seguintes indicadores:

a) Peso de MTn no total das NMC, que resulta da fórmula:

$$\text{Peso} = (\text{NMC}_{\text{MTn}} / \text{NMC}_{(\text{MT} + \text{MTn})}) * 100$$

- $(7.757,93 / 8.650,92) * 100 = 90\%$

Este indicador situou-se em 90%, no dia 29 de Dezembro de 2006 (último dia útil do ano).

b) Taxa de recolha do MT, indicador que representa o montante de MT que foi recolhido da circulação em relação ao valor de MT que se encontrava em circulação a 30 de Junho de 2006, que se obtém da seguinte fórmula:

$$\text{Taxa de recolha} = [(\text{NMC}_{\text{MT } 30.06.06} - \text{NMC}_{\text{MT } 29.12.06}) / \text{NMC}_{\text{MT } 30.06.06}] * 100$$

- $[(7.029,6 - 892,99) / 7.029,6] * 100 = 87,3\%$.

Este indicador situou-se em 87,3% em 29 de Dezembro de 2006. Assim, para um peso de 90% de MTn no total das NMC, a taxa de recolha de MT até Dezembro de 2006 foi de cerca de 87,3%.

Com base nestes resultados, no dia 29 de Dezembro (ultimo dia útil do ano), do total das notas e moedas em circulação 90% delas estavam expressas em notas e moedas do Metical da nova família. A tabela abaixo mostra a evolução do Peso de MTn no total das NMC durante o período de circulação simultânea.

Quadro 26: Peso de Notas e Moedas do MTn no Total das NMC

	MT	MTn
30-Junho	100%	0%
Julho	71%	29%
Agosto	49%	51%
Setembro	37%	63%
Outubro	27%	73%
Novembro	19%	81%
Dezembro	10%	90%

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A introdução da nova família do Metical foi um processo de aprendizagem por parte de todos os intervenientes, tanto em matéria jurídico-legal, como nos domínios de sistemas e tecnologias de informação, operações e campanha de divulgação. Um dos principais ensinamentos deste processo foi a necessidade de, em ocasiões desta natureza, prever-se um quadro legal mais abrangente possível e aprovado atempadamente, para assegurar que as várias etapas inerentes ao processo sejam implementadas com harmonia e tranquilidade. Por outro lado, foi com base neste processo que adquirimos mais experiências na gestão dos mecanismos que levam a fixação do código ISO da moeda nacional.



IV- INTRODUÇÃO DO METICAL DA NOVA FAMÍLIA

A introdução da nova família do Metical contou com a colaboração ampla de toda a sociedade, a diversos níveis, nomeadamente, as autoridades administrativas, quer de nível central, como provincial e distrital, as associações sócio-profissionais, os agentes económicos e o público em geral. O envolvimento das principais empresas de prestação de serviço público nos sub-comités de trabalho permitiu que as principais decisões sobre o processo emergissem de um consenso de todos, o que assegurou uma pré-disposição e compromisso de todos para a sua implementação.

Em consequência deste envolvimento e de uma planificação e definição criteriosa de todas as etapas do processo, a introdução da nova família do Metical foi um sucesso, uma vez que conseguiu alcançar os seus objectivos fundamentais, nomeadamente a realização de uma reforma estrutural tranquila da moeda nacional, o Metical. Em seis meses logrou-se alcançar uma taxa de substituição de 90%, cifra bastante positiva quando comparada com outros países que conheceram processos similares, alguns dos quais, com meios técnicos, humanos e infraestruturais mais apurados que os nossos.

O Banco de Moçambique está ciente que não será possível recolher todas as notas e moedas das antigas famílias do Metical nos prazos estipulados por Lei, visto que uma certa percentagem poderá ter sido destruída ao longo dos anos, devido a várias intempéries que assolaram o país, nomeadamente, cheias, ciclones, queimadas descontroladas entre outras. O Banco de Moçambique está igualmente ciente que grande parte das notas e moedas do Metical das antigas famílias em poder da população e dos agentes económicos presentemente é constituída por moedas metálicas, cujo processo de recolha é mais lento.

O processo de introdução da nova família do Metical continua em curso. No período entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2007 decorre nos estabelecimentos bancários a troca das notas e moedas do Metical das antigas famílias ainda em poder do público e dos agentes económicos pelas notas e moedas do Metical da nova família. Entre 1 de Janeiro de 2008 e 31 de Dezembro de 2012 a troca poderá ser efectivada no Banco de Moçambique.



Escultura em bronze M. Manuela Madureira

